



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FELIPE TZON PIN HUANG

**VIVER COM DIGNIDADE: A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO COMO  
LIBERDADE E DA ECONOMIA POLÍTICA DE AMARTYA SEN APLICADA NO  
BRASIL**

FLORIANÓPOLIS, 2019

**FELIPE TZON PIN HUANG**

**VIVER COM DIGNIDADE: A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO COMO  
LIBERDADE E DA ECONOMIA POLÍTICA DE AMARTYA SEN APLICADA NO  
BRASIL**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito obrigatório parcial para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador:** Marcos Alves Valente

FLORIANÓPOLIS, 2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10,00 ao aluno FELIPE TZON PIN HUANG na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----  
*Prof. Dr. Marcos Alves Valente*

-----  
*Profa. Dra. Solange Regina Marin*

-----  
*Mestre Julio H. Correa Silva*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, antes de tudo, ao meu falecido avô, pois apenas posso ser quem sou por sua conta Akon.

Agradeço à minha família, principalmente a minha mãe, pai e irmão, que apesar da distância e intimidades diferentes, sei que sempre posso contar com vocês. Como também sei que sem vocês eu não poderia ter chegado tão longe e poder terminar esta fase da minha vida olhando o caminho à frente com a cabeça erguida,

Agradeço ao Bruno Pfiffer e ao Caio Cezar pelas longas conversas, dias difíceis e pequenos momentos de paz compartilhados, estes últimos dos quais não saberia viver sem,

Agradeço aos meus dois irmãos de apartamento, minha segunda família, Bruno de Almeida e Gabriel Ferreira, das boas noites que viramos rindo e chorando, sempre juntos e claro, destes últimos meses sou grato por poder ter mais um membro para essa família, apesar de desde sempre já sermos muito próximos, a ti também sou muito grato pelas reflexões, superações e por me dar forças para correr, Homero,

Agradeço a Lance e Paola, amigos que fiz pra vida e nunca esperaria ter, da confiança que depositam em mim e de toda ajuda a qual já me ofereceram, estarei sempre em débito,

Agradeço aos meus amigos de Florianópolis, dos quais não posso esquecer dos tantos bares, jantares, festas e momentos íntimos compartilhados, obrigado Arthur, Bruna, Carol, Daniel, Juliana, Gabriela, Henrique, José, Matheus, Nicholas, Pietra, Wesley.

Agradeço aos meus amigos que não estão mais tão perto de mim, porém sempre próximos no coração e sempre presentes, Eduardo, Guilherme, Rafael e Vinícius.

E um último agradecimento ao meu orientador e amigo professor Valente, do qual sou grato por estar sempre presente, de ter me ensinado tanto, propiciado oportunidades e ótimas conversas, e claro, abacates!

Assim como minha família em Shanghai ensinou, a qual também devo muito, pode ser que eu não acredite que mereça tantas pessoas tão maravilhosas a minha volta, porém se elas estão aqui, é por vontade delas e o mínimo que posso fazer é abrir um largo sorriso e dizer: Muito Obrigado, de coração!

**“People learn to take pleasures in small mercies.”**

**Amartya Sen**

## RESUMO

O trabalho em questão visa explorar a perspectiva de desenvolvimento como liberdade pensada por Amartya Sen, onde é apontada a interdependência imprescindível entre a existência de desenvolvimento no sentido do progresso socioeconômico e da liberdade como capacitação. Estes dois valores centrais evoluem *pari passu*, uma vez que a deficiência em um acarreta a estagnação ou retrocesso no outro. Para tanto, o estudo destrincha as categorias das liberdades instrumentais, pilares fundamentais para que qualquer indivíduo desfrute das suas capacitações básicas, e, portanto, tenha liberdade. Dá-se, então, enfoque aos aspectos econômicos e políticos do desenvolvimento como liberdade para entender as contribuições que esta análise pode trazer ao progresso do Brasil. Calcado na obra central de Amartya Sen: “Desenvolvimento como Liberdade (1999)”; esta pesquisa absorve das influências da Economia Política nacional e internacional; e de Amartya Sen para entender as possibilidades alternativas que o autor pode trazer para a realidade nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento como Liberdade; Economia Política; Brasil

## **ABSTRACT**

The thesis in question explores the perspective founded by Amartya Sen of development as freedom, where it is stated the essential interdependence between development thought as socioeconomical progress and of freedom as capacity. These two central values evolve *pari passu*, since the flaws on one lead to the stagnation or failure on the other. For this, the study researches the categories provided by Sen of the instrumental freedoms, which are primordial pillars for any individual's access to his or her basic capabilities, which lead to the achievement of freedom. Then, the economics and political aspects of development as freedom are focused as to understand how this chosen lens can help to understand Brazil's (under)development. Drawing much of this work from Amartya Sen's influential work "Development as Freedom (1999)", this research is impacted by the many studies on the field of Political Economy and International Political Economy; it dives into Amartya Sen's thoughts to get a glimpse for the possible alternatives that his vision may be able to provide for the Brazilian reality.

**KEYWORDS:** Development as Freedom; Political Economy; Brazil

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1: Evolução do Salário Mínimo Brasileiro em Reais ao Longo dos Anos (1994-2019) .....</b>	<b>88</b>
---	-----------



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1: Média de Anos de Estudo nos Países do G20 .....</b>	<b>13</b>
<b>Tabela 2.1: Divisão da População com 25 Anos ou Mais dos Países do G20 de Acordo com o Nível de Escolaridade (2010*) .....</b>	<b>15</b>
<b>Tabela 2.2: Divisão da População com 25 Anos ou Mais dos Países do G20 de Acordo com o Nível de Escolaridade (2010*) .....</b>	<b>16</b>
<b>Tabela 2.3: Divisão da População com 25 Anos ou Mais dos Países do G20 de Acordo com o Nível de Escolaridade (2010*) .....</b>	<b>17</b>
<b>Tabela 3: Número de Homicídios nos Países do G20 por Ano (2012-2016). .....</b>	<b>19</b>
<b>Tabela 4: Segurança por País do G7 e Brasil em 2019 .....</b>	<b>20</b>
<b>Tabela 5: Subnutrição nos Países do G20 (%) .....</b>	<b>22</b>
<b>Tabela 6: Bem-estar Comparado em Três Situações .....</b>	<b>74</b>
<b>Tabela 7: Participação dos Cidadãos nas Eleições Brasileiras .....</b>	<b>84</b>
<b>Tabela 8: Distribuição Percentual das Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, por condição de ocupação na semana de referência, segundo as Grandes Regiões - 2012-2019 .....</b>	<b>86</b>
<b>Tabela 9: Porcentagem de Desempregados nos Países do G20 .....</b>	<b>87</b>
<b>Tabela 10: PPP dos Países do G20 em 2017 .....</b>	<b>88</b>
<b>Tabela 11: Salário Anual em USD nos Países do G20 de acordo com o PPP .....</b>	<b>89</b>
<b>Tabela 12: Produto Interno Bruto per Capita dos Países do G20 em 2017 .....</b>	<b>90</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CPC</b>	Communist Party of China (Partido Comunista Chinês)
<b>FAO</b>	United Nations Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura)
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDEA</b>	International Institute for Democracy and Electoral Assistance (Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral)
<b>ISCED</b>	International Standard Classification of Education (Classificação Internacional Normalizada da Educação)
<b>OCDE</b>	Organisation for Economic Co-operation and Development (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PPP</b>	Paridade do Poder de Compra
<b>UNESCO</b>	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)
<b>UNODC</b>	United Nations Office on Drugs and crime (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1 O BRASIL COMO PROBLEMA .....	12
1.2 INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE .....	24
1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	27
<b>2. A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE</b> .....	<b>35</b>
2.1 DESENVOLVIMENTO EM FOCO .....	35
2.2 LIBERDADE EM FOCO .....	45
2.3 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE.....	57
<b>3. AS LIBERDADES POLÍTICAS E ECONÔMICAS</b> .....	<b>66</b>
3.1 AS LIBERDADES POLÍTICAS .....	66
3.2 AS FACILIDADES ECONÔMICAS .....	71
3.3 A INDISSOCIABILIDADE DOS TEMAS .....	76
<b>4. A DEFICIÊNCIA DA LIBERDADE NO BRASIL</b> .....	<b>82</b>
4.1 O BRASIL DE HOJE: ECONOMIA E POLÍTICA.....	82
4.2 RESULTADOS .....	91
<b>5. CONCLUSÕES</b> .....	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>98</b>

## 1. INTRODUÇÃO

“Quando Pero Vaz de Caminha descobriu que as terras brasileiras eram férteis e verdejantes, escreveu uma carta ao rei: tudo que nela se planta, tudo cresce e floresce. E o Gauss da época gravou...” (VELOSO, Caetano, Tropicália, 1967)

### 1.1 O BRASIL COMO PROBLEMA

Desde há muito o Brasil como território e nação é visto pelos olhos dos mais diversos observadores como um local com grandes potenciais para prosperar. Sempre lhe foi prometido ascender a uma altura digna de sua grandeza:

(...) A terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. (CAMINHA, 2000, p.26)

Pero Vaz de Caminha, há mais de 500 anos, assim como todos que o sucederam na promessa da construção de um Brasil desenvolvido, errou o alvo.

O Brasil, país de extensões continentais, com farta abundância de biodiversidade e recursos naturais sempre foi uma promessa. Para cada um dos ciclos econômicos e políticos perpassados, havia um sonho transmitido para que, quem sabe, a nação ascendesse para um padrão de vida europeu, e então um padrão estadunidense, ou até japonês. Muito olhou-se para fora desejando que no Brasil se encontrassem mais semelhanças com o exterior do que diferenças, pois o exterior é superior, e o Brasil, é o “vira-lata”.

De uma pequena retrospectiva histórica, muitos foram os projetos para uma nação próspera e desenvolvida. De início havia um grande potencial com a colonização portuguesa, uma das grandes potências europeias no século XV e XVI ao lado da Espanha. Sob os cuidados da metrópole, o Brasil deslanchava a expandir suas fronteiras pela economia açucareira, terras eram doadas e escravos africanos das mais diversas etnias enchiam os campos para produzir. Os ganhos econômicos eram de Portugal, e Brasil era Portugal, tanto mais positivo para o desenvolvimento.

Todavia, a história aqui é de ciclos, não se esperava a ascensão de novos concorrentes nas grandes explorações e muito menos de sucessivas invasões ao Brasil que culminariam no estabelecimento de uma colônia holandesa, por exemplo.

O monopólio do açúcar acabaria, as Antilhas se tornariam um novo polo de produção<sup>1</sup> e Portugal teria de encontrar uma nova maneira de tornar o Brasil lucrativo. (FURTADO, 2005)

A História segue com as mesmas esperanças e decepções sob diferentes contextos, é o ciclo efêmero do ouro, é o ciclo do café e a promessa de um governo republicano, é o desejo de um Brasil moderno e industrializado a partir de uma base industrial forte, é o projeto militar de desenvolvimento da nação como um todo para então distribuir os ganhos, é o sonho intenso pelo Brasil potência que mais uma vez falha em encontrar sucesso, e nem mesmo, estabilidade.

Desde lá, até o presente, a miséria, desigualdade e subdesenvolvimento ainda assolam o país, basta observar índices básicos atuais como os de escolaridade da população brasileira em comparação aos países do G20<sup>2</sup>:

Tabela 1: Média de Anos de Estudo nos Países do G20

<b>País</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
África do Sul	9.82	-*	9.99	10.13	-*
México	8.57	8.36	8.4	8.6	8.6
Canadá	-*	-*	-*	-*	-*
Estados Unidos da América	13.39	13.27	13.29	13.32	13.41
Argentina	11.32	11.44	11.41	11.43	11.42
Brasil	7.28	7.35	7.45	7.58	-*
China	-*	-*	-*	-*	-*
Coreia do Sul	-*	-*	12.12	-*	-*
Japão	-*	-*	-*	-*	-*
Indonésia	-*	-*	7.8	7.91	7.98

<sup>1</sup> Para mais detalhes ler Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado. (2005)

<sup>2</sup> O G20 representa o grupo de países mais avançados e economias emergentes do globo, que somam dois terços da população mundial e 85% da produção doméstica bruta global, bem como 75% de todo comércio internacional. São os membros atuais: África do Sul; Alemanha; Arábia Saudita; Argentina; Austrália; Brasil; Canadá; China; Coreia do Sul; França; Índia; Indonésia; Itália; Japão; México; Reino Unido; Rússia; Turquia; Estados Unidos e a União Europeia. Para mais informações, acessar endereço institucional: <http://g20.org.tr/about-g20/g20-members/>

Continua

País	2012	2013	2014	2015	2016
Índia	-*	-*	-*	-*	-*
Arábia Saudita	-*	9.5	-*	-*	-*
Turquia	7.66	7.64	7.8	7.96	7.6
Federação Russa	-*	-*	-*	-*	-*
Reino Unido	13.46	13.1	13.16	-*	-*
Itália	9.89	-*	10.08	10.16	-*
França	11.04	11.19	11.39	11.51	11.35
Alemanha	13.89	13.92	14.04	14.08	14.13
Austrália	12.85	12.18	12.32	12.45	12.42

\*Dados não relatados  
 Fonte: UNESCO (2019)

Pela Tabela 1 vê-se que a quantidade de anos de estudo para cidadãos brasileiros é a menor dentre todos os países do G20, a despeito dos aumentos anuais registrados, em 2016 o brasileiro em média registrava apenas 7,58 anos de estudo, o que ainda é muito díspar de países emergentes como África do Sul com 10,13 em 2015, o próprio México no continente americano com 8,6 anos em 2016 e da Argentina, país vizinho, com 11,32 anos já em 2012. O que está ainda mais longe de países como a Coreia do Sul com 12,12 em 2014 e a Alemanha em 2016 com 14,13.

Destes dados, não se pode inferir sobre a qualidade do ensino brasileiro ou das causas que levam a uma média de anos tão baixa em relação aos demais países do G20. Todavia percebe-se que a média de anos brasileiras não é o suficiente para que todo cidadão alcance o ensino superior, no valor de 7,58, questiona-se a própria finalização do ensino fundamental que requer ao menos nove anos de ensino. A educação brasileira está muito aquém do mínimo necessário aos seus cidadãos, se o ensino fundamental representa a base dos indivíduos, a média da população brasileira nem a isso tem garantia.

Para melhor corroborar esta situação, observa-se o nível de escolaridade dos cidadãos de acordo com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) em três tabelas a seguir:

Tabela 2.1: Divisão da População com 25 Anos ou Mais dos Países do G20 de Acordo com o Nível de Escolaridade (2010\*)

País	Ano	População com 25 anos ou mais (por milhar)	Sem Escolaridade (%)	Primário Incompleto (%)
África do Sul	2010	25613	7,7	13,4
México	2010	60870	9,3	15,8
Canada	2011	24243	ISCED 2	ISCED 2
Estados Unidos	2010	99645	0,4	0,9
Argentina	2010	23744	1,1	8,6
Brasil	2010	113910	ISCED 1	ISCED 1
China	2010	870905	6,6	ISCED 1
Coreia do Sul	2010	34423	4,7	1
Japão	2010	97548	0,1	0,3
Indonésia	2011	132973	8	16,2
Índia	2011	631611	41,3	7,2
Arábia Saudita	2013	16373	7,1	11,6
Turquia	2011	41283	7	6
Federação Russa	2010	100531	-	0,6
Reino Unido	2010	43270	0,2	-
Itália	2010	45349	6,3	-
França	2010	43593	-	1,6
Alemanha	2010	60475	-	-
Austrália	2010	14835	0,1	-

Fonte: UNESCO (2019)

-: Nulo ou valor irrelevante

ISCED: Dados abarcados no ISCED com o número em questão

\*Referir-se à nota de rodapé [3]

Tabela 2.2: Divisão da População com 25 Anos ou Mais dos Países do G20 de Acordo com o Nível de Escolaridade (2010\*)

<b>País</b>	<b>Ano</b>	<b>Primário (ISCED 1*) (%)</b>	<b>Secundário Inferior (ISCED 2*) (%)</b>	<b>Secundário Superior (ISCED 3*) (%)</b>
África do Sul	2010	6,2	14,1	45,2
México	2010	21,6	23,8	14,7
Canada	2011	ISCED 2	17,3	23,1
Estados Unidos	2010	3,9	7,3	48
Argentina	2010	39	ISCED 1	33
Brasil	2010	49,3	14,7	24,6
China	2010	29,1	43	13,5
Coreia do Sul	2010	11,4	10,2	37,4
Japão	2010	ISCED 2	16,7	39,9
Indonésia	2011	30	15,5	21,1
Índia	2011	13,8	10,7	16,8
Arábia Saudita	2013	14,8	17,6	23
Turquia	2011	35,3	17,3	18,3
Federação Russa	2010	5,5	8,9	21,9
Reino Unido	2010	-	13,4	52,6
Itália	2010	19,9	28,3	32,7
França	2010	19,2	17,3	37,4
Alemanha	2010	3,5	15,4	50,8
Austrália	2010	6,7	20,4	31

Fonte: UNESCO (2019)

-: Nulo ou valor irrelevante

ISCED: Dados abarcados no ISCED com o número em questão

\*Referir-se à nota de rodapé [3]



Tabela 2.3: Divisão da População com 25 Anos ou Mais dos Países do G20 de Acordo com o Nível de Escolaridade (2010\*)

País	Ano	Pós-secundário e Não terciário (ISCED 4*) (%)	Bacharelado ou equivalente (ISCED 6*) (%)	Situação Desconhecida (%)
África do Sul	2010	6,2	6,1	0,9
México	2010	Inaplicável	14,4	0,5
Canada	2011	12	47,7	-
Estados Unidos	2010	Inaplicável	39,1	-
Argentina	2010	Inaplicável	18,2	-
Brasil	2010	Inaplicável	11,3	0,3
China	2010	5,2**	3,6	-
Coreia do Sul	2010	Inaplicável	35,4	-
Japão	2010	-	29,9	13,1
Indonésia	2011	Inaplicável	7,9	-
Índia	2011	0,1	9,9	0,2
Arábia Saudita	2013	4,9	21	-
Turquia	2011	Inaplicável	12,3	3,8
Federação Russa	2010	58,1	1,9	-
Reino Unido	2010	0,1	33,7	-
Itália	2010	0,6	12,1	-
França	2010	0,1	24,4	-
Alemanha	2010	6	24,2	0,1
Austrália	2010	4,3	37,5	-

Fonte: UNESCO (2019)

-: Nulo ou valor irrelevante

ISCED: Dados abarcados no ISCED com o número em questão

\*Referir-se à nota de rodapé<sup>3</sup>

<sup>3</sup> O ISCED traduz-se por Classificação Internacional Padrão da Educação (*International Standard Classification of Education*), o qual soma, compila a análise dados dos países para qualificar a

Sabendo que os níveis ISCED 1, ISCED 2, ISCED 3, ISCED 4 e ISCED 6 correspondem a respectivamente em média 6 anos, 3 anos, 3 anos, 2 anos e no mínimo 3 anos. (UNESCO, 2012, p.17) Percebe-se que a maior parte da população brasileira acima de 25 anos, diga-se 49,3% (56.157.630 pessoas) está abarcada na categoria ISCED 1, o que não só significa que a maior parcela possui em média 6 anos de estudos, como pelos dados da Tabela 2.1, vê-se que os indivíduos sem escolaridade e com o primário incompleto também estão abarcados dentro dos 49,3%, ou seja, a quantidade de cidadãos explícita nos 49,3% em realidade possui em média 6 anos de educação ou menos.

Para tanto, observam-se os dados de 2011, onde consta um total de 115.670.000 indivíduos acima de 25 anos, deles 15,1 % não possui nenhum nível de escolaridade; 15,5% possui o primário incompleto e apenas 14,7% completaram o ISCED 1 (UNESCO, 2019). Os dados são alarmantes, visto que 15,1% sequer possuem qualquer escolaridade e 15,5% possuem menos de 6 anos de estudos. Conclui-se de fato que a educação brasileira é deficiente ao não conseguir prover aos seus cidadãos o mínimo necessário do ensino básico, primário e mais alguém ainda no secundário.

Dos dados dos indivíduos com ISCED acima de 1, no Brasil 14,7% alcançaram o ISCED 2, e 24,6% alcançaram o ISCED 3, o que mostra que parcela substancial da população consegue ter acesso ao ensino médio, porém esta quantidade ainda está muito inferior ao desejado. Ao comparar-se no mesmo ano de 2010 com a escolaridade da China, 43% dos indivíduos encontram-se no ISCED 2, tendo assim concluído em média 9 anos de estudo, enquanto que a maior parcela da população brasileira está anterior ao ISCED 2, o quadro na China é de maioria a partir do ISCED 2.

Na Tabela 2.3, apesar do quadro bastante completo da educação brasileira com apenas 0,3% da população sob condições desconhecidas, a última parcela de

---

educação dada aos seus cidadãos. O ISCED foi criado para servir como um modelo para classificar as atividades educacionais, seus programas e seus resultados para que haja um padrão internacional concordado entre as partes para que se possam realizar estudos e análises válidas dos sistemas educacionais entre diferentes países com diferentes seus diferentes contextos e métodos. Para mais informações acessar: <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/international-standard-classification-of-education-isced-2011-en.pdf>

informação ilustra que somente 11,3% dos cidadãos possuem a qualificação do ISCED 6, ao contrário de países considerados desenvolvidos onde a maior quantidade de pessoas encontra-se após o ISCED 3, como no Reino Unido onde 33,7% possuem bacharelado ou na Coreia do Sul onde 35,4% o possuem.

A situação brasileira compara-se somente à Índia, Turquia e Indonésia, deixando muito a desejar na educação disponível para sua população. Possui, assim, uma situação mais deplorável do que a Argentina, África do Sul, México, entre outros. Cabe lembrar que estes dados da UNESCO não ilustram evidentemente o contexto e qualidade da educação auferida, contudo permitem observar um padrão mínimo para a educação mundial e concluem o propósito de comprovar a deficiência das oportunidades sociais no Brasil.

Outro exemplo das mazelas brasileiras que se pode trazer é o caso da segurança pública, o qual encontra-se intrinsecamente ligado à possibilidade dos indivíduos de desfrutarem de suas liberdades de cunho social, abaixo um comparativo entre os homicídios nos países do G20:

Tabela 3: Número de Homicídios nos Países do G20 por Ano (2012-2016)

<b>País</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>África do Sul</b>	16.213	17.023	17.805	18.673	19.016
<b>México</b>	25.967	23.063	20.010	20.762	24.559
<b>Canada</b>	548	509	521	604	611
<b>Estados Unidos da América</b>	14.856	14.319	14.164	15.883	17.250
<b>Argentina</b>	-	-	3.227	2.837	2.605
<b>Brasil</b>	53.054	54.163	57.091	58.459	61.283
<b>China</b>	11.286	10.640	10.083	9200	8.634
<b>Coreia do Sul</b>	411	342	372	365	356
<b>Japão</b>	429	370	395	363	362
<b>Indonésia</b>	1.456	1.386	1.277	1491	1.292
<b>Índia</b>	47.478	45.878	47.356	44.385	42.678
<b>Arábia Saudita</b>	-	-	-	472	-
<b>Turquia</b>	3.216	-	-	-	-
<b>Federação Russa</b>	-	15.763	16.260	16.519	15.561
<b>Reino Unido</b>	627	603	590	649	791
<b>Itália</b>	530	502	475	469	400
<b>França</b>	784	777	792	1.017	875
<b>Alemanha</b>	659	682	716	682	963
<b>Austrália</b>	243	245	243	236	227

Fonte: UNODC (2019)

A quantidade de homicídios por ano no Brasil é arrasadora, nenhum país consegue chegar próximo destes números, desde 2012 o Brasil lidera este quadro com 53.054 óbitos naquele ano. O país que mais se aproxima destes números é a Índia com 47.787, porém a população indiana em muito ultrapassa os números brasileiros, em 2012 a população da Índia totalizava 1.263 bilhões de habitantes em comparação aos 200,5 milhões de habitantes no Brasil (BANCO MUNDIAL, 2019). A Índia com seis vezes a população brasileira possui cerca de seis mil mortes a menos por ano.

Em outra visão, ao observar a China que também possui atualmente a maior população do mundo - 1.379 bilhões de pessoas em 2016 (BANCO MUNDIAL, 2019) – registrou apenas 8.634 homicídios no ano de 2016. Além disso registra quedas anuais expressivas desde 2012, onde seus números chegavam a 11.286. Países como Itália, Japão, Alemanha, Austrália, possuem menos de mil mortes por ano em todos os registros. A consequência destes números se vê na opinião da população na Tabela 4:

Tabela 4: Segurança por País do G7 e Brasil em 2019

<b>País</b>	<b>Sensação de Segurança ao Andar Sozinho durante a Noite (%)</b>	<b>Índice de Homicídios*</b>	<b>Índice Geral**</b>	<b>Rank</b>
Brasil	35.60%	26.7	0	40/40
Canadá	82.20%	1.3	9.1	10/40
França	70.50%	0.5	8.2	19/40
Alemanha	72.50%	0.5	8.3	16/40
Itália	58.40%	0.6	7	30/40
Japão	72.50%	0.2	8.4	15/40
Reino Unido	77.70%	0.2	8.9	11/40
Estados Unidos	73.90%	5.5	7.5	26/40

Fonte: OECD (2019b)

\*Para cada 100.000 habitantes

\*\*Indicador de 0 a 10 sobre a segurança em cada país, sendo 0 o pior (Brasil) e 10 o melhor (Noruega)

Dentre 40 países listados na OECD<sup>4</sup>, o Brasil encontra-se em última colocação quando o assunto é segurança. Dos dados (OECD, 2019), as diferenças são gritantes, apenas 35,6% da população se sente segura ao andar sozinha durante a noite; em oposição a qualquer outro caso do G7<sup>5</sup> onde a segurança ultrapassa os 70% em todos os exemplos com a exceção da Itália (58,4%).

Assim como o índice de homicídios para cada 100.000 habitantes torna-se ainda mais chocante ao se comparar o Brasil, com 26,7 homicídios a cada cem mil com os indicadores menores que 1 em países como França, Alemanha, Itália, Japão e Reino Unido. Não é de se espantar a posição insatisfatória da segurança no Brasil dentre os 40 observados pela OECD.

Estas comparações ilustrativas, apesar de não poderem ser sobrepostas inteiramente devido aos contextos inerentes a cada país, pelo menos comprovam que há uma grande diferença entre os patamares alcançados de desenvolvimento entre países do que se tornou comum chamar de “primeiro mundo” e países em processo de desenvolvimento como o Brasil. Vê-se uma clara discrepância entre o que é alcançado em um e em outro caso.

Para tanto, o objetivo aqui almejado é o de explorar a caixa de ferramentas provida por Amartya Sen e averiguar suas utilidades no caso brasileiro, ou seja, entende-se e então utiliza-se da tese do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen para avaliar em que medida a perspectiva de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen contribui para melhor entender os entraves do desenvolvimento brasileiro e a maneira pela qual a visão do laureado indiano pode contribuir para enxergar alternativas para a superação do subdesenvolvimento.

---

<sup>4</sup> A OECD representa a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (Organisation for Economic Co-operation and Development), a qual é composta por mais de 30 países membros além de outros associados. A organização trabalha em prol de políticas que fomentam a prosperidade, igualdade, oportunidade e bem-estar das populações. Para mais informações, acessar site institucional: <https://www.oecd.org/about/>

<sup>5</sup> O G7 constitui-se como grupo informal de sete países que representam as democracias mais industrializadas do globo, inicialmente criada como um grupo de Estados Não-comunistas no intuito de alinhamento na Guerra Fria. Atualmente reserva-se à função de um fórum para discussões de problemas de segurança internacional, segurança energética e governança global. Inclui dentre seus membros: Alemanha; Canadá; França; Itália; Japão; Reino Unido e Estados Unidos. Para mais informações acessar: <https://www.cfr.org/background/g7-and-future-multilateralism>

Todavia, o Brasil não é constituído somente de entraves para o desenvolvimento, toda evolução histórica não é um ciclo homogêneo de ascensão e queda, ganhos e perdas. Muito se desenvolveu e muito se manteve ao longo dos anos, um exemplo está no caso do combate à fome brasileira.

Josué de Castro<sup>6</sup>, célebre intelectual que atuou arduamente na erradicação da fome brasileira e mundial com trabalhos na FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), ao escrever o seu ilustre Geopolítica da Fome (1968) atenta para o que poderia ser um dos problemas centrais para o subdesenvolvimento e improdutividade do Brasil:

A primeira impressão que se tem diante desse quadro de vida, é que o homem não produz nessas terras por indolência, por estar possuído de uma espécie de preguiça tropical a que o clima da região teria condenado as raças que nela habitam. Mas quando se aprofunda bem a análise do problema verifica-se que não existe essa famosa apatia tropical como consequência direta do clima. O que há é a incapacidade de ação e perda da ambição, pela falta de saúde, pelas consequências aniquiladoras da fome. O Jeca bem alimentado passa a trabalhar no mesmo ritmo e com o mesmo entusiasmo com que produz o camponês europeu nas épocas de paz e de abundância. (CASTRO, 1968, p.138)

Josué de Castro é transcendental ao visualizar que no Brasil, assim como em outras partes do mundo subdesenvolvido, o problema não está na indolência do indivíduo, porém sim na falta de saúde e na fome. Quando escreveu no século XX, Josué de Castro objetivava contribuir para a erradicação da fome no Brasil e no mundo, tanto que trabalhou e atuou durante toda sua vida na tentativa de solucionar tal problema. Os resultados de seu trabalho seminal e de tantos outros<sup>7</sup> que o seguiram culminaram na condição atual da subnutrição brasileira:

Tabela 5: Subnutrição nos Países do G20 (%)

PAÍS	SUBNUTRIÇÃO NA POPULAÇÃO (%)	
	2004-2006	2015-2017
ÁFRICA DO SUL	4,4	6,1

<sup>6</sup> Nascido em Recife em 1908, formou-se em 1929 pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. Doutor em Filosofia pela mesma Universidade em 1938. Realizou uma série de originais pesquisas experimentais que, divulgadas em publicações científicas e em vários livros lhe deram projeção mundial, a qual culminou com a sua eleição em 1951 para o alto cargo de Presidente do Conselho da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, a FAO, e sua reeleição para o mesmo cargo em 1953. (CASTRO, 1968b)

<sup>7</sup> A exemplo das outras contribuições de Castro (1968b; 2005) e dos trabalhos de Chonchol (2002); Mike Davis (2002); Ziegler (2012).

<b>MÉXICO</b>	5,5	3,8
<b>CANADA</b>	<2,5	<2,5
<b>ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA</b>	<2,5	<2,5
<b>ARGENTINA</b>	4,7	3,8

Continua

<b>Subnutrição na População (%)</b>		
<b>PAÍS</b>	<b>2004-2006</b>	<b>2015-2017</b>
<b>BRASIL</b>	4,6	2,5
<b>CHINA</b>	15,2	8,7
<b>COREIA DO SUL</b>	<2,5	<2,5
<b>JAPÃO</b>	<2,5	<2,5
<b>INDONÉSIA</b>	18,5	7,7
<b>ÍNDIA</b>	22,2	14,8
<b>ARÁBIA SAUDITA</b>	7,9	5,5
<b>TURQUIA</b>	<2,5	<2,5
<b>FEDERAÇÃO RUSSA</b>	<2,5	<2,5
<b>REINO UNIDO</b>	<2,5	<2,5
<b>ITÁLIA</b>	<2,5	<2,5
<b>FRANÇA</b>	<2,5	<2,5
<b>ALEMANHA</b>	<2,5	<2,5
<b>AUSTRÁLIA</b>	<2,5	<2,5

Fonte: FAO (2018)

Apesar do Brasil não ter erradicado a subnutrição, há um avanço substancial deste processo no país, visto que o combate brasileiro está a par dos números em países como Japão, Alemanha, Estados Unidos, Canadá... Ao conseguir alcançar números condizentes com as nações mais desenvolvidas, o Brasil se equipara quando o assunto é alimentação, tendo saído do Mapa da Fome<sup>8</sup> e conquistado estabilidade no combate à fome. (FAO, 2018)

Quando se fala em inabilidades causadas pela fome e problemas de saúde, se poderia muito facilmente adicionar a falta de educação básica, democracia, condições de emprego e salário, segurança pública. Falta aos indivíduos o mínimo para que possam ter uma vida digna e possam individualmente escolher as suas vontades e aproveitar as oportunidades para elevar a sua qualidade de vida. Falta lhes liberdade.

<sup>8</sup> Para consultar o Mapa da Fome e outras edições: <https://www1.wfp.org/publications/2018-hunger-map>

Ainda que em determinadas esferas, como no combate à fome, o Brasil tenha alcançado patamares satisfatórios para proporcionar o básico aos seus cidadãos, o mesmo não pode ser dito da educação e segurança pública por exemplo.

É desta tese, de que o desenvolvimento da sociedade brasileira é interrompido pela ausência de liberdades básicas, que se busca comprovar não só a aplicabilidade das ideias de Amartya Sen no caso brasileiro, como também a extensão que a ideia de desenvolvimento como liberdade pode tomar para identificar as mazelas de uma população, entender as suas causas e buscar soluções para tal.

## **1.2 INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE**

O estudo sobre a superação do subdesenvolvimento engendra uma série de opiniões divergentes, para cada contexto histórico e realidades do local ao internacional; de cada visão de mundo há uma lente que propõe solucionar o problema de maneira diversa. Seja atacando as estruturas sociais, as bases da produção industrial, os recursos naturais dados de determinada região ou mesmo analisando intrincadas redes de informação desde a renda até as necessidades básicas individuais. Da soma destas teorias do desenvolvimento, as quais algumas são posteriormente discutidas à parte, a busca pela elevação do bem-estar geral das populações é tema central em muitos<sup>9</sup>.

O objetivo deste trabalho não difere desta grande tradição já existente, pois ao tratar do Brasil, o que se veem são peças interligadas no grande mosaico para a conquista - ao menos de uma nação – de patamares mínimos para uma vida onde as oportunidades a um futuro estável são uma constante e não uma variável. Contudo, aqui, a proposta diverge dos demais rumos convencionais com a apresentação do conceito de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen como caminho alternativo.

Esta escolha se dá mediante três aspectos fundamentais presentes no conjunto das obras de Sen, de um lado há o enfoque atípico da liberdade como essencial para a solução do problema do desenvolvimento; por outro, o autor indiano não se atém

---

<sup>9</sup> São inúmeros os autores que discutem visões de desenvolvimento, aqui cito alguns: Lipietz (1987); North (1990); Rostow (1960); Vernon (1979) ...



unicamente a uma disciplina para o entendimento do desenvolvimento, entende que este só pode ser atingido pela compreensão da interdisciplinaridade e conectividade existente entre política, economia, sociologia... O desenvolvimento passa a ser um objeto multidisciplinar com variáveis de maior a menor importância em inúmeros nós, sem deixar de ter grandes pontos de impacto. Por último e, provavelmente, mais importante na abordagem de Amartya Sen está a centralidade que o intelectual dá para o indivíduo, no cerne de toda a questão está o investimento nas capacidades do ser humano e na possibilidade de uma realidade em que o desenvolvimento como liberdade colha frutos, dos quais o maior benefício está na dignidade humana.

Sen entende a liberdade como propulsora do desenvolvimento, onde liberdade é capacitação. Esta interpretação de desenvolvimento do autor quebra com paradigmas estabelecidos<sup>10</sup> que dão atenção à acumulação de riqueza, do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e de outras variáveis relacionadas à renda. Para Sen, o desenvolvimento está além disso, deve ser enxergado como a melhora da vida de cada indivíduo, e isto pode ser alcançado pela sua visão de liberdade. A liberdade como capacitação possibilitaria que cada indivíduo desfrutasse ao máximo das oportunidades dispostas e, conseqüentemente, permitiria a realização das vontades individuais. (SEN, 2010, p.28-29)

Uma característica fundamental da obra de Sen é a sua capacidade interdisciplinar<sup>11</sup>, sem se ater às camisas-de-força disciplinares, o economista indiano consegue observar com clareza as redes que conectam as diversas áreas, percebendo suas diferentes contribuições sem negligenciar suas importâncias. Isso é visto com clareza quando o autor trata das liberdades instrumentais, citando os aspectos da liberdade política, das facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora; Sen navega por entre estes

---

<sup>10</sup> A visão de Sen só é possível pela contribuição das teses e paradigmas passados, com Adam Smith (1977), David Ricardo (1996), Karl Marx (1970), John Maynard Keynes (2003), Friedrich Hayek (2001), François Perroux (1967), Douglas North (1990) e claro John Rawls (2002); dentre muitos outros imortalizados e vivos.

<sup>11</sup> Longe de ser único autor a ter proposto uma alternativa interdisciplinar no campo do desenvolvimento e da economia, a exemplo de Celso Furtado (1980) em Pequena introdução ao desenvolvimento: Enfoque interdisciplinar, é uma tendência crescente o reconhecimento do cruzamento entre diferentes áreas. Amartya Sen, não diferente, percebe a relevância acadêmica dessa forma de ver o mundo.

variados temas e retrata a interdependência entre estes. Além de, em outros capítulos de desenvolvimento como liberdade (2010) tratar de outros temas que para uns possa ser tangencial; para o intelectual são essenciais para completar o quadro, a exemplo da questão das fomes coletivas:

Para eliminar a fome no mundo moderno, é crucial entender a causação das fomes coletivas de um modo amplo, e não apenas em função de algum equilíbrio mecânico entre alimentos e população. (...) O enfoque tem de ser sobre o poder econômico e a liberdade substantiva dos indivíduos e famílias para comprar alimento suficiente, e não apenas sobre a quantidade de alimento disponível no país em questão. (SEN, 2010, p.211)

Neste caso, a experiência do autor sobre o assunto sobressai e logo vê-se que o problema das fomes coletivas está muito além de uma questão de distribuição e produção. Envolve, então, uma intersecção entre política, economia e as liberdades, conforme Sen corrobora em Desenvolvimento como liberdade (2010) e outras obras<sup>12</sup>. É extensa a lista de casos exemplo citados em que algum ou vários dos elementos previamente citados, como a existência de um regime democrático no país, são infringidos e resultaram na disseminação de fomes coletivas. Como a de Bengala em 1943, Bangladesh em 1974, Irlanda em 1840... (SEN, 2010, p.210-245)

O que se faz entender, pela análise interdisciplinar do tema do desenvolvimento como liberdade, é a necessidade da construção de uma base conjunta das forças que auxiliam no progresso do desenvolvimento entendido como liberdade. Traz-se o caso das fomes coletivas ilustrado anteriormente, a situação-problema da fome apresenta-se a partir do momento em que uma ou mais das estruturas-chave que evitam tal mazela erodem-se. A falta de um regime democrático, como dito, configura-se como um ataque às liberdades políticas dos cidadãos, o que por sua vez leva a efeitos nas decisões individuais e das famílias, corroborando eventualmente em consequências incontrolláveis. Como em um efeito *spill-over*<sup>13</sup>, o problema que antes representava-se somente no âmbito político, resulta na fome coletiva.

---

<sup>12</sup> Obras muito mais expressivas quando o tema é fome, como a organização dos volumes da Economia Política da Fome. (DREZE; SEN, 2007a; 2007b; 2007c)

<sup>13</sup> O efeito *spill-over* ou de transbordamento diz respeito a uma situação, fato ou fenômeno que possui seu campo de ação inicialmente diluído em uma área, mas que, porém, com o decorrer do tempo e das consequências engendradas, constitui-se em uma ocorrência que afeta outras regiões ao seu redor. A exemplo de uma notícia que se propaga do interlocutor para aquele que o escuta e posteriormente é passado para outros indivíduos e assim por diante, é um efeito que transborda e se espalha. Para mais aprofundamento, ler o Neofuncionalismo de Haas (1961).

É com ilustrações desta forma que Amartya Sen percebe a conexão entre os temas e a necessidade de elencar as bases ou raízes para a progressão do desenvolvimento como liberdade pelas liberdades instrumentais. Sem as liberdades instrumentais, nada que venha a adicionar valor para sua tese pode-se sustentar, haja visto a centralidade de se criar uma estrutura sólida que possa propiciar a capacitação individual de cada e, por sua vez, o desenvolvimento geral das nações.

Naquilo que diz respeito à liberdade como capacidade humana, Sen discorre que a capacidade humana deve ser entendida não como um aprimoramento das qualidades individuais, mas sim que o enfoque deve ser sobre a expansão das liberdades humanas a fim de que cada um possa levar o tipo de vida que considere digno. De fato o aprimoramento individual, que concerne ao capital humano, está estreitamente interligado à capacidade humana, entretanto, a capacidade humana está além do capital humano, visto que o último se trata do meio e o primeiro é o fim a que se almeja alcançar; uma vida mais livre e digna de ser vivida. (SEN, 2010, p.375)

### **1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Dito isto, deve-se ater à questão metodológica que se coloca essencial ao longo de toda a discussão a ser realizada nesta monografia. Uma vez escolhida a abordagem a ser utilizada – desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen – irremediavelmente colocam-se as demais visões como incorretas ou insuficientes. Isto não quer dizer que não houve contribuição das outras teorias, porém sim, demonstra uma oposição ou discordância entre as ideias advogadas por Sen e as elencadas por demais teorias.

Quando temas como desenvolvimento, liberdade e economia política são tratados, não se espera encontrar facilmente um consenso, visto que são conceitos com categorias que estão em constante debate e mutação. Da mesma forma que conceitos como democracia, arte, economia, ...; os conceitos aqui tratados não são perenes, pelo contrário, podem ser categorizados como conceitos essencialmente contestados. Categoria originada por Walter Gallie (1956), que introduz a ideia de que ao usar-se determinadas explicações para conceitos das ciências sociais, incorre-se à possibilidade de contestação destes, visto que quando colocada certa afirmação sobre

um conceito como, por exemplo, justiça, imediatamente o locutor traz uma interpretação do que seria a justiça, ao passo que espera a aceitação do alocutário.

Esta situação gera um contexto no qual a descrição feita da justiça expressa uma opinião específica sobre qual seria o conceito de justiça. Por outro lado, em uma interpretação negativa, todas as demais conceituações dadas ao termo passam a ser consideradas leituras rivais daquela realizada pelo locutor. O ponto que se atém, então, é da atestada convivência entre conceitos diversos sobre um mesmo termo, onde estes conceitos essencialmente contestados dividem espaço com visões de mundo que não devem ser desconsideradas, haja visto que são conceitos largamente discutidos sob argumentos sólidos, a exemplo do extenso arcabouço das teorias de justiça.

Para tanto, a opção pelo conceito de desenvolvimento como liberdade não se coloca em negação às demais possibilidades, pelo contrário, atesta a existência destas e fortalece-se com os fortes argumentos de oposição:

Recognition of a given concept as essentially contested implies recognition of rival uses of it (...) as not only logically possible and humanly "likely", but as of permanent potential critical value to one's own use or interpretation of the concept in question (...) One very desirable consequence of the required recognition in any proper instance of essential contestedness might therefore be expected to be a marked raising of the level of quality of arguments in the disputes of the contestant parties. And this would mean *prima facie*, a justification of the continued competition for support and acknowledgement between the various contesting parties<sup>14</sup>. (GALLIE, 1956, p.193)

Conceitos essencialmente contestados constituem debates de riqueza argumentativa imensurável, além de proporcionarem terreno fértil para a evolução das ideias. O ponto chave de inflexão encontra-se no reconhecimento do outro, ao reconhecer um conceito como essencialmente contestado, não se negam as demais interpretações. O outro não passa a ser repudiado e sim visto como contribuinte para a atualização de determinada teoria, esta passa a ser a proposta ao adotar o desenvolvimento como liberdade de Sen, como uma forma de aceitar a confluência

---

<sup>14</sup> O reconhecimento de um dado conceito como essencialmente contestado implica no reconhecimento de usos rivais do mesmo (...) não apenas como formas logicamente possíveis ou humanamente esperadas, mas como usos que possuem valor crítico permanente em potencial, seja para uso próprio ou para a interpretação do conceito em questão (...) Uma consequência muito desejada deste reconhecimento em qualquer situação de contestação deve ser o aumento do nível dos argumentos entre as partes em disputa. E isso significaria *prima facie*, a justificativa para a continuidade do suporte competitivo e reconhecimento entre as partes contestantes (tradução nossa).

de outras teorias passadas e presentes que auxiliam a melhorar a teoria de Sen. A aceitação à argumentação e contribuição rival é primordial para o aprimoramento do entendimento geral de um conceito essencialmente contestado.

Ainda nesta seara, não se devem negligenciar os contextos sociais e históricos de onde partem cada um dos discursos. Cada autor, parte de uma determinada motivação de acordo com suas crenças, as influências de seu meio, época, posição social... E conforme a individualidade dos autores, surge uma forma única de se expressar, onde determinados conceitos utilizados - em decorrência da evolução da linguagem - já não são mais os mesmos na contemporaneidade. Assim como as informações disponíveis em cada tempo são diferentes, é de extrema relevância levar em consideração o contexto no qual se afirma algo. Ao tratar do manuseamento do objeto de pesquisa, devem-se ter inúmeros cuidados, como apontados por Quentin Skinner (1999) em sua obra *Liberdade antes do Liberalismo* que acerta inúmeros conselhos essenciais para o pesquisador; na leitura cuidadosa do texto sem realizar conclusões enviesadas, sem aplicar paradigmas inconscientes, incorrer em anacronismos. Nesta linha de pensamento, Skinner (1966); John Pocock (1962); John Dunn (1968) contribuem para o nascimento do Contextualismo linguístico, corrente originária da Escola de Cambridge que dá ênfase à intencionalidade dos autores ao escreverem em determinado período, não descartando o contexto em que se escreve e a intenção que o autor possui ao escrever. Além disso, Skinner (1969) também ressalta suas críticas com as mitologias da doutrina (1969, p. 7-16); da coerência (1969, p. 16-22); da prolepse (1969, p.22-24) e do paroquialismo (1969, p. 24-28).

Por outro lado, o contextualismo linguístico ao inserir-se na história do pensamento político não é livre de críticas, desde o antiquarismo (Leslie, 1970; Parekh e Berki, 1973; Tarlton, 1973...) à contestação do intencionalismo (Boucher, 1985; Harlan, 1989; Feres Jr., 2005...). Deve-se utilizar do contextualismo sem deixar de lado a rica literatura que auxilia no processo de aprimoramento da teoria, se por uma via a Escola de Cambridge apresenta-se como ferramenta principal para a leitura e entendimento dos objetos de pesquisa, as críticas feitas a esta não são imediatamente dispensadas e sim reconhecidas quando sob argumentos sólidos. A exemplo de Bevir (1997; 1999), ao criticar a presunção de possibilidade de incoerência dos autores, para Bevir (1997, p.185-186) não se lê uma obra sob os constrangimentos da

incoerência, antes acredita-se na coerência do autor para reconstruir as suas crenças e então perceber suas inconsistências.

Estas ideias aplicam-se para a leitura e interpretação de obras seminais no campo do desenvolvimento, liberdade e economia política.

Para além do contextualismo, o trabalho usa de recursos qualitativos ao debruçar-se sobre análise extensa dos materiais sobre Desenvolvimento como Liberdade, desenvolvimento, liberdade e economia política. Enquanto que volta-se para as ferramentas quantitativas no último capítulo ao resgatar os índices relativos às liberdades econômicas e políticas do Brasil, pelo uso de métodos estatísticos e gráficos (KING; KEOHANE; VERBA, 1994). A pesquisa em questão ao tratar das ciências sociais está diretamente vinculada à metodologia construtivista (MOSES; KNUTSEN, 2007), todavia não se atêm à rótulos fixos, uma vez que as metodologias e métodos adotados não se conformam como camisas-de-força das quais ao serem colocadas, não podem mais ser retiradas ou trocadas. Uma vez entendido o caráter proeminente do construtivismo neste projeto, sabe-se que esta visão abraça a ideia ontológica de que os indivíduos são maleáveis, ou seja, o fato de que cada cidadão está inserido em determinado contexto não só permite como cria condições únicas de percepção. Assim, ao abarcar a percepção individual de cada, o construtivismo identifica-se metodologicamente como uma forma de pensar cética e crítica que busca identificar os padrões socialmente construídos no mundo. O construtivismo não permite a exatidão e pragmatismo da mesma maneira que o naturalismo, sendo fortemente influenciados a acreditar na existência de um conhecimento intersubjetivo, sem hierarquizar os métodos mais ou menos fidedignos. Esta torna-se então, a natureza da pesquisa a realizar-se.

Cabe ainda a importância da tradição da filosofia da linguagem<sup>15</sup> e dos estudos posteriores. Onde cada autor ao escrever sobre um tema, está em realidade realizando uma ação em três partes; primeiramente tem-se uma determinada intenção ou sentido ao escrever, uma mensagem almejada; em segundo lugar há o ato de escrever em si, que ocupará uma função de informar, ordenar, pedir... E por fim existe

---

<sup>15</sup> Para mais detalhes sobre a tradição da filosofia da linguagem, consultar: Austin (1962), Wittgenstein (1974; 1986), Pocock (1962), Bevir (1997; 1999), Skinner (1966; 1969) ...

aquilo que se interpreta ou absorve do que foi escrito<sup>16</sup>. Desta conjunção de fenômenos criam-se questionamentos, debates, leituras equivocadas e, claro, estabelecem-se diferentes visões sobre determinado tema.

É deste ponto de inflexão que se entende o dito de Wittgenstein: “Words are deeds (palavras são atos, tradução nossa)” (1998, p. 69) Para tudo aquilo que é dito e escrito, estabelece-se um espaço, um posicionamento no qual o autor acredita e está de acordo com suas crenças, o que irá diferenciá-lo dos demais, seja por divergências entre correntes de pensamentos ou ramos dentro de uma mesma escola. O fato é, seja no debate da esfera dos conceitos essencialmente contestados ou ao debater a posição divergente geradora de conflitos ideológicos de onde exprimem-se os autores, a analogia feita por Gallie é bem colocada:

There is, therefore, continuous competition between the contestant teams, not only for acknowledgement as champions, but for acceptance of (what each side and its supporters take to be) the proper criteria of championship<sup>17</sup>.  
(GALLIE, 1956, p.171)

Dito isto, o trabalho ao guiar-se por esta metodologia está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo, de início, explora o problema de pesquisa, ao constatar alguns dos problemas históricos e constantes do Brasil. Procura-se, a partir do arcabouço providenciado pelas obras de Amartya Sen, avaliar quais os entraves para o desenvolvimento da nação brasileira, visto que dos dados anteriormente apresentados, veem-se sérios impeditivos e violações às liberdades básicas dos indivíduos.

Também trata de introduzir o tema e explicar o que é, de forma introdutória, o desenvolvimento como liberdade, bem como nesta última parcela do capítulo apresentar os recursos metodológicos utilizados ao longo da pesquisa.

Para entender o desenvolvimento como liberdade, contudo, deve-se primeiramente abraçar os conceitos adotados por Sen de desenvolvimento e de liberdade; desta feita são destrinchadas, no segundo capítulo, as raízes da ideia seniana de desenvolvimento e liberdade. Têm-se em mente que os debates sobre

---

<sup>16</sup> Para melhor entender as três expressões dos atos locucionários (Locutionary act; illocutionary act; perlocutionary act) consultar Austin. (1962, p.108)

<sup>17</sup> Há, portanto, competição contínua entre os times, não apenas para que um emerge campeão, mas pelo que (cada lado e seus apoiadores acreditam que sejam) critérios justos para o funcionamento do campeonato (tradução nossa).

desenvolvimento e liberdade são de uma riqueza infindável. Porém, é feito o necessário para coletar os elementos principais na reconstituição e análise crítica do pensamento seniano.

A reconstituição e análise do pensamento seniano prova-se útil ao trazer à luz os pensamentos relevantes dos quais alicerçam ou de alguma forma não puderam ser tratados pelo autor - neste caso Amartya Sen - porém contribuíram sobremaneira na constituição da tese do intelectual. A necessidade é de remontar os elementos centrais para melhor entender e analisar como chegam-se às conclusões sobre os conceitos de desenvolvimento, liberdade e na corroboração do desenvolvimento como liberdade.

No terceiro capítulo se adentra na discussão das liberdades instrumentais introduzidas por Sen, estas são peças fundamentais para alcançar o desenvolvimento como liberdade. Pois é com elas que se possibilita a vida mais livre e, para tanto, contribui para o desenvolvimento da sociedade.

Cabe observar também a correlação entre cada uma das liberdades instrumentais. Esta é comprovada ao longo da obra de Sen e explorada posteriormente neste trabalho. Uma liberdade instrumental influi em aspectos das demais em uma relação de interdependência. Em especial, quando as liberdades instrumentais são tratadas aqui, é dada atenção especial para as chamadas facilidades econômicas e liberdades políticas explicitadas por Amartya Sen. Uma vez que os aspectos econômicos e políticos provam-se área de enfoque desta pesquisa, dada a relativa importância da economia política como instrumento de análise nos capítulos seguintes.

Portanto, ao fim do terceiro capítulo ainda são tratados sobre a economia política, da intersecção dos temas e da força do recurso à economia política e economia política internacional para entender os percalços para superar o subdesenvolvimento.

É neste passo que se entra para o quarto capítulo, onde é averiguada a possibilidade de aplicar-se o conceito de desenvolvimento como liberdade no Brasil, se de fato há como verificar o desenvolvimento através das liberdades instrumentais apresentadas por Amartya Sen. Através de análises de dados, gráficos e tabelas é



realizado um estudo final da viabilidade de entender o Brasil pela ótica do desenvolvimento como liberdade.

Os dados retirados e apresentados nas tabelas, são todos buscados em organismos internacionais ou órgãos responsáveis do governo brasileiro; procura-se mostrar um pouco da realidade brasileira comparada a de demais países emergentes e desenvolvidos. Para tanto utilizou-se e utiliza-se tanto do grupo G20 quanto do grupo G7 como parâmetros para observar a qualidade de vida comparada dos cidadãos destes países.

Ainda mais, buscam-se os dados mais recentes disponíveis entre os países para realizarem-se as análises, visto que o contexto internacional compartilhado por todos é essencial para manter um mínimo comum entre as nações analisadas. Cabe ressaltar que muito dos contextos nacionais e regionais não se podem escapar ao realizar a análise destes dados, para maior cuidado no seu manuseamento.

Enfim, no último capítulo, são apresentadas as conclusões alcançadas com o trabalho realizado. Desde o entendimento do desenvolvimento como liberdade à aplicação na realidade brasileira.

Espera-se chegar a uma corroboração em respeito à hipótese de que Amartya Sen contribui para a avaliação da realidade brasileira não só ao adicionar a importância das capacidades humanas e da centralidade do ideal de capacitação como fator essencial para gerar liberdade e conseqüentemente desenvolvimento. Mas também conseguiria demonstrar a intrincada relação existente entre as diversas liberdades instrumentais, que conectam temas interdisciplinares, desde os aspectos econômicos e políticos - centrais no trabalho de Sen - como também a esfera social, as conseqüências na saúde, educação e segurança pública. O autor assim comprovaria a existência de uma rede que unge estes temas de forma que todos encontram-se em uma situação de interdependência, onde um efeito tem inúmeras conseqüências que reverberam nos demais fios.

Com o problema e introdução em mãos, deve-se agora lançar a base do conceito de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen no início de sua obra ao advogar pelo uso de sua ideia de desenvolvimento:

“(...) adotar a visão do desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas. É essa visão que apresentamos, esmiuçamos e utilizamos neste livro para investigar o

processo de desenvolvimento integrando considerações econômicas, sociais e políticas. (SEN, 2010, p.23)

Como já expressei, não se pode entender na totalidade desenvolvimento como liberdade sem antes assimilar o que Amartya Sen quer dizer por cada palavra individualmente. Passa-se, então, para o debate sucinto, porém crucial sobre o primeiro dos dois conceitos, o que é desenvolvimento?

## 2. A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

“Perdido na multidão, o indivíduo quase nunca percebe a influência que exerce.” (CONSTANT, 1985, p.15)

### 2.1 DESENVOLVIMENTO EM FOCO

Ao discutir-se desenvolvimento, sabe-se que a utilização do termo como tal empreende-se hoje nem sempre fora uma realidade. Desde o emprego da palavra desenvolvimento, à própria ideia contemporânea do termo, passou-se por um amadurecimento até a concepção atual. Onde os primeiros ensaios ocidentais originaram-se no século XVIII com o surgimento de uma filosofia da história vinculada à proposição do progresso<sup>18</sup>, da História como uma linha contínua em marcha sempre para frente, sem possibilidade de retrocessos. A racionalidade instrumental<sup>19</sup> repudiaria nessa época quaisquer chances de a humanidade poder retroceder. (FURTADO, 1980, p.1-2)

Celso Furtado (1980, p. 1-2) aponta para três ideias centrais que teriam afixado o ideário do progresso na civilização ocidental a partir do século XVIII. O primeiro destes pontos está na escola que origina a visão da História como marcha progressiva, o Iluminismo, o qual longe de ater-se somente ao campo da História, capilariza sua influência para todas as áreas de uma sociedade, seja na política, sociologia ou educação. O ideário iluminista que culmina na Revolução Francesa em 1789, é uma das molas propulsoras para o estabelecimento da modernidade<sup>20</sup>.

Assim sendo, o movimento iluminista surge alicerçado em uma tradição teórica racionalista europeia já firmada em Descartes, Spinoza e Leibniz; onde aproveita-se para retomar o caráter antropocêntrico das ciências que culminaria em uma sociedade cada vez mais secularizada e pautada pelo progresso técnico, o qual ocorreria pela

---

<sup>18</sup> Os primeiros ensaios vinculados à filosofia da história surgem com o positivismo em Augusto Comte de uma visão naturalista e materialista da história, para melhor entender, observar Comte (1978).

<sup>19</sup> Apesar do termo razão instrumental apenas surgir com Max Horkheimer no contexto de sua teoria crítica, outros autores como Max Weber tratam do tema e da sua existência já anterior, antes de ser enquadrada como tal. Para melhor entender, consultar Horkheimer e sua obra Teoria Crítica: ensaios selecionados (2002) e Weber e sua obra a Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo (2001).

<sup>20</sup> Termo controverso que possui diversas interpretações no que diz respeito ao seu início, seja aceito pela Revolução Industrial, pela Revolução Francesa, pelo Iluminismo. O debate é de grande riqueza, para maior entendimento, alguns exemplos: Berman (1988), Himmelfarb (2005), Kennington (2004).

valorização das ciências objetivas. A formação do Estado Moderno como o conhecemos atualmente e a posterior industrialização, são movimentos conjuntos advogados por novas parcelas dominantes na sociedade. Não é novidade que a transição para a sociedade moderna fora conturbada, com grandes mudanças estruturais nos grupos preponderantes nos recém formados Estados e de grande efervescência cultural-intelectual; os acontecimentos que levam à inauguração da contemporaneidade com a Revolução Francesa trazem alguns ideais essenciais, dentre eles a crença de que a revolução traria uma evolução na sociedade, e desta viria o progresso. Pois do caminhar retilíneo da História, o caminho à frente seria sempre um aprimoramento daquilo que já fora.<sup>21</sup>

O segundo dos pontos trazidos por Furtado (1980, p.2), este de maior reverberação ainda na contemporaneidade, é a publicação da Riqueza das Nações por Adam Smith, o qual é resultado do seu contexto histórico, em que a busca incessante pela acumulação de riquezas, gerador do crescimento econômico dos países, torna-se uma realidade crescente. Smith é o melhor observador na mudança de uma ideia de acumulação mercantil, pautada no estoque de ouro e prata dos quais Portugal e Espanha eram reconhecidos por; para uma administração onde o comércio exterior beneficiaria o país pela exportação do excedente de trabalho e bens, ao passo que a nação recebe em troca aquilo de que tem maior demanda. Para tanto, a lógica de Smith não está na acumulação de metais, mas nos benefícios reais trazidos pela troca; de fato a acumulação da moeda de troca traz benefícios, todavia o ponto de inflexão está na expansão da tecnologia e do fortalecimento da produção excedente de cada país para a exportação. (SMITH, 1977, p.581)

Smith (1977, p.581) participa de uma grande mudança histórica nas políticas econômicas das Nações, sobretudo no que diz respeito à passagem de um metalismo mercantilista para uma economia do capitalismo liberal. É desta mudança que surgem as primeiras concepções de desenvolvimento. A partir da acumulação geradora de crescimento econômico, cada país seria capaz de satisfazer a necessidade da especialização e divisão de trabalho de seus cidadãos, resolver problemas de oferta

---

<sup>21</sup> Para melhor compreender o Iluminismo, ver: Cassirer (1992); Falcon (1989); Habermas (2000); Rouanet (1987).

e demanda, bem como melhorar a produtividade geral. Aí seria produzido o bem-estar coletivo dos cidadãos.

O terceiro argumento (FURTADO, 1980, p.2) é consequência direta do Iluminismo e das ideias de Adam Smith, pois o que surge é a constante gula pela expansão geográfica. Esta lentamente cria uma imagem de um mundo “civilizado” em oposição àqueles que são “retardados”. A tendência observada surge como resultado das grandes navegações, do descobrimento de novos territórios como a América e das ilhas na Oceania; até o “redescobrimto” da África e da Ásia. Cada uma dessas localidades recém-conhecidas ou já contatadas pelos jovens Estados europeus estabeleceria uma relação diferente com os últimos. Porém um aspecto era claro dentre todas estas interações, havia uma tendência de entender-se a Europa como superior às demais civilizações, propagadores do progresso e daquilo que seria melhor para os demais povos.

A visão de superioridade da civilização europeia só seria impulsionada com as teses iluministas e modelos econômicos formulados não só por Adam Smith. O que ocorreu foi a disseminação das ideias eurocêntricas para as demais partes do mundo, em que haveria um propósito civilizador por trás dos Estados europeus; isto seja pela organização da sociedade, pela cultura (dos hábitos às artes) ou pela tecnologia avançada. Era impensável que as civilizações europeias possuíssem uma posição inferior, e de tal situação, veio a justificativa de regência de governadores europeus nas novas terras, este último contexto muito propulsionado pela acumulação de riquezas e da tradução em sinônimo entre territórios e poder.

Deste mosaico entre Iluminismo, Adam Smith e a expansão dos limites geográficos mundiais, corrobora-se lentamente o terreno para o advento da modernidade como a conhecemos e dela, os Estados nacionais com seus projetos de desenvolvimento nacional. A Europa firmaria sua base e o quebra-cabeça de países se estruturaria, ainda que de forma conturbada por meio de revoluções e guerras, o ideário iluminista se espalha do século XVIII adiante dentro do continente.

É neste contexto que o conceito de desenvolvimento - visto aqui diretamente imbricado com o surgimento da ideia de progresso – tem seus primeiros esboços modernos. E, pouco adiante no século XIX, estas teses que transitavam principalmente no campo das ideias, passam a ser disseminadas e reinterpretadas,

por exemplo, na América inglesa com os Pais Fundadores<sup>22</sup> ou refutadas pelo Marxismo<sup>23</sup> que ganhava espaço. Das fronteiras mundiais cada vez menos se desconhecia, e por isso, as ideias espalharam-se e foram absorvidas pelas jovens nações que as implementaram cada qual ao seu modo.

A palavra desenvolvimento passa a ser relacionada cada vez mais com duas principais vertentes de interpretá-la, a primeira:

(...) Diz respeito à evolução de um sistema social de produção na medida em que este, mediante a acumulação e progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. (FURTADO, 1980, p.15).

Este conceito está diretamente ligado à ideia do progresso técnico como motor que possibilita a manutenção da sociedade capitalista, esta entendida em seu seio pela criação de mecanismos que possibilitem a acumulação de riquezas. O progresso técnico permite, então, a origem de novas formas de capital as quais traduzem-se de um lado em satisfação dos consumidores no uso de sua renda para tal e de novas formas de acumulação de outro. No entanto, o progresso técnico não se sustenta sem um mecanismo de produção contínua de novidades. Este, fruto da criatividade humana que possibilita o uso da racionalidade para a realização da inovação, central para atingir o progresso técnico, doravante, o crescimento econômico e o desenvolvimento também.

Sob esta ótica, o desenvolvimento possui um caráter muito mais técnico, mas que em última instância consegue corroborar em uma sociedade mais eficiente, produtiva e em que, conseqüentemente, a população consiga usufruir dos resultados do progresso técnico.

A segunda maneira de debater o conceito, mais próxima de Sen (2010), diz respeito ao grau de satisfação das necessidades humanas, as quais estariam em primeiro plano, relacionadas com as necessidades humanas elementares, aquilo que

---

<sup>22</sup> É clara a influência do contexto histórico na origem de movimentos como o realizado na independência dos Estados Unidos e na força para a produção dos Artigos Federalistas. Consultar Jay, Madison e Hamilton (2003; 2009) para melhor compreender.

<sup>23</sup> É extremamente rico o arcabouço do Marxismo, de início, recomenda-se O Capital (MARX, 1977) e O Manifesto do Partido Comunista (MARX; ENGELS, 1970).

é preciso para sobreviver: alimentação, vestimentas, habitação, saneamento... Porém, ao passar o debate para o plano de necessidades as quais não ocupam lugar central para a sobrevivência, torna-se difícil para estabelecer um parâmetro do que se quer dizer com o grau de satisfação das necessidades humanas. Desta maneira, quando se adentra na elucidação deste conceito, deve-se tomar cuidado quanto à nitidez, das referências e valores adotados para se considerar quais são os elementos primordiais para uma vida digna.

O que se sabe é o objetivo de dotar os indivíduos de uma sociedade para que possam realizar plenamente as suas potencialidades, entretanto, o cuidado para com as variáveis que definem esta situação são imprescindíveis.

Haveria, ainda, a possibilidade de discutir uma terceira alternativa, a qual estaria vinculada à consecução de objetivos a que almejam as classes dominantes de uma sociedade e que competem diuturnamente pela utilização dos recursos escassos. Contudo, Furtado vê esta tese como ambígua e abstrata, visto que o objetivo de cada classe representada tem a tendência de ser subjetivo, além de que as classes em si não são monolíticas em si, o que torna ainda mais difícil o uso desta terceira alternativa. (FURTADO, 1980, p.16)

Apesar de Sen não tratar diretamente sobre a ideia de progresso ou ter de fato convivido com Celso Furtado, duas semelhanças são inevitáveis de se observar neste início de capítulo ao tratar da gênese do termo desenvolvimento. Por um lado, há a forte preponderância pela importância de Adam Smith como formulador das bases para entender a sociedade de uma época, tanto Sen, quanto Furtado dão muita atenção para o escocês em suas obras. De outro lado não se podem negar as preferências de Furtado em relação à segunda forma de entender desenvolvimento, muito mais focado nas necessidades dos indivíduos, muito em concordância com aquilo que Amartya Sen acredita ser central para o desenvolvimento das nações.

Percebe-se assim, que conclusões e observações semelhantes são feitas por autores diferentes em contextos internacionais semelhantes, onde ocorrem movimentos convergentes entre pares e grupos aparentemente heterogêneos.

Para além destas discussões, adentra-se às duas principais correntes do século XX, diz-se do Keynesianismo e do Neoliberalismo<sup>24</sup>, os quais ocupam um lugar essencial no debate sobre a posição do mercado na obra de Sen, ainda que não sejam diretamente citados. É clara a magnitude que tal mudança de paradigma, durante a década de 1970, tenha tido papel preponderante sobre a opinião de Sen quanto às vantagens ou desvantagens do livre mercado.

Sen não nega a importância do mercado para o sucesso do desenvolvimento em suas obras, por outro lado, também não aceita completamente a contribuição da participação no mercado dos indivíduos e Estados como sempre benéfica. Neste sentido, o autor é muito pragmático, ao estar ciente das tantas vantagens e desvantagens da existência de um comércio entre Estados; desde a impossibilidade de promover de forma geral um forte crescimento econômico ou investir na industrialização com a abertura ao mercado, quanto entender que a liberdade de participar de intercâmbios econômicos pode ser essencial para a sobrevivência e desenvolvimento de determinadas comunidades ou sociedades.

Para Sen, o que está em jogo na discussão da aderência ou não aos mercados é o mesmo que está em xeque no debate sobre desenvolvimento como liberdade, é a liberdade como capacitação que é ameaçada. O autor traz um exemplo ilustrativo:

Eu tinha uns dez anos. Certa tarde (...) um homem entrou pelo portão gritando desesperadamente e sangrando muito. (...) Era a época em que hindus e muçulmanos matavam-se nos conflitos grupais que precederam a independência e a divisão de Índia e Paquistão. Kader Mia, o homem esfaqueado, era um trabalhador diarista muçulmano (...) e fora esfaqueado na rua por alguns desordeiros da comunidade hindu (...) Kader Mia não parava de nos contar que sua esposa lhe dissera para não entrar em uma área hostil naquela época tão conturbada. Mas Kader Mia precisava sair em busca de trabalho e um pouco de dinheiro porque sua família não tinha o que comer. A penalidade por essa privação de liberdade econômica acabou sendo a morte (...) (SEN, 2010, p.22)

Apesar de o exemplo não tratar diretamente sobre o livre mercado, há um ensinamento muito importante contido. Se Kader Mia desfrutasse da totalidade de sua liberdade, por um lado não necessitaria ter de passar pela área hostil à comunidade muçulmana, visto que teria as condições mínimas para não ser forçado a ser um trabalhador diarista; por outro lado, Kader Mia também não precisaria se preocupar

---

<sup>24</sup> Para melhor entender o complexo debate neoliberal e seus autores, consultar: Hayek (2001), Mises (2010), Friedman (2002).



com as hostilidades entre os povos caso as liberdades de cada um fossem entendidas e respeitadas. O mesmo ocorre no caso do mercado, devem ser garantidas, antes de tudo, as liberdades dos indivíduos e dos Estados de poderem ter acesso aos mercados, uma vez que estas estão inclusas nas liberdades de troca a que todos teriam direito.

Assim, a liberdade de intercâmbio viria antes de qualquer juízo de valor sobre as benesses ou problemas da participação no mercado. O que se abre primeiramente é a possibilidade de livre decisão sobre a entrada ou não ao mercado, afinal, a troca de mercadorias configura-se, da mesma forma que a troca de palavras, em uma liberdade essencial para todos os entes. Longe de discordar dos ganhos que o comércio internacional pode gerar, Sen (2010, p.22-25) está muito mais preocupado com as liberdades de participar deste; pois se a falta de liberdade econômica de Kader Mia resultou na privação de liberdade social, Sen comprova que isto também está em andamento em outras esferas, afinal as liberdades e demais categorias sociais não estão dissociadas umas das outras, como no caso de Kader Mia, a falta de liberdade em um ponto causa revés(es) em outro(s).

Discute-se ainda, antes do fim do século XX, a divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde a clara tentativa dos países não-alinhados no período prova-se um importante arcabouço a ser explorado. Ainda mais com a liderança da Índia na Conferência de Bandung<sup>25</sup>, o compromisso com o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos era crescente, com fortes representantes da América do Sul, África, Oriente Médio e Ásia, o movimento dos não-alinhados foi vivenciado por Amartya Sen e por outros grandes pensadores de países do Sul como Raúl Prebisch e Celso Furtado.

Para tanto, o momento histórico vivido por estes intelectuais<sup>26</sup>, desde o contexto da Guerra Fria ao movimento dos países do Sul, influi diretamente na produção de

---

<sup>25</sup> A Conferência de Bandung, uma reunião de países asiáticos e africanos – organizado pela Indonésia, Mianmar, Sri Lanka, Índia e Paquistão – que ocorreu entre os dias 18-24 de abril de 1955 em Bandung, Indonésia. No total, 29 países e seus representantes compareceram no que totalizou mais da metade da população mundial da época (ENCYCLOPEDIA BRITANICA, 2019a).

<sup>26</sup> Albert Hirschman, contemporâneo destes autores e de Sen, realiza também um trabalho sobre os dilemas e dificuldades para uma teoria do desenvolvimento no pós-guerra, consultar sua obra *A Economia como Ciência Moral e Política* (1986).

suas obras e de seus trabalhos. Com um forte compromisso de superar as condições degradantes dos seus países ou regiões de origem; a exemplo dos trabalhos de Furtado e Prebisch dentro e fora da CEPAL<sup>27</sup> (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), bem como as publicações posteriores de Sen preocupadas com a fome na Índia e o desenvolvimento do país<sup>28</sup>.

Chegando às contribuições mais recentes, duas recebem especial atenção, é o caso primeiramente das teorias de desenvolvimento que focam no papel estimulador das instituições como promotoras das estruturas políticas e econômicas de um país, o que permitiria uma base sólida para a construção de uma sociedade mais estável e assim, incentivar com mais facilidade o desenvolvimento das Nações. O protagonismo das instituições é cada vez mais difundido no campo das teorias do desenvolvimento e sua importância passa a reverberar na economia política internacional<sup>29</sup>, por exemplo.

Por outro lado, as teorias que dão destaque ao desenvolvimento humano têm ganhado cada vez mais espaço e relevância. A exemplo de trabalhos que se tornaram clássicos como *Bowling Alone* de Robert Putnam (2000), ou obras recentes relevantes como a de Giannetti (2018). O trabalho de Sen não foge à abordagem humana, ao tratar da capacidade humana e posteriormente em sua própria obra *Desenvolvimento como Liberdade* debate os conceitos de capital humano e capacidade humana. (2010, p.359-378) *Desenvolvimento*, para tanto, não pode se dissociar do seu objetivo último, tal qual é a realização da dignidade e felicidade de cada indivíduo. É desta maneira que Putnam aborda a ideia de capital social, Giannetti a ideia de capital humano e Sen o seu conceito central de capacidade humana.<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> Ver Furtado (1972;1976; 1992; ...) e Prebisch (1968; 1973;1987; ...) como alguns dos muitos exemplos.

<sup>28</sup> Sen escreve diversos trabalhos sobre a Índia e a fome: *An aspect of Indian agriculture* em 1962; *Poverty and Famines* em 1982; *India, economic development and social opportunity* em 1998; e mais recentemente *An Uncertain Glory: the contradictions of modern India* em 2013...

<sup>29</sup> Para melhor entender a ascensão da importância das instituições na academia e no sistema internacional, consultar Keohane (1984) e North (1990).

<sup>30</sup> Não se deve confundir o conceito de capital humano com a ideia de capacidade humana, bem como com a terceira ideia de capital social, estes conceitos possuem relação entre si, todavia não se confundem. Isto será argumentado ao tratar do desenvolvimento como liberdade propriamente dito (1.4).

Todas estas ideias no objetivo comum de alcançar o desenvolvimento na interpretação de cada autor. É neste ponto que se passa para a discussão fulcral deste subcapítulo, o que Sen entende pelo contraditório conceito de desenvolvimento. Para Sen, desenvolvimento consistiria:

(...) na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento. (SEN, 2010, p.10).

Percebe-se a centralidade do tema liberdade para Sen ao tratar do desenvolvimento. A liberdade é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento, isto se dá em último, por duas razões elencadas pelo economista indiano; de um lado haveria a razão avaliatória e de outro a razão da eficácia. (SEN, 2010, p.17-18, 33-34) Estas duas em conjunção determinam a existência de uma relação interdisciplinar entre desenvolvimento e liberdade com as demais áreas.

Primeiramente, a razão avaliatória (SEN, 2010, p.17-18) exprime-se como uma medida, um termômetro que pesa o desenvolvimento de determinado local. Em termos simples, a liberdade seria a balança que mede o progresso do desenvolvimento em dada região. Sem as devidas liberdades individuais e coletivas, não seria possível saber o grau de desenvolvimento a que se encontra quaisquer sociedades. A razão avaliatória configura-se como uma justificativa do caráter insubstituível da liberdade como uma maneira de avaliar o progresso das pessoas.

A segunda afirmativa faz relação à razão da eficácia, a qual relaciona-se mais diretamente com o caráter interdisciplinar do desenvolvimento. A razão da eficácia está atrelada à importância da livre condição de agente dos indivíduos como promotores de outros mecanismos que engendram o desenvolvimento, em outros dizeres, a partir da liberdade de cada um, pela razão da eficácia, seria possível colher resultados pelas realizações individuais e coletivas dos cidadãos. (SEN, 2010, p.33-34)

O que ocorre com a razão da eficácia é o entendimento dos efeitos das condições livres das pessoas, se os agentes são livres com garantias nas liberdades políticas, oportunidades econômicas, sistema de saúde funcional, educação básica, incentivos nestas áreas...; não só esperam-se resultados positivos que contribuem para o

progresso técnico, mas também o essencial, contribuiriam para a melhora da vida levada por todos e conseqüentemente para a permanência da liberdade.

Afora justificar a abordagem de Sen, deve-se ressaltar o seu esforço em apontar determinados desafios os quais devem-se superar na esfera da liberdade e de áreas interligadas para que o desenvolvimento seja alcançado. Sendo que em todas estas áreas, conjuga-se a ideia comum de que o desenvolvimento apenas pode ser alcançado pelo entendimento das liberdades de cada indivíduo.

Por exemplo, ao tratar das condições de trabalho de cada cidadão, Amartya Sen coloca que nenhum país consegue avançar a sua sociedade sem que insira a sua população no mercado de trabalho em condições onde são asseguradas as liberdades do contratado, tanto de trabalhar em um ambiente adequado quanto poder escusar-se de continuar quando as expectativas não confluem. Para melhor entender esta situação, o autor laureado contracena a situação de um trabalhador livre atualmente com a de um escravo nos séculos passados; o escravo, independente de sua relação com o seu senhor, está preso a trabalhar em um determinado local, sem poder escolher ou encontrar outras opções, sempre à mercê da boa vontade do senhor. (SEN, 2010, p.20-21)

Esta analogia de Sen<sup>31</sup> demonstra que a liberdade do trabalhador é essencial, visto que o acesso ao mercado dá chances para que cada um possa perseguir suas carreiras de interesse e conseqüentemente gerar o bem-estar individual que requer o desenvolvimento como liberdade.

Outro fator premente para alcançar o desenvolvimento para Sen é a questão das identidades díspares entre as diversas etnias e grupos culturais na sociedade, para Sen existe um problema quanto à inclusão destas comunidades excluídas na sociedade. Retorna-se, neste caso, para o exemplo de Kader Mia, Kader era muçulmano em uma sociedade conflituosa entre cidadãos da Índia e Paquistão convivendo conjuntamente, por uma questão de liberdade econômica, sua liberdade social também houvera sido agredida. Mas independentemente da situação econômica na qual Kader Mia se encontrava, ele já vivia em uma sociedade onde as

---

<sup>31</sup> Sen utiliza-se aqui da clássica analogia descrita pelo republicanismo atual entre o senhor benevolente e o escravo que não sofre intervenções. Para mais informações, ler: Pettit (1997).

liberdades sociais tanto dos hindus como dos muçulmanos era atacada em certas regiões específicas da cidade.

Este exemplo ilustra muito bem como a segregação entre diferentes grupos sociais, étnicos ou culturais cria grilhões para o desenvolvimento da vida em comunidade, da liberdade cívica de cada um buscar seus interesses sem que tenha de esbarrar nas impossibilidades do convívio conflitivo entre comunidades. É neste quesito que entra o papel fundamental de incluir os grupos marginalizados para dentro da sociedade, para que possam gozar das mesmas liberdades dos grupos dominantes, com isto, mais um obstáculo ao desenvolvimento seria vencido.

Portanto, para alcançar tal patamar de desenvolvimento devem ser removidas as principais fontes de privação de liberdade, dentre elas, a pobreza, a carência de oportunidades econômicas, a falência dos serviços públicos, a intolerância dos Estados repressivos... (SEN, 2010, p.16-17) Para apreender na totalidade quais são estas privações da liberdade, deve-se passar agora para outra discussão: o que é liberdade?

## **2.2 LIBERDADE EM FOCO**

Se a palavra desenvolvimento já possui uma discussão que deve ser retraçada um par de séculos no passado, quando se trata da liberdade a temática atravessa milênios. Tão universal e complexa é tal ideia que ela em si não se atém a rótulos fixos. Sendo o território da disputa pelo seu conceito uma área multidisciplinar, liberdade não pode ser entendida como fixa, perpétua; esse valor tão caro é plurissignificativo e instável, em constante mutação, ao tratar do tema nunca se fala simplesmente em liberdade, mas em liberdade em relação a que, em que sentido, para quem.

A polivalência da liberdade pode muito bem ser constatada ao consultar, por exemplo, um dicionário de política (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p.708-713), que de início já atenta para a pluralidade dos modos de definição do termo. Apresenta no decorrer destas poucas páginas diversas liberdades: social; não-social; liberdade como satisfação das necessidades fundamentais; como proteção dos direitos fundamentais; como governo fundamentado; como construção moral. Os autores ressaltam a dificuldade de se construir qualquer consenso no tema:

Todos irão concordar que a Liberdade é o bem supremo, porém sua concordância não passará disso. (...) Com relação aos segmentos a ser atingidos ou não pela Liberdade social, haverá sempre opiniões divergentes, de acordo com o valor atribuído a outras finalidades sociais, quais sejam a igualdade, a justiça ou o bem-estar, que podem competir com a finalidade da liberdade. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 712)

Liberdade, então, é um valor extremamente caro para as sociedades, sendo, como dito, um objetivo comum entre os povos que, embora possuam concepções diferentes para cada contexto e cultura, percebem a liberdade como inerentemente boa. Apesar de haverem contradições entre o peso que se dá à ideia no ocidente em contraposição ao oriente, onde valores como disciplina e respeito se sobrepõem à liberdade, deve-se entender que nenhuma civilização vê de forma depreciativa o conceito, porém interpretam-no de acordo com suas crenças.

Apesar de haverem tradições díspares entre o ocidente e o oriente, não quer dizer que não possa haver consenso, ou que esta divisão dos discursos seja permanente. Para esta situação, Sen desafia o arcabouço criado por Samuel Huntington com o Choque das Civilizações<sup>32</sup> ao argumentar pela existência de tradições convergentes tanto no ocidente quanto no oriente. (SEN, 1998, p.41) Para o autor indiano, não há necessariamente uma impossibilidade cultural entre os dois polos, é claro que Sen não discorda da existência fatídica de um discurso de países orientais como a China em que autoridades estatais defendem uma visão em contrariedade com o outro lado.

Contudo, ao aproximar a lente de análise, percebe-se que ainda que haja uma discrepância quanto às crenças que pautam cada civilização, Amartya Sen adentra novamente no exemplo chinês e demonstra que a liberdade que é ofuscada no Confucionismo, é vista com muito mais laudas no Budismo. O ponto central é demonstrar que as controvérsias entre as civilizações são frutos de decisões dos grupos governamentais, os quais elegem o discurso dominante que, em muitos casos, é aquele que se coloca em oposição a um outro. (SEN, 1998, p.42)

Isto não quer dizer que a interpretação oriental diferente da ocidental ocorre simplesmente por opção, mas que a formação da argumentação em oposição surge em consequência daqueles que detém a maior voz. Não se deve cometer o erro de

---

<sup>32</sup> Obra impactante de Samuel Huntington (1996) em que o constante progresso técnico levaria a um mundo cada vez mais conectado, o qual não poderia evitar o choque inevitável entre civilizações com culturas e tradições diferentes; este choque levaria a conflitos armados entre os polos.

analisar os Estado-nação como estruturas monolíticas em que uma visão, ao dizer-se oficial, é a única. A atenção às vozes dissidentes que lutam pelo seu espaço no campo plural das sociedades é primordial. Para tanto, apesar dos argumentos atuais muito polarizantes entre o ocidente e o oriente, não se pode concluir que as civilizações irão indubitavelmente entrar em choque, tudo está à mercê das vozes vencedoras.

É nesta linha de raciocínio que Benjamin Constant realiza uma reflexão muito necessária do seu tempo e das mudanças vividas sobre o papel da liberdade. Se a liberdade outrora era alicerçada no poder social capaz de refletir diretamente na vida pública dos indivíduos, na modernidade a visão que se estabelece é do controle sobre as vontades individuais as quais permitem a garantia dos direitos e da vida privada. Constant advoga pela necessidade dessa transição do antigo para o moderno e vê tal transformação como consequência fundamental da Revolução Francesa que estabelece um novo paradigma, bem como, aos olhos do autor francês, o modelo mais exemplar de governo representativo do período.

Benjamin Constant (1985) entende que a liberdade não é fixa. Na antiguidade o conceito pudera ter um determinado sentido, todavia quando a mesma ideia é tratada na modernidade, esta não o pode ser sem as necessárias adaptações. A liberdade para o conjunto da sociedade deve condizer com o contexto no qual se vive, seja pelos aspectos culturais ou pela situação em que se encontra o Estado. Assim, a ideia de uma liberdade preponderantemente cívica, de engajamento político e atuação direta dos cidadãos sobre os rumos nacionais não faz mais sentido em uma sociedade cada vez mais numerosa e, principalmente, quando os valores estabelecidos já estão muito aquém da valorização da liberdade pública.

Importa muito mais na modernidade a idolatria à vida privada, a segurança de saber que os assuntos privados se mantêm nesta esfera e são respeitados. Entender que quaisquer violações à liberdade individual seriam uma afronta muito maior do que a restrição aos direitos de participar da vida pública. Constant interpreta que a liberdade dos antigos acarreta em uma supressão da vida privada, onde tudo e todos estariam - durante os tempos anteriores à modernidade - à mercê do julgamento recíproco entre os concidadãos de uma cidade-estado. O problema colocado é o da cessão da privacidade em contrapartida a um ganho na construção de uma sociedade

mais aberta e de uma política mais direta, na qual todo cidadão seria capaz de exercer sua opinião e agir no melhor progresso de sua Nação.

Esta troca do público e do privado seria um golpe nefasto à modernidade vista como uma atualização do passado. Pois a Idade Moderna teria criado um novo tipo de indivíduo que entende o seu papel social no depósito de sua confiança em um ente o qual representará as vontades populares; aí a importância dos governos representativos como a solução para a dificuldade de participar direta e ativamente das decisões, relegando seus poderes para que um terceiro ente o faça. O que, para os modernos, é uma vantagem considerável em contraposição à arbitrariedade dos Estados-Nação da antiguidade com, por exemplo, a prática do ostracismo<sup>33</sup> na Grécia Antiga.

Benjamin Constant (1985) ressalta, então, o que se quer dizer com a liberdade moderna, aquela proferida pelos intelectuais dos Estados Unidos e da França, os quais levariam à disseminação deste resultado para as demais nações do Ocidente:

É para cada um o direito de não se submeter senão às leis, de não ser preso, nem detido, nem condenado, nem maltratado de nenhuma maneira, pelo efeito da vontade arbitrária de um ou de vários indivíduos. (...) É o direito, para cada um, de influir sobre a administração do governo (...), seja pela nomeação de todos ou de certos funcionários, seja por representações, petições, reivindicações (...) (CONSTANT, 1985, p. 11)

Logo se entende a importância do espaço privado para os modernos, contudo esta visão da vida privada a partir de um governo representativo está longe de ser livre de falhas e preocupações. Tanto a liberdade antiga quanto moderna, consequências de construtos humanos, incorrem em problemas:

O perigo da liberdade antiga estava em que, atentos unicamente à necessidade de garantir a participação do poder social, os homens não se preocupassem com os direitos e garantias individuais. O perigo da liberdade moderna está em que, absorvidos pelo gozo da independência privada e na busca de interesses particulares, renunciemos demasiado facilmente a nosso direito de participar do poder político. (CONSTANT, 1985, p. 23)

Percebe-se claramente que o autor francês possui uma forte preocupação com o bem-estar das populações e da extrema importância que um trabalho de

---

<sup>33</sup> Refere-se à prática na antiga Atenas que ocorria quando um cidadão ateniense ameaçava de alguma forma a estabilidade do Estado-nação, desta forma o cidadão poderia ser banido sem que acusações fossem de fato realizadas contra ele. Em determinadas épocas a população decidia, sem debate, se haveria uma votação para realizar o ostracismo a alguém. Todo cidadão ateniense tinha o direito de votar no ostracismo de outrem. (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2019b).



contraposição entre o ideal defendido pelos antigos e o outro pelos modernos necessita de um equilíbrio; ainda que advogue sobre a importância do conhecimento das mazelas de cada uma dessas Nações.

Amartya Sen, neste contexto, entende que sua visão de liberdade não é universal. Ela está presa ao seu contexto e, apesar da aplicabilidade contemporâneo, o mesmo não se pode dizer para com o termo em gerações futuras. Onde aquilo que é valorizado não necessariamente será o mesmo, de mesma forma que a liberdade dos antigos muito mais alicerçada nos direitos de atuação pública sem intervenções, passa a ser menos valorizada na modernidade e, o que passa ser a regra é a preferência pela liberdade na vida privada, um respeito àquilo que é privado às custas do que era precioso na antiguidade, tal qual era a participação popular ativa.

Por outro lado, quando se fala em liberdade no século XX, a classificação de Isaiah Berlin logo vem à tona. Ao escrever *Dois Conceitos de Liberdade* (1959), o autor cimenta uma visão que será posteriormente debatida e lida por autores que tratam do tema da liberdade. Berlin escreve em seu artigo sobre duas formas para se entender o conceito, por um lado através do seu sentido negativo e de outro pelo seu sentido positivo. Ainda que, assim como Bobbio, Matteucci e Pasquino, Berlin concorde que de fato a ideia de liberdade possua múltiplas facetas, inclusive atenta para a dificuldade de se encontrar um consenso à respeito do seu conceito ao caracterizá-lo de “poroso” (BERLIN, 1959, p.3); o autor atenta para o perigo de se negligenciar a importância dos debates políticos e filosóficos, sob o risco de: “ficar à mercê das crenças políticas primitivas e não criticadas”. (BERLIN, 1959, p.2)

Berlin (1959) acredita que ao discutir liberdade, as finalidades propelas por cada parte são de igual concordância e que, aquilo que ainda não foi ajustado entre as partes é a busca por um denominador comum de discussão, o qual o intelectual coloca como os meios a serem utilizados. Todavia o intelectual não acredita que estas discussões quanto aos meios sejam meramente técnicas, visto que dá atenção especial para a existência de um espaço para o debate dos termos. Assim, o que é posto é a necessidade de se discutir a liberdade fora dos termos técnicos e sem a preocupação de não se obter um resultado que perpetue no tempo; Isaiah Berlin vê no debate teórico, ainda que de matéria instável, um campo de riqueza indefinível que é construído em um determinado movimento histórico e entendido nele. Sob a ideia

de que os conceitos estão em constante mutação no campo em que se está tratando, a frase de Berlin mantém-se, não se deve ficar à mercê de crenças políticas datadas, afinal a matéria debatida não é puramente técnica, mas composta de elementos instáveis:

Há pouca necessidade de ressaltar o fato de que o monismo, a fé em um único critério, sempre se provou uma profunda fonte de satisfação tanto para o intelecto quanto para as emoções. (...) O pluralismo, com a medida de liberdade 'negativa' que implica, parece-me mais verdadeiro e mais humano que os objetivos daqueles que procuram maior disciplina, estruturas autoritárias do ideal do autodomínio 'positivo' por classes, povos, ou por toda a humanidade. É mais verdadeiro, por que ele, ao menos, reconhece o fato de que os objetivos humanos são muitos, não todos eles comensuráveis, e em rivalidade perpétua uns com os outros. (BERLIN, 1959, p.33-34)

Isto, além de mostrar a preferência de Berlin à liberdade negativa, entra em concordância com a tese de Sen (1998) sobre a construção dos diferentes discursos de um determinado conceito. Quando o campo em que se disputa é o das ciências sociais, logo se vê que verdades universais e intransponíveis são difíceis. Se a liberdade assume uma interpretação hegemônica em uma época, não quer dizer que esta é a única interpretação possível ou a melhor delas, deve-se entender que o caráter técnico dos termos sociais não se atém à fixidez e que, acaba por constituir-se fruto do debate político e/ou filosófico entre as partes. Da mesma maneira que o exemplo já dado de Sen sobre as doutrinas confucionista e budista na China.

Berlin (1959, p.3-4), então, entende a liberdade em seu sentido negativo como a liberdade em que cada indivíduo pode agir sem ser impedido de fazê-lo por outros agentes. É a liberdade de agir desobstruído dos outros, onde um determinado ente está isento da interferência de terceiros. A isenção apenas ocorre quando não há coação, opressão, escravidão econômica ou quaisquer formas de privação de liberdade. Ao falar de coação quer se dizer que cada cidadão tem a liberdade de agir conforme as suas vontades sem a interferência de outros; opressão ocorre quando uma pessoa está sendo suprimida de suas ações de alguma forma, quando esta supressão de liberdades é um acordo arbitrário, injusto do qual se faz parte, então o caso torna-se de escravidão econômica. Em suma, neste sentido, todo indivíduo teria a possibilidade de fazer suas vontades sem a interferência de outrem. (BERLIN, 1959, p.3-4)

A liberdade positiva está vinculada à capacidade do indivíduo de ser o seu próprio mestre, sem ter de depender de outrem para tomar decisões ou para saber quais são seus desejos pessoais. Nesta interpretação haveria uma relação dicotômica entre os desejos individuais ou paixões e o autocontrole, o primeiro relacionado à ideia de autorrealização ou auto-identificação dita por Berlin como uma maneira de atingir os fins; o segundo denominado de autonegação, um princípio de dominação de si, disciplina para o que pode ou não ser realizado. (BERLIN, 1959, p.9-10)

Entretanto, ao aceitar esta interpretação da liberdade positiva, entra-se em uma aparente contradição entre o desejo de se fazer algo e o autocontrole para não o fazer, e até onde isto ainda poderia ser considerado liberdade. Berlin ilustra:

Isto deixa claro por que minha definição de liberdade como a habilidade de fazer o que deseja – o que é, com efeito, a definição adotada por Mill – não vai ser possível. Se descobro que posso fazer pouco ou nada do que desejo, preciso apenas contrair ou extinguir meus desejos, então serei livre. (BERLIN, 1959, p.13).

O problema aqui é aparente, se a liberdade está contraída sob o desejo de cada um, bastaria um trabalho psicológico para reduzirem-se essas necessidades e a liberdade seria, então, alcançada. A solução apresentada por Berlin reside no famoso dizer *sapere aude*, onde através da busca pela razão crítica não se permite realizar o tipo de contingência de liberdade pela redução das vontades. A auto-orientação racional não permite o comportamento antinatural de suprimir os próprios desejos, de privar-se da liberdade.

Se por um lado Berlin utiliza-se da racionalidade para superar o problema da liberdade positiva e eleva a importância de seu aspecto negativo, há uma terceira interpretação desenvolvida pela corrente do republicanismo que vê a liberdade como não-dominação que resguarda alguma relação com a liberdade dos modernos descrita por Constant ao valorizar o efeito das leis como primordiais para as populações. Muito mais recente, autores como Skinner (2002) e Pettit (1997) reavivam uma tradição originada no republicanismo romano, reinterpretando-a para a sociedade no século XXI<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Outros autores do republicanismo neorromano são: Cecile Laborde; Frank Lovett; John Maynor. Além dos já citados aqui Philip Pettit e Quentin Skinner.

A liberdade entendida como não-dominação surge e ganha voz pela ineficiência daquilo que foi explicitado por Berlin entre as liberdades positivas e negativas. Se por um lado a liberdade positiva é insuficiente a partir da já atestada contradição entre o autocontrole e a autorrealização, os republicanos apontam para os erros da liberdade negativa. No sentido de pensá-la como ausência de interferência, os republicanos percebem que a confirmação da não-interferência não gera de fato a liberdade do indivíduo de realizar as suas vontades de maneira despreocupada e, por outro lado, observa-se que nem toda interferência incorre em uma afronta à liberdade.

Para melhor ilustrar esta situação, usa-se do exemplo de uma relação entre o senhor e o escravo. Dada esta condição inicial, sabe-se que o escravo não é de fato livre, estando o indivíduo à mercê da dominação exercida pelo senhor, que possui a capacidade de interferir de forma a obrigar uma ação ou suprimir um hábito do escravizado. O que se vê claramente é um contexto em que o escravo não é livre, entretanto, se a situação se mantém entre um senhor e seu escravo, mas o mestre a tudo permite o servo fazer, sem de fato agir sobre as preferências deste último, a liberdade do escravo estaria sendo minada?

O argumento republicano entoa que, por mais que não haja interferência do senhor sobre o escravo na situação em que o mestre é benevolente e permite que todas as suas vontades sejam realizadas sem o controle do mesmo, o servo ainda não é livre. Pois a relação que existe entre ambos é uma relação de dominação, independente do tempo que passe, da boa vontade do senhor ou de sua indiferença em relação às ações do escravizado; ainda há um vínculo de dominação no qual arbitrariamente o senhor detém e pode utilizar-se dele no momento a que convir, por mais que não o faça de fato, a sua possibilidade configura dominação.

Por outro lado, há a possibilidade de ocorrer interferência sem que haja uma invasão à liberdade individual. Por exemplo, um indivíduo possui um regime de trabalho de oito horas em determinado serviço, para tanto, são instituídas por lei as condições e quantidade de tempo máxima disposta ao trabalhador. Neste caso, a lei protege o indivíduo contra a opressão de outros atores sociais, apesar desta mesma configurar-se como interferência no regime de trabalho do cidadão, a lei é legítima por ser formulada dentro de um arcabouço da República Constitucional. Para tanto, como

as leis não são arbitrariamente elaboradas, é o caso de uma interferência que não fere a liberdade individual.

Por estes exemplos, percebe-se que a liberdade negativa como não-interferência é insuficiente, tanto no entender de que toda interferência fere a liberdade, como pelo fato de que nem toda ausência de interferência incorre em liberdade. Assim, Pettit resume:

As we can have domination without interference, then, so we can have interference without domination. The first possibility is illustrated by the non-interfering master, the second by the non-mastering interferer. Domination can occur without interference, because it requires only that someone have the capacity to interfere arbitrarily in your affairs; no one need actually interfere. Interference can occur without domination, because interference need not involve the exercise of a capacity for an arbitrary interference, only the exercise of a much more constrained ability<sup>35</sup>. (PETTIT, 1997, p.23).

Esta argumentação estabelecida, deve-se entender o que se quer dizer com não-dominação. Ao analisar o que foi explicitado nos parágrafos anteriores, resulta que a relação de dominação é interpretada como a capacidade de interferir de forma arbitrária nas escolhas em que outro(s) indivíduo(s) possam realizar. Ou seja, detêm-se o poder em relação ao outro, para, quando desejado, utilizado. (PETTIT, 1997, p.52)

Contudo, para que este fim de liberdade como não-dominação seja atingido, os republicanos advogam pela democracia contestatória como uma saída para a manutenção de um Estado que garanta as liberdades dos seus cidadãos. Este sistema estaria alicerçado em três eixos, de um lado o Império das Leis em contraposição ao dos homens; o segundo ponto estaria na divisão dos poderes entre as diferentes partes, dispersas e controladas; por fim as leis almejadas deveriam ser relativamente resistentes à vontade da maioria. Cada um destes eixos seria garantido pela atuação da população que não se encontra apenas nos processos eleitorais, mas também em fóruns públicos, em instituições onde se possa recorrer para a atuação fora dos moldes tradicionais do período eleitoral. Ressalta-se, porém, que esta

---

<sup>35</sup> Assim como podemos ter dominação sem interferência, então, também poderíamos ter interferência sem dominação. A primeira possibilidade é ilustrada pelo senhor que não interfere, a segunda pelo interventor que não é um senhor. Dominação pode ocorrer sem interferência, porque dela depende apenas que alguém tenha a capacidade de interferir arbitrariamente nos seus assuntos; ninguém precisa pelas vias de fato intervir. Interferência pode ocorrer sem dominação, porque interferir não envolve que o indivíduo tenha a capacidade de realizar uma interferência arbitrária, apenas que a pessoa possua a habilidade muito mais restrita (interferir) (tradução nossa).

participação assume muito mais uma dimensão de liberdade individual do que de afirmação de visão comunitária do homem político. (SILVA, 2007, p.207-217)

Entendido o ideal republicano, não se pode esquecer da instabilidade do tema, igualmente reconhecido pelos próprios republicanos:

(...) Perhaps the idea of liberty as absence of interference was truer to the society in which he himself (Berlin) was writing, in which the ideal of freedom as self-perfection had come to be widely seen as a religious and collectivist nightmare from which the 'free world' had thankfully awoken. (...) He (Berlin) is content to end by observing – and here I am happy to echo him - that in thinking about the concept of liberty 'I am well aware of how much more needs to be done'<sup>36</sup>. (SKINNER, 2002, p.264-265)

A liberdade visionada por Sen, bem como aquela já descrita pelos republicanos é fruto do seu tempo e de contextos específicos, muito em concordância com a modéstia de Skinner (2002, p.264-265), as explicações adotadas por estas duas interpretações tentam encontrar saídas para o debate do conceito essencialmente contestado da liberdade. Se o republicanismo traz a solução por uma terceira via da interpretação da liberdade, Amartya Sen coloca em foco outra peça, é o caso das oportunidades disponíveis para cada indivíduo, o que evitaria a própria ação do princípio de autonegação de Berlin e também adiciona uma nova variável negligenciada pelos republicanos, é a importância de se ter acesso às capacitações básicas.

O republicanismo visualiza o aspecto da não-dominância e torna-o pilar para a sua interpretação da liberdade, embora consiga desprender-se da dualidade entre a liberdade negativa e positiva ao criar a terceira via, a liberdade republicana não diz respeito às condições que permitam ao cidadão agir conforme o princípio de não-dominância e que, com seus direitos individuais respeitados, atue de maneira completa em uma democracia contestatória. Neste quesito, a liberdade como capacitação de Sen vem a ser útil para demonstrar que a liberdade está além da não-interferência e da não-dominância, pois ainda que ambos os requisitos sejam cumpridos, não quer dizer que possa-se viver uma vida digna com as mínimas oportunidades para poder agir conforme as vontades de cada um; ou seja, por mais que exista ausência tanto

---

<sup>36</sup> Talvez a ideia de liberdade como ausência de interferência fosse mais verdadeira para a sociedade em que ele mesmo vivia (Berlin) ao escrever, nesta que o ideal de liberdade como autoaperfeiçoamento era vista como um pesadelo religioso e coletivista do qual o 'mundo livre' havia finalmente se tornado ciente (...) Ele (Berlin) está feliz em observar ao fim – e aqui eu estou feliz de o ecoar – que ao pensar sobre o conceito de liberdade 'eu estou ciente do quanto ainda é necessário ser realizado sobre' (tradução nossa).

de interferência quanto de dominação, isto não significa que a liberdade estará, assim, assegurada.

Sen chega a travar um debate com Philip Pettit (PETTIT, 2001; SEN, 2009, p. 339), onde ocorre muito mais um diálogo de conciliação entre a liberdade republicana e a liberdade de Sen do que propriamente uma discordância entre as partes. Pettit acredita que a liberdade como capacitação coincide a pode ser abarcada dentro da liberdade republicana, uma vez que Sen associa liberdades e a ausência de dependência dos cidadãos.

Em contrapartida, Amartya Sen não acredita que o mesmo possa ser realizado, apesar de enxergar as semelhanças entre ambas as teses, para Sen uma não responde ou adere à outra. Liberdade como capacitação traz um aspecto negligenciado pela liberdade republicana como não-dominação, assim como a liberdade como não-dominação agrega valor à visão das capacitações. Sen utiliza-se do seguinte exemplo para demonstrar o convívio na pluralidade de ideias de liberdade:

Consideremos três casos alternativos relacionados com A, uma pessoa incapacitada que não pode fazer certas coisas sozinha, sem a ajuda dos outros:

Caso 1: A pessoa A não é ajudada pelos outros; portanto, é incapaz de sair de casa.

Caso 2: A pessoa A sempre recebe ajuda de pessoas designadas pelo sistema de seguridade social operante em sua localidade; dessa forma é totalmente capaz de sair de casa sempre que quer e de se movimentar com liberdade.

Caso 3: A pessoa A tem empregados bem remunerados que obedecem – e têm de obedecer – a suas ordens; por isso ela é totalmente capaz de sair de casa sempre que quer e de se movimentar com liberdade. (SEN, p.340, 2013)

A partir de uma análise atenta das três situações, percebe-se que nos casos 1 e 2 - ao adotar a perspectiva de liberdade republicana – a pessoa A não é livre, visto que é dependente do favor ou da boa vontade de outros, seja pela existência de seguridade social em sua localidade ou de qualquer outra instituição. Ao passo que no caso 3 a pessoa A gozaria de totais liberdades sem ter dúvida de que terá o auxílio de outros para movimentar-se com liberdade. Em resumo, nos casos 1 e 2 não há liberdade e no caso 3 há liberdade para a pessoa A, de acordo com a lente da liberdade como não-dominação.

Quando se passa a utilizar a ótica da liberdade como capacitação de Sen, a interpretação dos casos é alterada, para a liberdade seniana a pessoa A não é livre no caso 1, visto que não pode realizar as suas necessidades básicas e ter uma vida

digna pelo contexto inserido. Quanto aos casos 2 e 3, não haveria distinção entre os dois para Sen, em ambas as situações a pessoa A é livre para agir de acordo com as suas vontades. Ou seja, não há liberdade no caso 1, há liberdade nos casos 2 e 3 para a pessoa A, a partir da interpretação da liberdade como capacitação.

Amartya Sen, ao alcançar esta mesma conclusão, percebe que não há uma exclusão entre as duas liberdades, o ideal de não-dominação consegue visualizar a diferença entre os casos 2 e 3, enquanto que o ideal da capacitação consegue distinguir o caso 1 do 2. Sen é diplomático, portanto, em corroborar a inexistência de tensão entre as duas abordagens que para o autor apenas ocorreria em consequência de uma visão estreita e unifocal das liberdades. Sen conclui que a liberdade republicana de fato incrementa a visão da liberdade como capacitação, sem realmente demolir a relevância dessas perspectivas. (SEN, p.341-342, 2009)

O problema apenas ocorreria se a visão republicana insistisse em uma interpretação unifocal da liberdade, sem abrir mão da existência de uma pluralidade de liberdades. Bem como a aceitação de que a liberdade como capacitação não faz parte da liberdade como não-dominação, mas sim é uma outra forma complementar de interpretação que pode em muito contribuir para o estudo da liberdade. Da mesma maneira em que Sen acredita que a liberdade republicana possa incrementar o estudo da liberdade como capacitação.

Ao adentrar o esclarecimento da liberdade como capacitação Sen argumenta, que é preciso que todo cidadão seja capaz de realizar-se completamente, não só sem intervenções e sem ser dominado, mas sem restrições das suas vontades básicas premeditadas pelo contexto em que se está inserido.

Ao escrever sobre a liberdade como capacitação, Sen clarifica:

A relevância da capacidade de uma pessoa para seu bem-estar surge de duas considerações distintas, porém inter-relacionadas. Primeiro, se os funcionamentos realizados constituem o bem-estar de uma pessoa, então a capacidade para realizar funcionamentos constituirá a liberdade da pessoa – as oportunidades reais – para ter bem-estar. (...) A segunda conexão entre bem-estar e capacidade consiste diretamente em fazer o próprio bem-estar realizado depender da capacidade para realizar funcionamentos. Escolher pode em si ser uma parte valiosa do viver, e uma vida de escolha genuína com opções representativas pode ser concebida – por essa razão – como mais rica. (SEN, 2001, p.80-81)

O que se estabelece é a importância do papel da escolha livre para os indivíduos. Sen entende que, apesar da importância da não-interferência nos assuntos das



peças, não se pode considerar alguém como livre sem as condições necessárias para tal. Ao estudar sobre as fomes coletivas, o autor percebe a força com que restrições do contexto social, econômico, político possuem para minar as liberdades. Se outrora na antiguidade valorizava-se a liberdade cívica, coletiva, na modernidade passa-se para a liberdade individual. Amartya Sen expande ainda mais os horizontes do conceito de liberdade, não se trataria mais de poder agir em sociedade ou respeitar as vontades da vida privada de cada, mas de potencializar o mínimo para que os indivíduos possam optar pelo caminho que os levem a sua realização completa.

Outro ponto tratado por Sen (2001) quando se trata da liberdade é o dos papéis constitutivo e instrumental da liberdade. Além das já explicitadas razões avaliatórias e razões de eficácia do desenvolvimento como liberdade, a primeira referente às liberdades globais de cada indivíduo necessárias para o bem viver, a última em relação ao potencial proporcionado pela liberdade que gera iniciativa individual e eficácia social; existem os papéis constitutivo e instrumental da liberdade. Constitutivo ao entender que a expansão das liberdades é o fim primordial a se alcançar e, instrumental como principal meio para se alcançar o desenvolvimento. Desta outra categorização, vê-se a conformidade entre a razão avaliatória e o papel constitutivo, bem como entre a razão de eficácia e o papel instrumental da liberdade.

Adentrando à liberdade constitutiva, sabe-se que esta têm ligação direta com as liberdades substantivas a que dizem respeito às capacitações elementares dos indivíduos para terem acesso à alimentação básica, saneamento, educação, saúde... Neste quesito, o essencial está na expansão das liberdades humanas básicas, no sentido de que o indivíduo é o agente central da construção do desenvolvimento.

Entendido o escopo e a escala nos quais Sen trata da liberdade, agora faz-se possível entender no todo o conceito de desenvolvimento como liberdade.

### **2.3 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE**

Compreender desenvolvimento como liberdade é, então, perceber a interdependência entre ambos os termos e dos fatores interjacentes que dizem respeito a eles. Desenvolvimento é visto como a ampliação das capacidades humanas a fim de permitir uma vida mais digna, isto, só é possível pela conquista das condições mínimas que perfazem a liberdade dos indivíduos, seja ela pelo acesso às oportunidades sociais, políticas, econômicas...

Este fato, contudo, não se traduz diretamente na responsabilidade do Estado em prover integralmente todas as condições. De fato, incorre ao Estado criar as oportunidades para alçar os indivíduos a uma vida digna, porém deve-se estabelecer uma linha clara entre apresentar as opções para se obter tal objetivo e entregar os resultados ao cidadão sem a necessidade de incorrer à esforços ou escolhas. Este último, é o caso em que Sen chama de “Estado babá” (SEN, 2010, p.362) onde o Estado seria o responsável por pajear àqueles que estão sob sua tutela a fim de eliminar quaisquer possibilidades de inação e empecilhos às possíveis alternativas de aprimoramento individual.

Longe de ser esse o objetivo, o que se espera é a criação de um Estado que possa oferecer apoio social aos seus cidadãos, refletido em políticas que criem as oportunidades e, sobretudo, levem ao fomento da responsabilidade individual. Responsabilidade esta que permite a cada um, com acesso às ferramentas necessárias, esforce-se para racionalizar e agir em direção ao seu caminho para uma vida melhor. De uma política social que estabelece as bases comuns para a decisão individual que eleva a si e reflete-se na sociedade.

Espera-se, portanto, que o Estado, em conjunção com instituições e outros atores não-estatais, ajam e incentivem a criação de mecanismos dos quais permitam o aprimoramento dos “intitamentos”<sup>37</sup> humanos. (SEN, 1976; 1983; 2010) “Intitamento”, ao potencializar as capacitações dos indivíduos, é termo central da tese de Sen do desenvolvimento como liberdade, pois a liberdade não poderia ser alcançada sem que as pessoas tenham acesso ao que o autor chama de “intitamentos”:

Entitlements refers to the set of alternative commodity bundles that a person can command in a society using the totality of rights and opportunities that he or she faces. (...) his ownership ('endowment') and his exchange possibilities ('exchange entitlement'), the two together determining his over-all entitlement<sup>38</sup>. (SEN, 1983, p.754)

---

<sup>37</sup> O termo original utilizado por Sen seria entitlement, coube aqui uma tradução advinda do termo latino “intitulare”, equivalente ao termo utilizado em inglês, por isso “intitamento”. Conforme tradução da obra Desenvolvimento como Liberdade, Sen (2010).

<sup>38</sup> Intitamentos referem-se ao conjunto de bens alternativos pelos quais um indivíduo pode utilizar em uma sociedade, usando-se da totalidade dos direitos e oportunidades disponíveis para ele ou ela. (...) As dotações dos indivíduos e seus intitamentos de troca, ambos juntos determinam o intitamento total da pessoa (tradução nossa). Cabe ainda notar que o termo entitlement, no contexto da fome, possui um uso distinto, onde não se pode confundir o seu uso correto o qual refere-se àquilo que a lei

Para tanto, os “intitamentos” representam o caminho por onde o desenvolvimento deve passar, sem necessariamente resguardar-se nas visões tradicionais de produto nacional bruto, renda agregada, suprimento total dos bens... Desenvolvimento como liberdade, ao introduzir a ideia de “intitamento” está preocupado com o que as pessoas são ou não capazes de fazer dadas as suas circunstâncias, onde o indivíduo não mais é refém da situação, mas aquele quem possui as rédeas sobre seu futuro.

Nesta perspectiva, o indivíduo tem acesso aos seus “intitamentos” quando duas variáveis são levadas em conta, “endowment” a qual será denominado aqui de dotação e “exchange entitlement”, aqui intitamento de troca. A dotação diz respeito àquilo que pertence ao indivíduo desde o valor monetário o qual ele detém como a força de trabalho que o mesmo pode vender, ou seja, a dotação insere-se como todo bem ou propriedade de fato ou potencial a que se tem acesso. Por outro lado, o intitamento de troca refere-se ao que o indivíduo pode adquirir através das suas dotações, sem levar em consideração o que potencialmente poderia ser adquirido. Trata-se das opções disponíveis a cada um de acordo com suas dotações (SEN, 2010, p.57)

Importa lembrar que referir-se a “intitamentos” não quer dizer o mesmo que capacitações. Ainda que os termos estejam intimamente ligados, não é possível substituir um pelo outro, as capacitações são o fim último, o termômetro para medir a liberdade do indivíduo, visto que é ao entender o alcance das capacitações que se percebe qual o patamar de bem-estar ou padrão de vida em que o cidadão se encontra. Ao passo que os “intitamentos” influem diretamente na temperatura, não se pode confundir a parte com o todo e vice-versa.

Além da importância dos “intitamentos” para elevar e melhor entender as capacitações, Amartya Sen (2010, p.26) elenca cinco liberdades instrumentais (meios para se alcançar o desenvolvimento) as quais são interdependentes e complementares na construção de cidadãos mais livres e, para tanto, capazes. São elas denominadas com igual importância, as liberdades políticas; as facilidades

---

garante ao indivíduo, em oposição ao possível equívoco de interpretá-lo como aquilo a que o cidadão moralmente teria o direito de ter.

econômicas; as oportunidades sociais; as garantias de transparência e a segurança protetora; cada qual desempenha um papel na construção da liberdade como capacitação.

Não sendo todas as liberdades instrumentais existentes, estas cinco cobrem grande parte daquilo que leva alguém à maximização de suas capacitações. Em termos sucintos, a liberdade política refere-se ao direito dos cidadãos de escolherem os princípios pelos quais serão governados, bem como quem os governará, é essencialmente a possibilidade de participar de uma democracia. As facilidades econômicas estão diretamente relacionadas aos “intitamentos” das pessoas, sobretudo dependente do intitamento de troca. As oportunidades sociais representam as disposições que a sociedade oferece nas áreas da educação, saúde, lazer; daquilo que pode ser utilizado pelo indivíduo para viver melhor. Já as garantias de transparência estão relacionadas à confiança que se deposita e que se pode esperar entre os cidadãos e governantes na sociedade. Por fim, a segurança protetora insere-se nos direitos básicos das populações em não estarem sujeitos à miséria abjeta, fome e morte prematura, são as instituições básicas para a sobrevivência.

Destas liberdades instrumentais, duas são de especial valor neste trabalho, as liberdades políticas e as facilidades econômicas, as quais serão tratados com maiores minúcias posteriormente, dada a crescente importância da economia política não só ao estudar desenvolvimento como liberdade, mas figura-se como tema valoroso para Amartya Sen.

No entanto, se de um lado há a necessidade das liberdades instrumentais para auxiliar rumo ao desenvolvimento como liberdade, em contrapartida devem-se combater as fontes que privam a liberdade, as quais configuram-se no lado oposto, as consequências da falta das liberdades instrumentais. Tais quais citadas por Sen:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2010, p.16-17)

Toma-se aqui o exemplo da pobreza para melhor entender os revezes ao desenvolvimento como liberdade. A pobreza neste contexto não deve ser referida simplesmente como o baixo nível de renda de uma população, o conceito de pobreza precisa ser expandido para um horizonte maior, onde a pobreza é entendida como

uma privação às capacitações básicas do indivíduo. É claro que isto não quer dizer que o baixo nível de renda não configure pobreza, todavia demonstra que pobreza não se limita à renda, além de que a própria renda possui influências variáveis de acordo com o contexto a que se insere.

Amartya Sen atribui quatro principais questões no estudo da pobreza, a primeira e segunda destas dimensões estão mais intrinsecamente ligadas, enquanto que as demais, ainda que não tão próximas, possuem sua raiz comum na pobreza. Ao analisar a pobreza pela ótica da privação das capacitações, percebe-se que as consequências de tal mazela se manifestam de formas diferentes de acordo com a idade da pessoa, seu papel social, localização, condições de saúde...; ou seja, as restrições à capacitação aplicam-se em áreas em que os indivíduos detêm apenas controle limitado ou mesmo não possuem controle das situações. O que vai de encontro à tese da simples relação unívoca entre renda e pobreza.

Desta maneira, surge a segunda questão auferida por Sen - comprovada a existência de diferentes contextos que afetam a obtenção da renda e o acesso às capacitações individuais - vê-se que por um lado existe a privação de renda e de outro, dificuldades idiossincráticas na conversão desta renda em capacitações. O segundo ponto, então, diz respeito à barreira que se constrói de acordo com as condições em que o cidadão se encontra, seja pela sua opção sexual, condições epidemiológicas ou demais variações; o fato é que tais adversidades se convertem na pobreza ao somarem-se com a já presente privação de renda. (SEN, 2010, p.121)

O terceiro aspecto encontra-se no meio familiar, onde para cada cultura há formas diferentes de se relacionar entre os integrantes de uma mesma família. Para Sen, a distribuição da renda dentro da família também é irregular, visto que a renda é utilizada desproporcionalmente em benefício e no interesse daqueles que detêm maior poder dentro do microcosmo familiar. À exemplo das famílias muito patriarcais em que o pai decide para quem e onde será direcionada a renda, além de casos em que a renda é negligenciada às mulheres simplesmente pelo seu sexo. Percebe-se que há uma sobreposição entre os três argumentos de Sen, se de um lado entende-se que a pobreza também é uma privação de capacitação de acordo com o contexto, conclui-se que esta privação age também dentro dos diversos grupos sociais e microcosmos

sociais, tal qual a família é um exemplo ótimo. Ambas situações se configuram em adversidades na conversão da renda em funcionamentos.

Por fim, Amartya Sen traz outro elemento interessante, a possibilidade de se estudar a pobreza relativa. Explica-se a pobreza relativa pela comparação da renda relativa de um indivíduo ou de um grupo de acordo com a sociedade em que se vive. Por exemplo, em um país rico onde a grande maioria da população desfruta de plenas capacitações, não é estranho deparar-se com a necessidade de um nível de renda mais elevado para se adquirir determinadas mercadorias que em um país mais pobre teriam um custo muito mais reduzido. O que ocorre é a existência de preços diferentes em sociedades diferentes para realizar o mesmo funcionamento social; um indivíduo que ganha uma renda baixa em um país rico se sairia muito melhor em uma nação pobre com a sua renda baixa advinda dos padrões do país opulento. Daí surge a nomenclatura de uma dada renda relativa que resulta na pobreza relativa.

Entende-se por esta perspectiva que as privações, tal qual a pobreza, precisam ser evitadas e entendidas também pela lente das capacitações. E não menos importante, perceber que as privações ocorrem como uma contrapartida na ausência das liberdades instrumentais, uma situação é dependente da outra. Amartya Sen tem grande sucesso em perceber que o problema das privações, não deve ser exclusivamente focado nos meios que levam ou trazem a superação ao problema, mas que não se deve esquecer dos fins pelos quais se almeja. Fim este que se configura na superação das privações pelo entendimento da capacitação individual como aquela que promulga a liberdade e alicerça o desenvolvimento.

Nesta discussão final entre fins e meios, Amartya Sen, ressalta que não se deve confundir capital humano com capacidade humana, ambos aspectos são essenciais para corroborar a tese do desenvolvimento como liberdade. Como já discutido anteriormente, capital humano é diferente de capacidade humana, onde o primeiro acaba por abarcar um leque de ações menor do que o segundo; visto que o capital humano possui seu enfoque no investimento no potencial humano para a produção:

A perspectiva do capital humano pode – em princípio – ser definida muito amplamente (...), mas é comumente definida (como) (...): qualidades humanas que podem ser empregadas como “capital” na produção (do modo como se emprega o capital físico). Nesse sentido, a visão mais restrita da abordagem do capital humano insere-se na perspectiva mais abrangente da capacidade humana, que pode abarcar as consequências tanto diretas como indiretas das qualificações humanas. (SEN, 2010, p. 373)

Fica claro que o autor advoga pela visão das capacidades humanas, ao criticar o aspecto puramente mercadológico do capital humano, uma vez que deve-se superar a interpretação unicamente econômica do capital humano para abranger as funções essenciais de mudança social, bem-estar e propulsor das liberdades pessoais; ou seja, conseguir ver mais amplamente através do escopo das capacidades humanas.

Esta visão rechaça o capital humano, porém aqui não se descarta a contribuição que o capital humano traz para o desenvolvimento dos indivíduos. Se por um lado o capital humano – ao retornar para a discussão de meios e fins – enxerga o indivíduo como o meio para a promoção e sustentação do crescimento econômico, ele nada diz sobre a razão pela qual se busca tal crescimento econômico. É através da visão mais holística das liberdades como capacidades humanas que se têm um fim, tal qual seria a expansão das capacitações não simplesmente no resultado do crescimento econômico, mas na procura por uma vida mais livre e digna de ser vivida por cada cidadão, e deste ponto viria o crescimento econômico. (SEN, 2010, p.375)

Para tanto, o laureado indiano percebe bem a distinção entre fins e meios e a delicadeza que se deve ter ao tratar daquilo que é mais essencial ao escrever sobre economia e desenvolvimento, tal qual é a centralidade da condição humana:

O uso do conceito de “capital humano” – que se concentra apenas em uma parte do quadro (uma parte importante, relacionada à ampliação do computo dos “recursos produtivos”) – é com certeza uma iniciativa enriquecedora. Mas necessita realmente de suplementação. Pois os seres humanos não são meramente meios de produção, mas também a finalidade de todo o processo. (SEN, 2010, p.375)

Ao colocar o ser humano como a chave essencial de todo o processo, entende-se melhor a que fim se almeja. Pois é apenas a partir de uma visão enfocada no ser humano que pode passar-se de uma interpretação que Sen denomina de autointeressada de simpatia ao próximo para uma visão de comprometimento em relação ao outro<sup>39</sup>. Segue o seguinte exemplo do autor:

Se você ajuda uma pessoa miserável porque essa miséria faz com que você se sinta infeliz, essa terá sido uma ação baseada na simpatia. Mas se a presença da pessoa miserável não o deixa particularmente infeliz, porém faz com que você se sinta absolutamente decidido a mudar um sistema que

---

<sup>39</sup> Aqui interessa perceber a forte relação que esta nomenclatura adotada por Sen possui em semelhança com a adotada por Adam Smith em Teoria dos Sentimentos Morais (2000), onde já no início da obra, Smith diferencia os sentimentos que afloram quando em relação a outrem, a citar: pena, compaixão e simpatia. Para melhor entender a gênese desta ideia de Sen, consultar Smith (2000).

considera injusto (...), então essa seria uma ação baseada no comprometimento. (SEN, 2010, p.344)

Com esta exemplificação, entende-se o papel crucial que a liberdade como capacidade humana abarca, se outrora o capital humano apenas vislumbrava o aspecto produtivo dos cidadãos, pela interpretação das capacitações pode-se ter uma sobreposição dos valores e uma mudança essencial de simpatia para comprometimento com o próximo. É nesta seara que Amartya Sen se sobressai ao comparar-se a outras interpretações, o premiado pelo Nobel não é tímido em perceber o alcance que cada variável possui nos seus estudos, não sendo retido pelas condições de uma única disciplina ao envolver-se em uma abordagem pluridisciplinar, ou melhor, interdisciplinar.

Quando se trata de desenvolvimento como liberdade, estando quase todos os seus aspectos clarificados, cabe esclarecer que Amartya Sen não é o primeiro a tratar do tema e muito menos será o último. A ideia de colocar a liberdade ao centro como motor para engendrar a mudança econômica e social, o desenvolvimento, não é nova. Adam Smith, Karl Marx, John Stuart Mill, Friedrich Hayek, Peter Bauer já abordaram a temática sob essas luzes. (SEN, 2010, p.368) A exemplo da interpretação de Marx sobre a importância de colocar o indivíduo sobre o domínio das circunstâncias antes das circunstâncias como controladoras dos indivíduos. Isso nada mais seria do que uma analogia para a estrutura (infra/super) e a importância que há para que se apresentem as condições mínimas de oportunidades aos cidadãos para que possam naturalmente superar esse contexto ao encaminharem-se em direção a uma vida digna.

Difícilmente - ao debater conceitos essencialmente contestados - são encontradas abordagens totalmente inovadoras que fujam de quaisquer conceitos e construções já utilizadas. Amartya Sen compreende esta máxima e bebe das fontes daqueles que contribuíram com o tema no passado, principalmente em Adam Smith como se percebe no decorrer de sua obra. (SEN, 2010, p.20, 41, 43, 55,100, 103, ..., 442) Vale entender que a história destes conceitos e da interpretação do desenvolvimento como liberdade não é algo completamente novo, mas uma reinterpretção de temas já abordados; não como uma visão em ciclo, sim como uma visão em espiral em que ideias são retomadas, porém sempre com um elemento de novidade e aprimoramento de acordo com o contexto a que se insere.



Em suma, desenvolvimento como liberdade é entender o desenvolvimento como uma expansão das capacidades humanas, ao depender direta e indiretamente das relações econômicas, políticas, sociais, ...; bem como é também um gerador de consequências sobre estas relações. Estas quais não estão presas somente às suas áreas de atuação, porém sim ligadas às mais diversas frentes, seja na administração pública, na mídia ou no mercado, a construção desta visão de liberdade não se compreende sem o papel destas diferentes peças e da interação existente entre elas para a elevação da dignidade dos indivíduos.

É pelas condições favoráveis prescritas nestas mais diversas áreas em que são dispostas oportunidades para os cidadãos que se desenvolve a capacidade humana e, para tanto, desfrutarão as populações de liberdade que às encaminhará para o desenvolvimento.

Não há um único quesito que leve ao desenvolvimento como liberdade, não há fórmulas, o que é averiguado é a relação entre um conjunto de variáveis já interligadas desde a sua gênese filosófica. Todos os aspectos, ao expandirem suas raízes, inevitavelmente voltam a tocar-se e, pela multidisciplinaridade do tema, vê-se que não há um único fator que prediz o caminho para o desenvolvimento como liberdade. É pela conjunção dos fatores e das diversas faces que são apresentadas que surgem as possibilidades para trilhar uma rota que convém às vontades individuais dos seres humanos para uma vida digna.

Por isso, não é à toa que Sen dispõe ao fim de sua obra “Freedom has a thousand charms to show, that slaves, howe’er contented, never know<sup>40</sup>”. (SEN, 2010, p.378) As possibilidades para os futuros dos cidadãos são ilimitadas.

---

<sup>40</sup> A liberdade possui mil encantos a se desvendar, que porém, os escravos, contentes, nunca saberão (tradução nossa).

### 3. AS LIBERDADES POLÍTICAS E ECONÔMICAS

“Freedom is, in short, the name of an end-state<sup>41</sup>.” (SKINNER, p. 241, 2002)

#### 3.1 AS LIBERDADES POLÍTICAS

Como já introduzidas anteriormente, as liberdades políticas dizem respeito às capacitações básicas que todo indivíduo possui ao conviver em uma sociedade. Ao abarcar os direitos civis, poder usufruir dos mecanismos da política inclui possibilitar cada pessoa a participar da política, determinar quem deve ou não ser eleito e de que forma. Além de poderem expressar suas opiniões e desavenças com o andamento das diretrizes programáticas dos partidos no poder sem ter de se preocupar com quaisquer formas de retaliação ou censura. Para Sen, a liberdade política está diretamente relacionada com as oportunidades engendradas pela democracia em um sentido abrangente.

No entendimento de Sen, o modelo político democrático estaria ligado ao “diálogo político, dissensão e crítica, bem como direito de voto e seleção participativa de legisladores e executivos”. (SEN, 2010, p.59)

Democracia configura-se como um dos pilares para o desenvolvimento como liberdade. Para o autor (SEN, 2013, p.358), democracia teria duas visões principais e gerais de ampla aderência, de um lado a interpretação antiga de que o modelo democrático envolve alguma forma de eleição para formação de um governo em conjunção com o voto secreto como aquele que empodera os cidadãos para que escolham seus governantes no período eleitoral, todavia tal colocação já está em muito ultrapassada. Ainda que se aplique este modelo em diversos países, Amartya Sen entende que a democracia é mais do que isso e, envolve em sua segunda visão, sobretudo, o debate político.

É claro que esta é uma explicação muito sucinta sobre os pontos chaves de uma democracia - sendo um modelo complexo de governo – onde cada nação e pensador visionou e visiona uma forma de democracia, contudo espera-se que os elementos da eleição, voto secreto e debate político sejam comuns a todos. No entanto, a condução das eleições, a natureza e peso do voto secreto, bem como os

---

<sup>41</sup> Liberdade é, em resumo, o nome de um fim (tradução nossa).

caminhos para a realização do debate são terrenos de ampla discordância entre pensadores; e há de se recordar que estes três não são os únicos elementos essenciais para todo modelo democrático (nos quais podem incluir um *hall* de direitos civis; ideais de justiça; liberdades...) <sup>42</sup>

Todavia, o argumento central de Sen (2010, p.193) está não nas especificidades da forma política democrática, mas sim nas vantagens estabelecidas pelas premissas básicas que tal modelo implica. A democracia permite que se pensem os rumos de uma nação de forma coletiva, o que geraria as liberdades individuais; ao contrário do que se prega da primazia de modelos autoritários para o alcance do desenvolvimento. Muito se discute sobre a relação entre o desenvolvimento dos países e o modelo político adotado, entre um autoritarismo que permite um desenvolvimento econômico acelerado com o exemplo culminante na China atual e a defesa da democracia como modelo predominantemente ocidental para elevar o desenvolvimento das nações.

Antes de adentrar neste assunto, deve-se atentar que a ideia de democracia não é inerentemente ocidental e nem mesmo de aplicação exclusiva no percurso da história mundial nos países do ocidente. Como Amartya Sen especifica (UNIVERSITY OF CALIFORNIA TELEVISION, 2008, 40m05s) a democracia já fora aplicada anteriormente na Índia e em diversos países no Oriente Médio como no Iraque, no Egito, e até no século IX em Córdoba, Espanha sob domínio árabe.

A democracia, para tanto, não é uma forma de governo exclusiva de algo ou alguém, contudo escolhe-se criar um discurso em que tal modelo torna-se o porta-voz da identidade de um determinado grupo ou país. Da mesma maneira com que o discurso de que o autoritarismo seria a alternativa ideal para a elevação da qualidade de vida das populações em busca do desenvolvimento, nenhuma destas duas ideias possui comprovação empírica, senão apenas um conjunto de exemplos com resultados inconclusivos <sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Para melhor entender as mais diversas faces assumíveis pela democracia, Amartya Sen sugere a contribuição de inúmeros autores, John Rawls, Juugen Habermas, Bruce Ackerman, Seyla Benhabibs, Joshua Cohen, Ronald Dworkin... (SEN, 2009, p.358)

<sup>43</sup> Para melhor entender este argumento, consultar Przeworski (1995) e Barro (1996)

Este fato é ainda mais comprovado pela comparação que Sen realiza entre o rápido crescimento econômico dos países do Leste asiático, ao que incluem China, Coreia do Sul, Japão...; onde diz-se que seus modelos de governo mais autoritários teriam propiciado o clima ideal para o crescimento acelerado destes países. Contudo, o indiano traz outro exemplo, no entanto, agora de um país democrático que experimentou um crescimento muito rápido no continente africano quando da mudança de um governo autoritário para democrático, tal é a situação exemplo da Botsuana. O que se demonstra é a inexistência de uma regra clara para a forma com que se deve atuar para alcançar o crescimento econômico. (SEN, 2010, p.197)

O que em muito lembra o contraste que existe na atualidade entre os ideais da China ainda sob governo unipartidário do Partido Comunista Chinês (CPC). Se de um lado sob a égide dos Estados Unidos existe o Consenso de Washington ao advogar pelos ideais do livre mercado e da disseminação da democracia como forma de governo ideal para o progresso da humanidade, por outro há um discurso que surge na atualidade com o Consenso de Beijing, o qual o CPC levanta o estandarte como uma interpretação que não necessariamente vai de encontro ao Consenso de Washington, entretanto acaba por apresentar-se como uma visão alternativa ao que foi estabelecido no *mainstream* pela hegemonia atual. (SUTTER, 2016)

O CPC e Xi Jin Ping, atual presidente da República Popular da China, defendem o que acadêmicos<sup>44</sup> cunharam como o Consenso de Beijing, um ideal de política externa chinesa o qual possuiria um conjunto de diretrizes das quais o CPC e todos àqueles quem pertencem deveriam seguir no tocante às relações internacionais. Estas diretrizes envolveriam a não intervenção nos assuntos internos de outras nações, como que uma revolta ante o imperialismo sofrido pela China durante o século XIX com o início nas Guerras do Ópio<sup>45</sup> em 1839. Esta não intervenção inclui,

---

<sup>44</sup> Para mais informações sobre o rico arcabouço teórico no estudo da China, consultar Robert G. Sutter (2016), especialmente o capítulo IV: China's Role in the World Economy and International Governance.

<sup>45</sup> As Guerras do Ópio foram dois conflitos armados que ocorreram na China o século XIX entre países do Ocidente e a dinastia Qing, a qual governou a China entre 1644 e 1911/1912. A primeira Guerra do Ópio (1839-1842) foi um conflito entre China e Grã-bretanha, já a segunda Guerra do Ópio (1856-1860) foi entre China e Grã-bretanha aliada a França. Em ambos os casos as forças ocidentais venceram e receberam privilégios comerciais bem como concessões territoriais da China. (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2019c)

sobretudo, a não ingerência sobre qual seria a melhor forma de governo a ser adotada pelos diferentes países no mundo. (SUTTER, 2016)

Para o CPC, assim como Amartya Sen afirma, não há uma fórmula que induz à resposta de qual seria a melhor forma de governo universal ou mesmo qual estrutura seria mais propícia para o desenvolvimento político, social e econômico de uma nação. Embora o CPC acredite em uma solução pela via autoritária na China, o mesmo não vê o autoritarismo como melhor forma de governo para as demais nações; da mesma maneira que Sen não enxerga apenas uma forma de democracia possível, contudo espera que quaisquer que sejam os modelos adotados, sejam respeitadas as liberdades políticas dos cidadãos. (SUTTER, 2016)

Sen ainda discorda veemente do modelo político adotado pela China, ao perceber que o autoritarismo chinês com rápido crescimento tem um alto custo a se pagar. O custo resulta na censura existente, na pouca liberdade política dos cidadãos, na quase inexistência do debate político, na irrelevância do voto para a sociedade... É neste ponto que se entende que desenvolvimento está além do econômico.

É preciso lembrar que desenvolvimento nos termos aqui ditos não se descreve simplesmente pelo progresso econômico ou pela elevação do PIB *per capita* de um país. Desenvolvimento deve abarcar as liberdades básicas dos cidadãos de exercerem a sua livre expressão e de poderem lutar pelas suas vontades, razão pela qual os modelos autoritários<sup>46</sup>, já em suas premissas, minam um dos pilares básicos para o desenvolvimento, tal qual é a participação dos cidadãos na construção da nação. Para entender isto, diferencia-se um governo autoritário de um democrático:

Num dos seus possíveis significados, o termo 'autoritarismo' designa, na verdade, uma situação na qual as decisões são tomadas de cima, sem a participação ou consenso dos subordinados. Neste sentido, é uma manifestação de autoritarismo alegar um direito em favor de um comando que não se apoia na crença dos subordinados; e é uma manifestação de autoritarismo pretender uma obediência incondicional quando os súditos entendem colocar em discussão os conteúdos das ordens recebidas. Portanto, uma situação de autoritarismo tende a instaurar-se todas as vezes que o poder é tido como legítimo por quem o detém, mas não é mais reconhecido como tal por quem a ele está sujeito. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p.93-94)

---

<sup>46</sup> Para melhor entender sobre modelos autoritários em oposição aos governos democráticos, consultar obra seminal "As origens sociais da ditadura e da democracia" de Barrington Moore (1967).

É com esta diferenciação que se percebe a importância da democracia para Amartya Sen como modelo político que permita o êxito de seu ideal de desenvolvimento como liberdade. Visto que a liberdade política propiciada pela democracia é um primeiro passo essencial para a construção do desenvolvimento, o qual está muito além da simples possibilidade de exercer o voto, mas de entender que se pode participar ativamente do debate e do fomento aos objetivos recíprocos entre os cidadãos de um país. Como descreve Sen ao ser entrevistado: “Democracy is not just voting, it is public reasoning”. (UNIVERSITY OF CALIFORNIA TELEVISION, 2008)

Como dito anteriormente, é claro que a democracia não é o remédio para todos os males. Porém, a democracia dá a oportunidade para que se obtenha o que é desejado, tal modelo abre caminhos para que o potencial humano possa ser de fato aproveitado, utilizado e transformado. Assim como a democracia não é a cura para tudo, o alcance que o modelo pode atingir em muito depende do contexto de cada nação, a formação dos partidos, o dinamismo da sociedade e dos valores que regem a identidade de uma nação. Por isso, novamente, as circunstâncias precisas ditam como e até onde os frutos das liberdades políticas poderão ser colhidos.

No entanto, três pontos principais conduzem Amartya Sen a acreditar que as liberdades políticas originadas pelas premissas da democracia são essenciais para se lutar pelo estabelecimento deste modelo, ou pelo menos em criar-se um modelo em que se respeitem as liberdades políticas. Aí a primazia que Sen dá a democracia ainda que entenda que em muito depende das idiossincrasias das nações a velocidade com que cada uma delas se desenvolverá. Os três argumentos são, em primeiro lugar a importância intrínseca das liberdades políticas, o segundo relaciona-se as suas contribuições instrumentais e, por fim, o último argumento diz do papel construtivo das liberdades.

Estes argumentos não se apresentam somente em favor da democracia, mas também da preeminência das liberdades políticas em oposição das facilidades econômicas, estas quais serão discutidas posteriormente. Porém, o que se vê de cada um dos argumentos em favor das liberdades políticas engendradas pela democracia são:

- 1) Sua importância direta para a vida humana associada a capacidades básicas (como a capacidade de participação política e social);

- 2) Seu papel instrumental de aumentar o grau em que as pessoas são ouvidas quando expressam e defendem suas reivindicações de atenção política (como as reivindicações de necessidades econômicas);
- 3) Seu papel construtivo na conceituação de 'necessidades' (como a compreensão das 'necessidades econômicas' em um contexto social). (SEN, 2010, p.195)

As liberdades políticas, portanto, são um passo crucial para a edificação do desenvolvimento como liberdade, pois é através do exercício da cidadania permitido pelas premissas da democracia que cada indivíduo pode não simplesmente votar, mas sim participar da discussão pública para melhorar os aspectos sociais e econômicos da população. Bem como, de buscar o consenso no desenvolvimento da nação, sem ter de ater-se a rótulos fixos, onde a resposta torna-se única e exclusivamente uma política geral aconselhada a todos. O resultado é uma política social e econômica que condiz com a realidade de dada sociedade, isto a partir da existência do nível mais básico das liberdades individuais, tal qual é a liberdade política de não ser censurado, opinar e decidir pelo seu próprio futuro.

### **3.2 AS FACILIDADES ECONÔMICAS**

O aspecto das facilidades econômicas está direcionado às oportunidades disponíveis aos indivíduos para usar-se dos recursos econômicos para consumo, produção ou troca. Como já introduzido anteriormente, o fator econômico está intimamente ligado aos intitamentos de troca, os quais representam as vias pelas quais os indivíduos podem optar de acordo com as suas dotações.

Esta face econômica não pode ser abordada isoladamente, uma vez que a disponibilidade do uso dos recursos econômicos em muito depende de outras variáveis políticas e sociais. Neste constructo há um mecanismo em específico dentro da lógica econômica que merece destaque, tal é o mercado.

O mercado acaba por representar o ator permanente por onde todas as relações de consumo, produção e troca se realizam, sendo assim, essencial para o entendimento das facilidades econômicas. Como espaço onde as ações humanas são realizadas e onde das ações depende-se da existência de um espaço para realiza-los, surge uma ideia primitiva da necessidade do mercado para a corroboração das transações humanas. Todavia, em muito tem se discutido as reais vantagens da existência do mercado, e se, de fato, é benéfico para quem o utiliza.

Nesta contenda, Amartya Sen é muito claro já no início de *Desenvolvimento como Liberdade* (2010, p.20), ao dizer: “ser genericamente contra os mercados seria quase tão estapafúrdio quanto ser genericamente contra a conversa entre as pessoas.” Isto não quer dizer que o mercado é livre de críticas, porém devem-se admitir as vantagens trazidas pelo intercâmbio entre os cidadãos, pois ao fim, o mercado torna-se um espaço que fomenta a liberdade dos indivíduos ao ser um local de livre troca de mercadorias e informações, conseqüentemente é um mecanismo de desenvolvimento das facilidades econômicas necessárias para os indivíduos.

O mercado age em favor da liberdade em dois aspectos fundamentais segundo Sen (1993, p.526-527), uma vez que o mecanismo de livre mercado advogue pela atuação dos indivíduos sem a intervenção de outrem, é de se perceber que quando quaisquer cidadãos procurem agir de acordo com as suas intenções e necessidades na sociedade - a fim de comprar ou trocar algo – elas apenas podem fazê-lo segundo o já explicado ideal da liberdade negativa identificado por Isaiah Berlin.

É reconhecendo a atuação da liberdade negativa nos princípios que governam o mercado que se faz possível entender por onde Sen deriva as duas principais benesses do mercado. Pela liberdade negativa vê-se que a atuação do livre mercado em permitir as transações de forma espontânea, leva as pessoas a poderem decidir quais caminhos tomar sem serem coagidas a fazer quaisquer ações contrárias a suas vontades. Então, desta condição, a liberdade negativa permite a proteção da autonomia de decisão dos indivíduos; esta sendo a primeira assertiva apontada por Sen.

Como consequência, há a segunda externalidade positiva dos mercados, visto que não haveriam obstáculos à autonomia individual, espera-se que também não haja intervenção ou quaisquer formas de coerção sobre as decisões tomadas. Ou seja, todos gozariam de imunidade de coação no livre mercado. Estas condições, de ganhos para a liberdade no livre mercado, ressalta Sen, apenas podem ser colhidas quando não consideradas as externalidades das ações. Externalidades entendidas como consequências das ações dos indivíduos livres, das quais sim teriam efeitos sobre o poder de decisão dos cidadãos.

Em contrapartida, as possibilidades do mercado levam Sen a considerar possíveis malefícios inevitáveis. (SEN, p.356, 1993) Um primeiro ponto estaria



relacionado aos retornos desiguais na conversão das capacitações individuais em renda, bem como na conversão da renda em melhoras na qualidade de vida. Em uma situação de livre mercado, Sen percebe que indivíduos que possuem alguma deficiência, idade avançada, doença ou seja qual for seu impeditivo, haverá de ter mais dificuldades de oferecer a sua força de trabalho sob o mesmo ganho de renda de outrem; não apenas isto como também não será capaz de transformar a renda adquirida da mesma forma que outro cidadão sem estas características.

O que se coloca é uma relação entre a habilidade do uso da renda e a habilidade de ganho da renda, esta relação é natural dadas as condições de mercado e do sistema capitalista, sendo inevitável que hajam tais desigualdades entre os indivíduos. É com esta análise que o autor indiano verifica o segundo problema dos mercados, a desigualdade de renda crescente gerada. Para o pensador, a desigualdade de renda torna-se consequência destes desequilíbrios na obtenção e uso de renda para cada indivíduo e não só isto, como a desigualdade se acentua por outros fatores como os ganhos de renda injustos para as mulheres em comparação com os homens ou mesmo no acesso às oportunidades para cidadãos em contextos sociais diferentes.

É neste ponto que o autor faz um ataque ferrenho à economia do bem-estar social (*social welfare*), ao colocar como base do conceito de bem-estar social a explicação de Leontief (1966), o autor parafraseia: “the social welfare is increased whenever at least one of the individual utilities on which it depends is raised while none is reduced<sup>47</sup>”. (SEN apud LEONTIEF, 1979, p.537)

É claro que a discussão sobre a teoria da economia do bem-estar é ampla e possui muitos vieses diferentes<sup>48</sup>, mas neste contexto Amartya Sen adota o conceito segundo o qual há maior consenso como território comum ao discutir o bem-estar social. Para tanto, o bem-estar social seria medido de acordo com as funções de utilidades pessoais, caso N seja igualmente preferível que C para todos os indivíduos, porém apenas um cidadão veja mais utilidade em N do que em C, então a decisão

---

<sup>47</sup> O bem-estar social é elevado quando ao menos uma das utilidades individuais. da qual o bem-estar é dependente, é elevada e nenhuma é reduzida (tradução nossa).

<sup>48</sup> Para melhor entender outros aspectos deste debate, consultar Debreu (1959); Arrow e Hahn, (1971); Leontief (1966) ...

será optar por N, haja visto que N resulta em um bem-estar social maior levando em conta o conceito adotado.

Nestas condições, a visão de *welfarism* apenas pode ser adotada ao utilizar-se da Regra de Preferência de Pareto, a regra diz respeito a forma de seleção para a melhor condição de utilidade para as pessoas em dada sociedade. O exemplo da aplicação desta regra está na comparação entre N e C, se ambos trazem os mesmos ganhos para todos, porém um pequeno grupo ou apenas um indivíduo acredite que seus ganhos de utilidade serão maiores em N, então a escolha lógica para que haja um ganho de bem-estar total maior do que o anterior é tomar a via de N.

Sen, no entanto, vê um problema muito sério com esta visão da economia do bem-estar, julgando esta interpretação como inacurada e que não levaria de fato à maiores liberdades individuais. O autor realiza sua argumentação a partir desta tabela:

Tabela 6: Bem-estar Comparado em Três Situações

	X	Y	Z
PERSON 1'S WELFARE	4	7	7
PERSON 2'S WELFARE	10	8	8

Fonte: Adaptado de SEN, 1979, p.547

Amartya Sen (1979, p.547) ilustra a seguinte questão, na situação X a pessoa 1 estaria passando fome em condição deplorável, enquanto que a pessoa 2 estaria vivendo bem e se alimentando bem; na situação Y tanto a pessoa 1 quanto a 2 estão bem alimentados, todavia 2 não está mais comendo tão bem quanto em X; e então temos a situação z onde a pessoa 1 ainda está passando tanta fome quanto em X e a pessoa 2 comendo tão bem quanto em X também, porém à pessoa 1 é permitida realizar tortura na pessoa 2, visto que 1 é sádico e 2 não é masoquista, o que se espera desta situação toda é que, pelas regras de preferência de Pareto, Y e Z possuiriam a mesma importância.

Este exemplo torna claro dois problemas essenciais na interpretação das utilidades e da escolha pela regra de preferência de Pareto na visão do bem-estar

social das populações. Em primeiro lugar, em uma comparação entre a situação X e Y, se a utilidade da pessoa 2 fosse elevada a 11, haveria um ganho equivalente de utilidade tanto em X quanto em Y, o que tornaria ambas opções equivalente segunda a regra de preferência de Pareto. Incurrendo em um grave problema em que se cria larga desigualdade ao escolher X ao invés de Y, além de que em X a pessoa 1 estaria em condições de fome, em contrariedade com a situação Y. O problema visualizado é claro e coloca em xeque a interpretação de *welfarism* até então adotada.

Uma segunda observação relaciona-se às situações Y e Z, onde ambas possuem o mesmo ganho de utilidade, porém em Z o indivíduo 1 está não apenas realizando uma prática desumana ao torturar o indivíduo 2, como 1 continua passando fome e 2 continua comendo bem. Há aí uma controvérsia quanto a forma que deve ser medido o ganho de utilidade por ambas as partes e quais as reais variáveis a serem consideradas.

Deste exemplo, percebe-se o porquê de Sen não optar pela visão adotada na economia do bem-estar e também a razão de suas críticas. O debate sobre *welfarism* ainda se estende e torna-se espaço de discussão riquíssimo<sup>49</sup>; contudo o argumento necessário já foi explicitado, o que comprova os motivos que levam Sen a trabalhar sob uma visão de intitamentos de troca quando trata da liberdade instrumental das facilidades econômicas. Sua crítica ao *welfarism* também o levam a aperfeiçoar a sua tese de desenvolvimento como liberdade e liberdade como capacitação.

Ao retornar para o problema dos mercados, Sen em outro momento, como grande estudioso da obra de Adam Smith, percebe no contraste entre os exemplos dos perdulários e empresários imprudentes<sup>50</sup> com o exemplo clássico da benevolência do açougueiro, cervejeiro ou padeiro<sup>51</sup>, que a balança entre as benesses e problemas do livre mercado em muito depende da situação descrita, se o açougueiro ao perseguir seu autointeresse resulta na elevação do bem-estar da população, o

---

<sup>49</sup> Um exemplo desta discussão ocorre entre Amartya Sen e Yew-Kwang, buscar Yew-Kwang (1981) para melhor entender.

<sup>50</sup> Para melhor entender o exemplo, consultar Adam Smith (1977, p.452 – 464).

<sup>51</sup> Para melhor entender a situação, consultar o exemplo em Adam Smith (1977, p.30-34).

mesmo não pode ser dito do empresário imprudente ao investir de forma imprópria na indústria de manufatura.

É preciso levar em conta uma abordagem integrada e multifacetada para melhor compreender que o mercado, a despeito de suas imperfeições e qualidades, não pode ser encarado sob uma perspectiva absoluta:

Devemos (...) evitar ressuscitar os desatinos de ontem, a recusa em ver os méritos dos mercados (...) Temos de estudar a fundo e decidir quais partes têm sentido em cada perspectiva. Meu ilustre conterrâneo Gautama Buda pode ter demonstrado uma predisposição exagerada a ver a necessidade universal do 'caminho do meio' (...), mas há algo a ser aprendido nas preleções sobre o não extremismo. (SEN, 2010, p.151)

A mensagem é objetiva e contundente com a trajetória intelectual de Sen, não se devem utilizar posicionamentos totalmente pró ou contra o mercado, uma vez que ambos os lados estão sob os encargos da análise crítica e multidimensional de Sen. Entretanto, não se deve também simplesmente optar pelo 'caminho do meio' como dito, há uma moderação a ser aplicada à própria moderação. Neste quesito, Sen vê muitas mais vantagens na ação dos mercados do que nos prejuízos causados pela sua existência.

Afinal, o fato de os mercados serem uma realidade, é uma premissa para que os cidadãos possam desfrutar das mínimas facilidades econômicas, bem como de liberdades sociais no convívio. As contribuições do mercado para a eficiência e crescimento econômico são inegáveis, por sua vez, estas contribuições ganham ainda mais validade quando aplicadas na criação de oportunidades sociais na educação, serviços de saúde, reformas agrárias... O essencial dos mercados está na liberdade que esta possibilita aos cidadãos, bem como pelos ganhos posteriores pela existência contínua dos mercados.

### **3.3 A INDISSOCIABILIDADE DOS TEMAS**

É de se esperar neste ponto que Amartya Sen não reduz a política e a economia às suas próprias áreas, o autor faz jus a sua tendência multidisciplinar e demonstra no decorrer de suas obras como a política é indissociável da economia.

Um claro exemplo deste trabalho está quando o autor relembra uma discussão desenvolvida em 1993 durante a Convenção de Viena sobre os Direitos Humanos

daquele ano<sup>52</sup>, onde de um lado argumentava-se pela aprovação de direitos políticos e civis básicos universais, visto que estes permitiriam o alavanque do desenvolvimento, essencialmente dos países do dito Terceiro Mundo. Por outro lado, principalmente defendido pelos países asiáticos encabeçados pela China, havia o posicionamento de que os problemas econômicos eram mais prementes do que a garantia das liberdades políticas dos cidadãos. É neste quesito que se entrou no dilema entre a garantia das liberdades políticas e direitos civis ou a eliminação da pobreza e da miséria, estes últimos visualizados pelo enfoque aos direitos econômicos das pessoas.

Esta situação de fato tornou-se um embate entre modelos políticos, da democracia de um lado e de formas mais autoritárias de governo de outro, como já explicitados anteriormente ao retratar das liberdades políticas. Porém a chave que a Convenção de Viena destrava é referente ao papel conjunto da política e da economia, Sen advoga:

As verdadeiras questões que têm de ser abordadas residem em outra parte, e envolvem observar amplas inter-relações entre as liberdades políticas e a compreensão e satisfação de necessidades econômicas. As relações não são apenas instrumentais (...), mas também construtivas. Nossa conceituação de necessidades econômicas depende crucialmente de discussões e debates públicos abertos, cuja garantia requer que se faça questão da política e de direitos civis básicos. (SEN, 2010, p.195)

Ou seja, a relação que se estabelece entre política e economia é de dependência mútua, quanto maiores as necessidades econômicas, maior a urgência por respostas políticas. Sen demonstra que o acesso a direitos políticos permite a própria conceituação de quais são os obstáculos e necessidades econômicas.

O exemplo dado é o de Kerala<sup>53</sup>, onde o alto nível de alfabetização da população contribuiu para possibilitar os debates políticos sobre os problemas e

---

<sup>52</sup> Entre 14 e 25 de junho de 1993 ocorreu a Convenção Mundial sobre Direitos Humanos em Áustria, Viena. Com a adoção por 171 países da Declaração e Programa de Ação desenvolvidos durante as duas semanas de evento, a conferência foi marcada com mais de 7000 participantes, presidida pelo então Secretário Geral da ONU Boutros-Ghali (UNITED NATIONS, 2019). Para mais informações, acessar: <https://www.ohchr.org/en/aboutus/pages/viennawc.aspx>

<sup>53</sup> Kerala não é um país, e sim um dos estados que pertencem à Índia. O estado possui mais de 30 milhões de habitantes, Kerala possui altos índices de expectativa de vida, baixa fecundidade, alto nível de alfabetização... Todavia sua renda per capita é muito reduzida, o que torna o seu estudo muito rico e enfocado por Amartya Sen. Para mais informações e dados estatísticos consultar Sen. (2010, p. 37-40; 67-69; 71; 142; 285; 430)

necessidades econômicas dos cidadãos da região. Este compromisso levou à visualização dos problemas econômicos e, doravante à ação da população na luta por melhores condições. Para tanto, Kerala é um exemplo onde não só a liberdade política levou às facilidades econômicas, como é um exemplo de interdependência entre as várias liberdades instrumentais, desde o aspecto social, à transparência da situação até o uso da política para gerar o progresso econômico. (SEN, 2010, p.210)

Cabe observar, então, que a liberdade política não está dissociada das outras liberdades instrumentais, bem como as facilidades econômicas também não estão dissociadas. Há uma clara sobreposição da atuação destes diversos aspectos no conjunto da sociedade.

É preciso notar que, apesar de Sen lutar pela importância de uma análise multidisciplinar e que enfoca as várias liberdades instrumentais; o autor, ao debater o caso da disputa entre a primazia das liberdades políticas em relação às facilidades econômicas, favorece os direitos civis e políticos como ponto de partida para que hajam liberdades econômicas. Assim, o primeiro passo para a eliminação da miséria e da pobreza é a introdução da liberdade política aos cidadãos, para que possam minimamente participar e opinar em razão de suas causas.

Se de um lado Sen coloca a política à frente da economia, mesmo que um seja dependente do outro, autores da economia política internacional disputam a primazia de um sobre o outro. Como Benjamin Cohen em sua obra 'International Political Economy':

Central to the Really Big Question is of course the underlying connection between economic and political activities. Does economics drive politics in transforming the global system, or vice versa?<sup>54</sup> (COHEN, 2008, p.67)

Cohen, ao ser um dos fundadores da atual economia política internacional, em muito questionou as mudanças que ocorreram no sistema internacional após o fim da Segunda Guerra Mundial, por isso o autor apresenta o que ele chama de Really Big Question, ao perguntar o que seria mais fascinante do que a grande temática das transformações sistêmicas?

---

<sup>54</sup> Essencial para a Pergunta Realmente Grande é a conexão entre as atividades da economia e da política. A economia move a política na transformação do sistema global, ou vice-versa? (tradução nossa).

Se anteriormente acreditava-se em um modelo de Estados soberanos que regulavam suas economias através da política, hoje existe uma clara dúvida que gera debates sobre a primazia de um sobre o outro. Com o fim da Segunda Grande Guerra, esperava-se uma emergência da hegemonia estadunidense, o que de fato ocorreu nos primeiros anos, todavia esta tendência não se manteve com a reconstrução dos países destruídos pela guerra, bem como pelo surgimento da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética.

Porém de fato, mesmo após a Segunda Guerra Mundial e durante boa parte da Guerra Fria, observava-se a primazia do Estado - representante do poder político - sobre as decisões no âmbito econômico. Via-se que a economia era muito mais dependente das decisões políticas do que a economia a responsável pelas ações políticas. Um exemplo claro é o próprio Estado de bem-estar social já explicitado anteriormente aqui, onde o Estado seria responsável pela alocação dos recursos a fim de maximizar a utilidade dos seus cidadãos. Este exemplo vem associado a um modelo de economia Keynesiano<sup>55</sup>, o qual em essência acredita no potencial do Estado como regulador dos desequilíbrios patentes do livre mercado.

Ainda que a centralidade do poder do Estado como decisor político número um tenha perdurado por boa parte do século XX, o que se observa a partir da década de 1960 com a desaceleração do crescimento dos Estados Unidos, o enfraquecimento da hegemonia, o desgaste da Guerra Fria e consequência ferrenhas das crises do petróleo; é o declínio do poder estatal como o conhecemos, dando para a primazia de uma economia menos regulada sob os auspícios do Neoliberalismo guiado por Milton Friedman, Hayek e tantos outros<sup>56</sup>.

Susan Strange descreve muito bem esta mudança:

The argument put forward is that the impersonal forces of world markets, integrated over the postwar period more by private enterprise in finance, industry and trade than by the cooperative decisions of governments, are now more powerful than the states whom ultimate political authority over society and economy is supposed to belong. Where states were once the masters of markets, now it is the markets which, on many crucial issues, are the masters over the governments of states. And the declining authority of states is

---

<sup>55</sup> Para melhor entender, consultar Keynes (2003)

<sup>56</sup> Um bom exemplo é Hayek. (2001)

reflected in a growing diffusion of authority to other institutions and associations<sup>57</sup> (...) (STRANGE, 1996, p. 4)

Uma mudança clara no sistema internacional estava em curso, não mais se poderia dizer com clareza que a política comandava os rumos da economia. Lentamente fenômenos novos tomavam conta do globo, desde o próprio termo globalização, a disseminação de multinacionais e deslocamento de empresas, a financeirização dos mercados, a redução dos custos de transação. O fim da União Soviética e o início do que seria um período de hegemonia unicamente estadunidense na década de 1990 era o esperado. No entanto, em desafio à teoria da estabilidade hegemônica, o que estava para se inaugurar no século XXI era um mundo que não era mais necessariamente encabeçado por uma hegemonia.

A financeirização e crescimento desproporcional de determinadas empresas multinacionais tornariam cada vez menor o papel do Estado como regulador da economia. Por um lado, esperava-se que os Estados Unidos manteriam o seu papel de *hegemon*, contudo, após a crise da bolha imobiliária de 2008<sup>58</sup>, resultou um contexto internacional no qual o protecionismo e a volta do Estado como protagonista das decisões são a realidade.

Sob os auspícios de uma Guerra Comercial entre Estados Unidos e China, pouco mais se entende sobre a primazia da economia ou da política um sobre o outro. De um lado um Estados Unidos fragilizado, defendendo sua hegemonia decadente com políticas protecionistas e intervenções no mercado para fortalecer as demandas nacionais; por outro uma China com um governo autoritário que comanda a sua economia em ritmo cada vez mais desacelerado, mas que, entretanto, não cessa de crescer.

---

<sup>57</sup> O argumento exposto é o de que forças impessoais dos mercados mundiais, mais integradas no período pós-guerra pelas companhias privadas no setor financeiro, industrial e comercial do que pelas decisões cooperativas dos governos, agora mais poderosas do que os Estados, onde esperava-se que possuíssem a última autoridade política sobre a sociedade e a economia. Onde Estados eram os mestres dos mercados, agora são os mercados, em muitas circunstâncias cruciais, que são os mestres sobre os Estados. O declínio da autoridade dos Estados é refletido na crescente difusão desta autoridade para outras instituições e associações (tradução nossa).

<sup>58</sup> Situação da qual até hoje as consequências são sentidas, as interpretações para as causas, consequências e sinais para a Crise de 2008 são muitas, aqui algumas interpretações para melhor entender o que ocorreu: Bresser-Pereira (2009); Bresser-Pereira (2010); Foster e McChesney. (2012)



No entanto, esta ainda é uma análise muito recente dos fatos, dos quais requer um distanciamento temporal para que, não só a consequência destas ações tenha seus resultados consumados, como um olhar mais holístico do contexto internacional. Para além disto, entra-se em outro território de estudos fora da alçada deste trabalho.

A constatação essencial é outra, independente da primazia de um sobre o outro, se Sen está correto em sua defesa à necessidade primária da política para o equilíbrio da economia, ou se as tendências atuais apontam para uma visão adversa da influência da economia à frente da política. O fato aqui comprovado é da indissociabilidade entre política e economia, a ação em um gera consequências claras no outro campo, ambos funcionam de maneira interdependente e negar a associação entre estas duas disciplinas que por tanto tempo estiveram separadas é o único erro que poderia ser incorrido aqui.

## **4. A DEFICIÊNCIA DA LIBERDADE NO BRASIL**

“O cínico é o idiota da objetividade: cego a tudo que vá além da métrica monetária, ele é competitivo ao extremo – diligente nos negócios, indolente no espírito. O sentimental, por sua vez, é uma espécie de idiota da subjetividade: o cândido visionário, solidário ao extremo, embora normalmente sem recursos e alheio à realidade do mercado.” (GIANNETI, 2018, p.334)

“A moderação, conluo, não escapa de si: também ela precisa ser moderada.” (GIANNETI, 2018, p.338)

### **4.1 O BRASIL HOJE: ECONOMIA E POLÍTICA**

Retorna-se agora para a análise do problema Brasil, munido das ferramentas disponibilizadas ao longo da pesquisa, faz-se possível levantar alguns dos dados essenciais sobre os aspectos da democracia brasileira, bem como do funcionamento da economia para avaliar o alcance do enfoque do desenvolvimento como liberdade na realidade brasileira.

Portanto, aqui analisam-se essencialmente os dados que se referem às liberdades políticas e econômicas dos cidadãos. Leva-se em consideração os esforços de Sarah Andrade, Mônica Pires, Marcelo Ferraz e Maurício Pinheiro (2016) na tentativa de construir um índice de desenvolvimento como liberdade, apesar da infinidade de variáveis qualitativas e subjetivas, bem como fatos que influenciam e dos quais não se estão cientes de seus efeitos.

Com este intuito, utiliza-se da análise da participação política nas eleições pelos brasileiros, do pluralismo político no país, da participação em partidos, da liberdade de acesso à informação, dos dados do emprego e desemprego nacional, da evolução do salário mínimo e do seu poder de compra, para enfim finalizar a análise com o PIB per capita. (ANDRADE et al, 2016, p.44-45)

Esta análise apenas pode ser realizada ao levar em conta os esforços teórico-metodológicos de outros autores (BURCHARDT; HOLDER, 2012; ALKIRE, 2005; COMIM; QIZILBASH; ALKIRE, 2008) e do trabalho de Andrade et al. (2016). Neste capítulo usufrui-se especialmente desta última pesquisa brasileira para avaliar a aplicabilidade do conceito de liberdade como capacitação de Amartya Sen no caso brasileiro, bem como dos próprios escritos de Sen. Visto que os demais esforços enfocam análises fora do contexto do Brasil, a pesquisa de Andrade et al. (2016) configura-se melhor ferramenta para a instrumentalização da lente do laureado.

Abordam-se, para tanto, no que concerne as liberdades políticas, três aspectos que são vistos como constituintes da dimensão política, tal qual é o processo eleitoral, a participação política e a liberdade de expressão. (ANDRADE et al., 2016, p.14) Estas três variáveis a serem levadas em conta pressupõem a existência de democracia, pluralismo de opiniões políticas e oportunidades para o acesso à política. Sobretudo a democracia apresenta-se como ponto central no meio político para Amartya Sen (2010, p.193) como já corroborado anteriormente ao destrinchar os aspectos teóricos da liberdade política.

Quando se diz em processo eleitoral, o cerne da questão está na forma em que é conduzido o processo, se de fato os cidadãos possuem as oportunidades para determinar quem deve governar e com base em quais princípios. Para tanto, a forma de governo estabelecida é fulcral para avaliar o estado de liberdade dos indivíduos; visto que abarca as possibilidades disponíveis para cada um, bem como afeta a liberdade de expressão. A saúde do processo eleitoral pode ser visualizada pelo comparecimento nas eleições, pelo pluralismo político existente no país e pelo acesso à informação disponível para a sociedade. (ANDRADE et al., 2016, p.14-17)

Ao tomar em conta as variáveis que influem nas facilidades econômicas, três pontos são essenciais, as condições do mercado, de trabalho e emprego, bem como da renda. Para isto, serão analisadas as situações de empregabilidade dos cidadãos por região e os dados do desemprego para abarcar as primeiras duas categorias. E enfim, enfocam-se nas informações referentes ao poder de compra, salário mínimo e PIB do Brasil e dos brasileiros. (ANDRADE et al., 2016, p. 17-26)

Utilizam-se justamente dos aspectos econômicos e políticos pela indissociabilidade que existe entre os temas, onde como já discutido anteriormente, confunde-se a primazia de um sobre o outro, a economia política é área pela qual Sen muito se dedicou (2007a; 2007b; 2007b). Além de representar o exemplo mais claro da interdisciplinaridade dos conceitos do acadêmico indiano para a sua tese de desenvolvimento como liberdade.

Inicia-se a análise pelos aspectos políticos. Se a democracia é para Sen um dos elementos essenciais para o alcance do desenvolvimento, pelo fomento da participação política como ferramenta para a solução de problemas econômicos, deve-se então averiguar a participação da população:

Tabela 7: Participação dos Cidadãos nas Eleições Brasileiras

<b>Ano</b>	<b>Porcentagem de Votos</b>	<b>Total de Votos em Milhões</b>	<b>Registrados a Votar</b>	<b>Aptos a Votar</b>
2018	79.67	117.36	147.3	152.76
2014	78.9	112.68	142.82	150.8
2010	78.5	106.6	135.8	137.92
2006	81.01	101.99	125.91	125.422
2002	79.53	91.8	115.25	115.84

Fonte: IDEA (2019)

Da Tabela 7 percebe-se que não há grandes mudanças durante as últimas cinco eleições quanto ao comparecimento dos cidadãos à eleição, se em 2002 79,53% dos cidadãos participaram, em 2018 o número pouco mudou com 79,67% de participação. Em comparação com uma série histórica mais longa, a variação da participação também é pequena, com 78,51% em 1998 e 84,93% em 1994, o que se observa é que a democracia participativa brasileira é jovem, com a reabertura das eleições somente em 1989, é difícil concluir se há de fato um compromisso da população em favor da democracia.

Não se pode negar que o comparecimento se tem mostrado consistente nas últimas duas décadas. Ainda mais ao serem comparados estes dados com a participação do eleitorado nos Estados Unidos, por exemplo, onde a porcentagem de votantes tem decrescido desde 1964 com 95,83% para 2016 com apenas 65,44% de participação, a menor participação já registrada na história (IDEA, 2019).

Quando visto deste ângulo, vê-se que a atual disposição das instituições democráticas brasileiras tem determinada saúde, apesar de processos políticos conturbados com dois processos de *impeachments* nos últimos 20 anos, a existência de eleições permanece sólida.

É muito debatível ainda a instabilidade da democracia brasileira, visto que o próprio comparecimento nas votações pode-se justificar pelo voto obrigatório, assim como a jovem democracia de 30 anos no Brasil possui já uma forte crise de legitimidade pelo constante questionamento aos resultados de eleições passadas,

bem como de uma polarização crescente da sociedade. O molde da democracia como modelo mantêm-se, porém a contestação à regularidade dos procedimentos democráticos, do processo eleitoral, do recente *impeachment*, dos resultados das eleições; são terrenos em que muito se discute a fragilidade do sistema brasileiro que equilibra-se para proclamar-se democrático.

Por outro lado, sabe-se que coexistem 38 partidos políticos no país, com filiação de 16.870.717 eleitores, o que é cerca de 10% do eleitorado votante. (BRASIL, 2019b) Destas duas informações, corrobora-se primeiramente que há uma grande quantidade de partidos no país que ocupa todo o espectro das posições políticas, os 38 partidos estão muito além dos números de países como a Alemanha a qual possui 7 partidos políticos<sup>59</sup>. Se por um lado isto ilustra o potencial democrático da sociedade brasileira, por outro demonstra a dificuldade de haver consenso entre os diferentes grupos da sociedade, dada a quantidade grande de partidos. A discussão torna-se rica em favor da democracia, porém improdutiva contrária ao fomento das políticas públicas, liberdades de segurança protetora e liberdades sociais.

Quanto à filiação, apesar da porcentagem ser pequena, são mais de 16 milhões de cidadãos filiados, em comparação, por exemplo, com 959.150 filiados no Reino Unido. (AUDICKAS et al., 2018) No entanto os dados são inconclusivos, visto que não se sabe da atividade política destes indivíduos, ainda que com uma filiação elevada espera-se maior participação, não se pode realizar esta correlação sem a devida comprovação. A pesquisa, então, toma caráter excessivamente subjetivo ao necessitar qualificar a participação política, para tanto, torna-se inviável tirar quaisquer conclusões desta última variável apresentada.

Ao tratar do acesso à informação, referem-se aos dados do IBGE (2018) no PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) contínua onde consta que 69,9% da população brasileira possui acesso a este recurso. Ao contracenar com outros países, o acesso à internet no Brasil configura-se inferior a outros países desenvolvidos, como França (81%); Japão (91%); Estados Unidos (75%); todavia apresenta-se a frente de países emergentes como México (64%); Índia (34%); China

---

<sup>59</sup> CDU, CSU, SPD, AfD, FDP, Partido Esquerdista, Greens. Para mais informações acessar: <https://www.dw.com/en/germanys-political-parties-cdu-csu-spd-afd-fdp-left-party-greens-what-you-need-to-know/a-38085900>

(54%). (WORLD BANK, 2019) Esta situação coloca o Brasil entre os países desenvolvidos e emergentes, sem de fato superar a maior parte dos desenvolvidos.

Contudo, ao recorrer a dados da esfera econômica, temos:

Tabela 8: Distribuição Percentual das Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, por condição de ocupação na semana de referência, segundo as Grandes Regiões - 2012-2019

Grandes Regiões	Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, por condição de ocupação (%)														
	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019
	1º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	4º Trim.	1º Trim.
<b>Ocupadas</b>															
<b>Brasil</b>	92,1	93,1	92,0	93,8	92,8	93,5	92,1	91,0	89,1	88,0	86,3	88,2	86,9	88,4	87,3
Norte	91,1	92,7	91,4	93,5	92,3	93,2	91,3	91,4	89,5	87,3	85,8	88,7	87,3	88,3	86,9
Nordeste	90,3	90,7	89,1	92,1	90,7	91,7	90,4	89,5	87,2	85,6	83,7	86,2	84,1	85,6	84,7
Sudeste	92,1	93,4	92,4	93,8	93,0	93,4	92,0	90,4	88,6	87,7	85,8	87,4	86,2	87,9	86,8
Sul	94,9	96,0	95,2	96,2	95,6	96,2	94,9	94,3	92,7	92,3	90,7	92,3	91,6	92,7	91,9
Centro-Oeste	93,0	94,3	93,2	95,1	94,1	94,7	92,7	92,6	90,3	89,1	87,9	90,6	89,5	91,5	89,2
<b>Desocupadas</b>															
<b>Brasil</b>	7,9	6,9	8,0	6,2	7,2	6,5	7,9	9,0	10,9	12,0	13,7	11,8	13,1	11,6	12,7
Norte	8,9	7,3	8,6	6,5	7,7	6,8	8,7	8,6	10,5	12,7	14,2	11,3	12,7	11,7	13,1
Nordeste	9,7	9,3	10,9	7,9	9,3	8,3	9,6	10,5	12,8	14,4	16,3	13,8	15,9	14,4	15,3
Sudeste	7,9	6,6	7,6	6,2	7,0	6,6	8,0	9,6	11,4	12,3	14,2	12,6	13,8	12,1	13,2
Sul	5,1	4,0	4,8	3,8	4,4	3,8	5,1	5,7	7,3	7,7	9,3	7,7	8,4	7,3	8,1
Centro-Oeste	7,0	5,7	6,8	4,9	5,9	5,3	7,3	7,4	9,7	10,9	12,1	9,4	10,5	8,5	10,8

Fonte: IBGE (2019)

Das observações da tabela 8, o que é mais gritante apresenta-se pela evolução vertiginosa do número de desocupados ao longo dos anos. De um percentual de 7,9% em 2012, o número passa a 12,7% no início de 2019. Há claramente uma crise nacional, a qual fica ainda mais clara ao comparar-se com as demais nações do G20:

Tabela 9: Porcentagem de Desempregados nos Países do G20

País	Desempregados (% pop.)
África do Sul	27
Alemanha	3,4
Arábia Saudita	5,9
Argentina	9,5
Austrália	5,4
Brasil	12,5
Canada	5,9
China	4,4
Coreia do Sul	3,8

Continua

<b>País</b>	<b>Desempregados (% pop.)</b>
Estados Unidos da América	3,9
Federação Russa	4,7
França	9,2
Índia	2,6
Indonésia	4,3
Itália	10,2
Japão	2,4
México	3,3
Reino Unido	4
Turquia	10,9

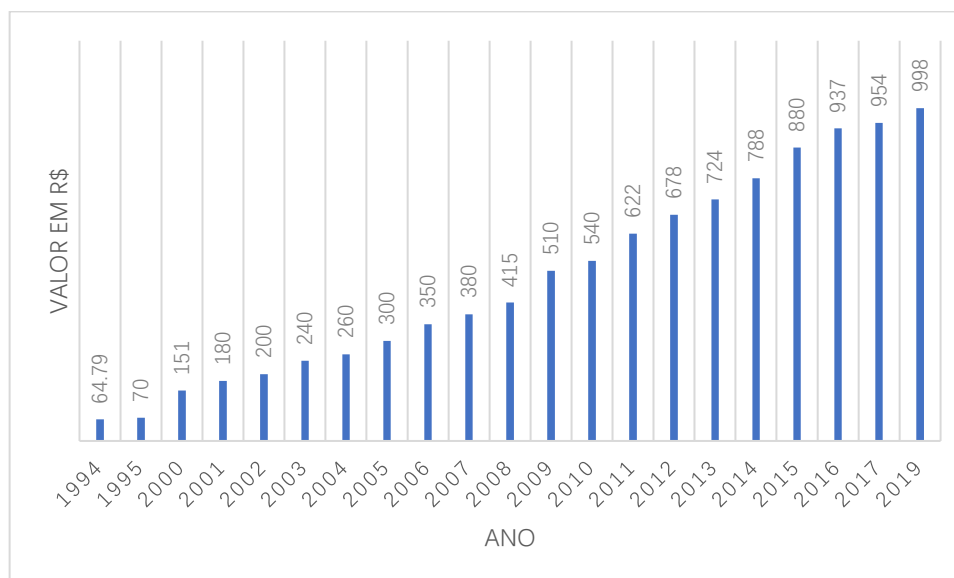
Fonte: Banco Mundial (2019)

Das Tabelas 8 e 9, já se entende que os efeitos mesmo que marginalmente positivos na política, não refletem em consequências marginalmente positivas na economia. Como se aduz das tabelas, os índices de desemprego nacional atuais estão extremamente elevados. Um total de 12,7% de desempregados atualmente representa um grande problema para a estabilidade nacional. Comparado este número com a situação vigente em outras nações, o desemprego brasileiro é o segundo maior registrado no G20, superando os 10,9% na Turquia e 10,2% na Itália, perdendo apenas para os 27% na África do Sul.

Cabe visualizar ainda que o desemprego não se dá de maneira homogênea no país, sendo muito mais acentuado no Nordeste com índices de 15,3% no primeiro trimestre de 2019 em oposição aos 8,1% na região Sul do país no mesmo período. Por tratar-se de país com proporções continentais, a desigualdade de condições geradas torna-se outra questão premente para conquista do desenvolvimento. Onde o desenvolvimento depende da distribuição das liberdades, visto que é pela liberdade como capacitação dada e disponível a cada indivíduo que se passa a ter determinado grau de igualdade ou desigualdade em relação a outrem. É quando as liberdades são mais restringidas e menos acessíveis uma das razões pelas quais a desigualdade cresce. Se a liberdade está entre os possíveis campos de aplicação da igualdade, a igualdade também está entre os possíveis padrões de distribuição da liberdade. (SEN, 2001, p.54)

Dando continuidade à análise econômica:

Figura 1: Evolução do Salário Mínimo Brasileiro em Reais ao Longo dos Anos (1994-2019)



Fonte: BRASIL (2019)

Do Gráfico 1, desde 1994 houve um aumento de mais de 15 vezes do salário mínimo. O incremento observado é gradual e anual, o que leva e levou a uma melhora na qualidade de vida e poder de compra da população. Todavia esta situação apenas pode ser comprovada com a análise do poder de compra da moeda Real:

Tabela 10: PPP<sup>60</sup> dos Países do G20 em 2017

País	Valor
África do Sul	6.076257
México	9.040807
Canada	1.252006
Estados Unidos da América	1
Argentina	11.473536

Continua

<sup>60</sup> O PPP refere-se a Paridade do Poder de Compra ou *Purchasing Power Parity*, traduz-se nas taxas de conversão de uma moeda para que esta moeda fique em pé de igualdade de acordo com o seu poder de compra, a outra moeda pela eliminação do nível de preços entre diferentes países. O que levaria a um padrão universal de valores. Para mais, acessar:

<https://data.oecd.org/conversion/purchasing-power-parities-ppp.htm>



<b>País</b>	<b>Valor</b>
Brasil	2.024346
China	3.549759
Coreia do Sul	866.009087
Japão	102.470366
Indonésia	4190.49247
Índia	17.72917
Arábia Saudita	1.445887
Turquia	1.373961
Federação Russa	24.34203
Reino Unido	0.691089
Itália	0.69628
França	0.775574
Alemanha	0.754169
Austrália	1.444458
União Europeia	0.706071

Fonte: OECD (2019)

Da Tabela 10 verifica-se que o PPP da moeda brasileira é de fato superior ao dólar, o que dá uma pequena vantagem ao consumidor nacional quando comparado aos custos dos produtos no Estados Unidos, por exemplo. Por outro lado, o Real não é tão valorizado quanto moedas de outros países como Indonésia e Japão, onde a paridade ultrapassa as várias centenas, o que em muito desvaloriza a moeda. Sob outra ótica do PPP:

Tabela 11: Salário Anual em USD nos Países do G20 de acordo com o PPP

País	2015	2016	2017
Austrália	21,785.7	22,038.2	22,234.8
Canadá	16,849.5	17,109.9	17,407.4
França	20,469.2	20,559.3	20,538.7
Alemanha	21,172.2	21,070.4	21,544.6
Japão	15,812.7	16,323.2	*
Coreia do Sul	14,307.5	15,312.5	16,116.5

Continua

País	2015	2016	2017
México	1,855.8	1,917.9	1,982.0
Turquia	10,551.6	12,661.7	12,294.8
Reino Unido	17,376.1	17,762.2	17,988.6
Estados Unidos	15,595.5	15,401.2	15,080.0
Brasil	4,793.6	4,923.0	5,067.3
Federação Russa	3,114.6	3,026.8	3,599.6

Fonte: OECD (2019)

\*Indisponível

Pela análise das Tabelas 11 e 9, pode-se inferir que houve um aumento do poder de compra dos brasileiros nos últimos anos. O aumento do salário mínimo refletiu em um aumento real no poder de compra dos indivíduos, o que está disposto na elevação de 4.793,6 dólares anuais pelos ganhos do salário mínimo em 2015 para 5.067,3 em 2017. Mas quando comparado com os salários de outros países, sobretudo desenvolvidos, vê-se que o salário brasileiro anual é por vezes metade, um terço e até um quarto do salário anual de cidadãos em outros países do G20.

O crescimento doo salário mínimo brasileiro é importante, contudo, deve ser ainda mais potencializado para que os cidadãos possam gozar da melhor maneira de uma renda justa que lhes é auferida pelos seus serviços.

Por fim, analisa-se a célebre categoria do PIB per capita:

Tabela 12: Produto Interno Bruto per Capita dos Países do G20 em 2017

País	Valor em Dólares
África do Sul	6.151,1
México	8.910,3
Canada	44.870,8
Estados Unidos da América	59.927,9
Argentina	14.398,4
Brasil	9.812,3
China	8.827
Coreia do Sul	29.742,8
Japão	38.430,3
Indonésia	3.846,4

Continua

<b>País</b>	<b>Valor em USD</b>
Índia	1.979,4
Arábia Saudita	20.849,3
Turquia	10.546,2
Federação Russa	10.749,1
Reino Unido	39.953,6
Itália	32.110
França	38.484,2
Alemanha	44.665,5
Austrália	53.793,5

Fonte: World Bank (2019)

Realmente o PIB per capita não é o indicador ideal para se concluir sobre o nível de desenvolvimento de um país. A Tabela 12 serve de ferramenta para melhor entender as condições de uma nação, tal qual o Brasil com seu PIB per capita de 9.812,3 dólares, o país coloca-se acima dos emergentes do grupo, perdendo somente para a Argentina com 14.398,4 dólares, porém sabe-se que este fato não permanece o mesmo caso fosse considerado o PIB per capita em condições de PPP. Nesta situação a China que já apresenta 8.827 dólares per capita e possui um poder de compra em 3.54, acima do brasileiro, estaria à frente do Brasil em uma tabela em PPP.

Isso não significa que o PIB per capita seja desprovido de valor, porém devem-se reconhecer as suas limitações, assim como das demais tabelas analisadas anteriormente. Cada qual possui uma parte do retrato, porém o todo nunca é de fato concluído, sempre haverão de ter outras peças que contribuam, ainda que marginalmente, para a finalização da figura. Esta é a natureza de uma abordagem multidisciplinar.

## **4.2 RESULTADOS**

No horizonte de toda esta análise realizada, sempre se tem em mente o papel instrumental da liberdade em promover o desenvolvimento. Adota-se já no primeiro e segundo capítulos deste trabalho duas justificativas centrais para aplicar a tese do desenvolvimento como liberdade. Tal é a crença na razão avaliatória e na razão de

eficácia da liberdade como elemento crucial para levar ao progresso e usufruto máximo das liberdades humanas, respectivamente.

Sob um balanço geral, tem-se uma democracia com participação consistente, porém em muito se questiona a sua estabilidade; uma grande pluralidade de partidos políticos os quais fomentam a diversidade ao passo que dificulta-se tomar qualquer decisão com maioria forte; liberdade de expressão relativamente positiva com bom acesso aos meios de comunicação, ainda que inferior a muitos países desenvolvidos; índices de desemprego extremamente altos e alarmantes com grande desigualdade entre as regiões do país; salário mínimo em gradativo crescimento com estagnação recente; PPP superior a muitos países desenvolvidos ainda que com um salário anual muito inferior à média de outros países e PIB per capita inferior a muitos países quando levado em conta o PPP.

Destas pontuações, percebe-se que os intitamentos dos cidadãos brasileiros é em muito minado pelas condições político-econômicas do país. A dizer, o conjunto de dotações disponíveis para as pessoas é em muito reduzida quando se vê a representatividade que os partidos políticos possuem em relação aos indivíduos e, pelo modelo de decisões por maioria simples e maioria absoluta torna-se difícil a atuação dos pequenos partidos dentro do leque de 38.

Outro ponto a se constatar quando se diz respeito às dotações é da disponibilidade de emprego à população, com taxas de desemprego tão altas, a oportunidade de escolha é escassa e os cidadãos veem-se obrigados a trabalhar sob condições não ideais. O desemprego, gera ainda consequências sobre os intitamentos de troca, uma vez que o indivíduo não possui renda, suas possibilidades e potenciais de troca no livre mercado são cada vez mais escassas.

Em relação aos intitamentos de troca, extrai-se também que a estagnação no salário mínimo e salário anual de acordo com o PPP contribuem para a fragilização das condições sociais daqueles que vivem sob este contexto. Ainda que existam pequenos respiros positivos quanto as dotações com o acesso aos meios de comunicação e de intitamentos de troca com o PPP superior, bem como salário mínimo que registrou crescimentos substanciais em anos anteriores.

Da soma destes intitamentos de troca e dotações, pode-se averiguar para que direção vai o pêndulo dos intitamentos e, posteriormente qual a condição das

capacidades humanas no Brasil. Entretanto, por mais que se saiba que o resultado é um pouco para a positividade e que o país se posiciona entre os países desenvolvidos e um pouco melhor do que alguns países emergentes, há um grave problema com a exatidão da análise.

Assim, quando se visualiza a alta taxa de desemprego no Brasil, vê-se como um aspecto negativo para o desenvolvimento da nação, todavia não se pode quantificar em exato o impacto que este possui no desenvolvimento. É um problema muito claro que se lança, de um lado, por exemplo, há a prosperidade das instituições democráticas no Brasil, eleições periódicas, participação dos cidadãos, acesso à informação, todas estas conjunturas comprovadas pelos dados apresentados e tabelas. Estas características, sobretudo, dizem respeito à conjuntura política e liberdades políticas dos cidadãos.

Coloca-se uma marcação positiva nas liberdades políticas no Brasil, porém não se pode saber em exato o quanto isto afeta as demais esferas. Ao analisar as liberdades econômicas, o caso do desemprego brasileiro, do poder de compra, do PPP dos brasileiros. Conclui-se que existem pequenos avanços na qualidade de vida da população brasileira, à despeito da situação que ainda é grave.

Destas duas colocações, se esperaria que as conclusões observadas na esfera política teriam resultado na economia, no entanto confundem-se os efeitos que a participação política traz ao desemprego e à renda. Não são quantificáveis as consequências trazidas pela democracia no meio econômico. Da mesma forma que não se faz possível quantificar quanto o mercado influi no meio político.

Da mesma maneira como os elementos sociais do primeiro capítulo também influem na economia e na política, sabe-se que há um efeito comprovado do nível de escolaridade na participação política, bem como entre o desemprego e o número de homicídios no país. São relações comprovadas, mas que, porém, não podem ser quantificadas com exatidão.

O que se pode realizar é a pontuação dos elementos que levam a uma situação ou outra, porém estes elementos não possuem consequências em quantidades exatas. Não só isto, como não se sabem todos os elementos que confluem para a realização das plenas capacitações dos indivíduos, por isso a interdisciplinaridade e abertura

para novos elementos. Por isso a existência das cinco liberdades instrumentais para melhor entender a amplitude do desenvolvimento como liberdade.

Portanto, não se pode apontar com exatidão o quanto a perspectiva de desenvolvimento como liberdade pode se aplicar ao caso brasileiro. Sabe-se que é aplicável, todavia não há como mensurar a exatidão de onde se encontra o “índice de liberdade como capacidade” no Brasil almejado por Andrade et al. (2016) Em trabalhos anteriores de mensuração das capacidades humanas, percebeu-se que a dificuldade não jazia simplesmente no encontro das variáveis que influem nas capacidades, mas na maneira mais exata de se quantificar essa capacitação, dado seu caráter qualitativo e subjetivo.

E mesmo que se realize uma análise comparada entre diferentes países, incorrem-se em diversas incertezas pelos contextos internos de cada nação, culturas diferentes e formas diferentes de interpretar o mundo. Da mesma maneira que o Consenso de Beijing prega a realização do desenvolvimento das nações cada qual de acordo com suas concepções sem a intervenção de outrem, o mesmo problema ocorre quando se tenta realizar uma avaliação universal do desenvolvimento das nações.

Contudo, pode-se concluir com convicção que existe ainda um longo caminho por percorrer na redução do desemprego, aumento da renda e do salário mínimo, avanços na educação básica, melhoras nos índices de participação política...

Sabem-se os problemas, sabem-se os fatores que auxiliam na solução de cada um dos problemas, contudo não há um ponto exato de inflexão onde se diz: aqui passa-se de subdesenvolvido para desenvolvido.

A solução, muito provavelmente, está na observação da vida cotidiana da sociedade, onde ocorrem as mais diversas situações:

O pai de Duzu tinha nos atos a marca da esperança. De pescador que era, sonhava um ofício novo. Era preciso aprender outros meios de trabalhar. Era preciso também dar outra vida para a nossa filha. (...) Ela podia trabalhar e estudar. (...) Uma senhora que havia arrumado trabalho para a filha de Zé Nogueira ia encontrar com eles na capital. (...) Duzu morou ali (trabalho da capital) muitos anos e de lá partiu para outras zonas. Acostumou-se aos gritos das mulheres apanhando dos homens, ao sangue das mulheres assassinadas. Acostumou-se às pancadas dos cafetões, aos mandos e desmandos das cafetinas. Habitou-se à morte como uma forma de vida. Os filhos de Duzu foram muitos. Nove. Estavam espalhados pelos morros, pelas zonas e pela cidade. Todos os filhos tiveram filhos. (...) Três netos lhe

abrandavam os dias. (em especial) A menina Querença que retomava sonhos e desejos de tantos outros que já tinham ido... (EVARISTO, 2016, p.20-22)

Enquanto a violência, empregos insalubres, falta de acesso à educação e relatos como esse, ainda que em crônicas baseadas no dia-a-dia da periferia, fizerem parte da rotina dos cidadãos do Brasil, será sabido que os cidadãos não são de fato livres e que muito ainda tem a ser feito para superar o subdesenvolvimento.

## 5. CONCLUSÕES

De forma sucinta, foi possível com este trabalho verificar o conceito de desenvolvimento como liberdade introduzido por Amartya Sen. Esta realização só se permitiu a partir da análise dos elementos constituintes do desenvolvimento como liberdade, a saber da conceituação do desenvolvimento pelo autor e de suas raízes e da conceituação da liberdade como capacitação para o autor.

Do primeiro e segundo capítulos resultou entender qual o problema a ser tratado e que o desenvolvimento é visto como a ampliação das capacidades humanas a fim de permitir uma vida mais digna, isto, só é possível pela conquista das condições mínimas que perfazem a liberdade dos indivíduos, seja ela pelo acesso às oportunidades sociais, políticas, econômicas, da transparência e da segurança protetora. Ou seja, desenvolvimento é a liberdade de poder realizar aquilo que torna o ser humano digno, sem ser restringido ou impedido pelas condições impostas no ambiente. Deve-se ter acesso às oportunidades que lhes conduzem à dignidade.

Já no segundo capítulo buscou-se entender o aspecto das liberdades políticas e das facilidades econômicas. O que cada uma destas esferas abarca, se de um lado a liberdade política está na participação, deliberação, ausência de censura e acima de tudo a possibilidade de agir em um governo democrático; a facilidade econômica está relacionada às dotações e intitamentos de troca dos indivíduos, suas possibilidades de acordo com o seu contexto, bem como da importância do mercado para perfazer o potencial máximo dos indivíduos.

Destas duas esferas, percebe-se que ambas são indissociáveis, a deliberação na política leva à ação na economia, o problema econômico leva a necessidade de ações políticas. O debate sobre a primazia de um sobre o outro permanece, no entanto não restam dúvidas sobre a sua interdependência.

Para enfim chegar ao caso brasileiro, pela análise da política e da economia; viu-se que não há formas de quantificar a influência de um ou outro sobre cada um, ou mesmo em que patamar de desenvolvimento a soma dos fatores conclui. O que se sabe é que, realmente, existem sérios entraves à liberdade no Brasil, o desenvolvimento é uma longa caminhada da qual, pela análise do desenvolvimento como liberdade, sabem-se das pedras e do caminho a ser percorrido.



Para tanto, a perspectiva de Amartya Sen tem muito a adicionar para o arcabouço dos estudos do desenvolvimento, essencialmente quando se trata de sua visão única que não vê problemas em visualizar tanto a perspectiva do ocidente quanto do oriente, mantêm-se aberto à críticas e novas formas de aprimorar, Sen é modesto o suficiente para admitir que sua interpretação de desenvolvimento como liberdade não está presa às cinco liberdades instrumentais, ela está além disto e além do seu próprio entendimento holístico de tudo que constitui desenvolvimento como liberdade.

Ao fim, um ensinamento proverbial de Sen (BOSTON UNIVERSITY, 2011) é de suma importância, se a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade são elementos chaves para a constante evolução e desenvolvimento de uma nação, deve-se ter em atenção o seguinte provérbio:

“Kupamanduka”, the well frog, he lives his whole life within one well. He only knows things inside the well and it is very suspicious of anything outside. He has a worldview, but his view is confined to the well. Do not be a well frog, so that your view will not be just of what is in the well.<sup>61</sup> (BOSTON UNIVERSITY, 2011)

---

<sup>61</sup> “Kupamanduka”, o sapo do poço, ele viveu a sua vida inteira dentro do poço. Ele apenas conhece o que existe dentro do poço e possui muitos receios de tudo aquilo que é de fora. Ele já possui a sua própria visão de mundo, porém a sua visão é restrita àquilo que está na poça. Não seja um sapo do poço, para que a sua visão do mundo não seja apenas aquilo que jaz no poço. (tradução nossa).

## REFERÊNCIAS

ALKIRE, S. Why the Capability Approach, **Journal of Human Development** v. 6(1): p. 115-135, 2005.

ANAND, P.; SANTOS, C.; SMITH, R. The measurement of Capabilities. **Open Discussion Papers in Economics**, The Open University, No.67, 2007.

ANDRADE, S.; PIRES, M; FERRAZ, M; PINHEIRO, M. Índice de Desenvolvimento como Liberdade: Uma Proposta Teórico-Metodológica de Análise.

**Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, ano 14, n.34, Abril/Jun. 2016.

ARROW, K; HAHN, F. **General Competitive Analysis**, Holden-Day, São Francisco, 1971.

AUDICKAS, L.; DEMPSEY, N.; KEEN, R. Membership of UK political parties, **House of Commons Library**, set. de 2018. Disponível em: <

<https://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/SN05125>>.

Acesso em 11 de jun. de 2019.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**: The William James lectures delivered at Harvard University. Clarendon Press, Oxford, 1962.

BARRO, Robert J. **Getting it right**: markets and choices in a free society. MIT Press, Cambridge, 1996.

BERMAN, Marshall. **All that is Solid Melts into Air**: The Experience of Modernity, Penguin Books, New York, 1988.

BEVIR, Mark. **The Logic of the History of Ideas**. Cambridge University Press, United Kingdom, Cambridge, 1999.

BEVIR, Mark. Mind and Method in the History of Ideas. **History and Theory**, Vol. 36, No. 2, p. 167-189, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Editora UnB, vol.1, ed. 11, São Paulo, 1998.

BOSTON UNIVERSITY. **Pardee Distinguished Lecture by Amartya Sen – The Idea of Identity (Part 1 of 6)**, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8bFVYdoPfrc>>. Acesso e 2 de mai. de 2019.

BOUCHER, David. **Texts in Context: Revisionist Methods for Studying the History of Ideas**. Dordrecht, Martius Nijhoff, 1985.

BRASIL. Casa Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 9 de jun. de 2019a.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em :<<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>>. Acesso em 9 de jun. de 2019b.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Crise Financeira de 2008, **Revista de Economia Política**, Vol. 29, n. 1, p.133-149, jan. a mar. de 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Crise Financeira Global e Depois: Um Novo Capitalismo? **Novos Estudos**, Vol. 86, mar. de 2010.

BURCHARDT, T.; HOLDER, H. **Developing Survey Measures of Inequality of Autonomy in the UK**, Social Indicators Research, Mar. 2012, Vol. 106, p. 1-25.

CAMINHA, Pero Vaz de. A Certidão de Nascimento do País. In: OLIVIERI, Antonio Carlos; VILLA; Marco Antonio (Org.). **Cronistas do Descobrimento**, São Paulo, Editora Ática, ed. 2, 2000.

CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo**. Tradução Álvaro Cabral. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992

CASTRO, Josué. **Geopolítica da Fome**: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. Vol, 1, ed. 8, Editora Brasiliense, São Paulo, 1968.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome** : o dilema brasileiro : pão ou aço. 5. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

CASTRO, Josué. **O Livro Negro da Fome**. Ed. 3, Editora Brasiliense, São Paulo, 1968b.

CHONCHOL, Jacques. Soberania Alimentar. **Revista del Doctorado em el Estudio de las Sociedades Latinoamericanas**, Santiago do Chile, 2002.

COHEN, Benjamin J. **International Political Economy: An Intellectual History**, Princeton University Press, Princeton, 2008.

COMTE, Auguste. **Os Pensadores**. Abril S. A. Cultural e Industrial, São Paulo, 1978.

COMIM, F.; QIZILBASH, M.; ALKIRE, S. **The Capability Approach: Concepts, Measures and Applications**. Publisher: Cambridge University Press, 2008.

CONSTANT, Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. L&PM, São Paulo, Brasil, 1985.

DAVIS, Mike. **Late Victorian Holocausts: El Niño Famines and the Making of the Third World**. Verso, New York, 2002.

DEBREU, G. **Theory of Value: An Axiomatic Study of Economic Equilibrium**. Wiley, Nova Iorque, 1959.

DREZE, Jean; SEN, Amartya. **The Political Economy of Hunger: Entitlement and Well-Being**, v.01, Clarendon Press, Oxford, 2007a.

DREZE, Jean; SEN, Amartya. **The Political Economy of Hunger: Entitlement and Well-Being**, v.01, Clarendon Press, Oxford, 2007b.

DREZE, Jean; SEN, Amartya. **The Political Economy of Hunger: Entitlement and Well-Being**, v.01, Clarendon Press, Oxford, 2007c.

DUNN, John. The Identity of the History of Ideas. **Philosophy**, vol. XLIII, nº134, pp.85-104, 1968.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. Bandung Conference. **Encyclopedia Britannica**, edited by Melissa Albert, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Bandung-Conference>>. Acesso em 20 de Maio de 2019a.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. Ostracism. **Encyclopedia Britannica**, edited by Adam Augustyn, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Bandung-Conference>>. Acesso em 20 de Maio de 2019b.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. Opium Wars. **Encyclopedia Britannica**, edited by Kenneth Pletcher, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Opium-Wars>>. Acesso em 20 de Jun. de 2019c.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Pallas Editora, 1 ed., 3 reimpr., Rio de Janeiro, 2016.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. 2. ed. SP: Ática, 1989.

FERES JR., João. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner. **Dados**, vol.48, nº3, p.655-680, 2005.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the world: building climate resilience for food security and nutrition**, Roma, 2018.

FOSTER, John B.; MCCHESENEY, Robert W. The Endless Crisis, **Monthly Review**, Vol. 64, maio de 2012.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and Freedom**. University of Chicago Press, Chicago, 2002.

FURTADO, Celso. **Análise do 'modelo' Brasileiro**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. **A Economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 32a ed. 2005.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: Enfoque interdisciplinar. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1980.

GIANNETTI, Eduardo. **O Elogio do vira-lata** e outros ensaios. Companhia das Letras, São Paulo, 2018.

GALLIE, Walter. Essentially contested concepts. **Proceedings of Aristotelian Society**, v.56, 1956. Disponível em: <<https://academic.oup.com/aristotelian/article/56/1/167/1793543>>. Acesso em 20 de Fev. De 2019.

GALLIE, Walter. The historical understanding. **History and Theory**, vol. 3, no. 2, 1963.

HAAS, Ernst B. International Integration: The European and the Universal Process. **International Organization**, vol. 15, no. 3, 1961, p.366-392.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Tradução: Luiz Sérgio Rodnet Nascimento. SP: Martins Fontes. 2000.

HARLAN, David. Interpretation and the History of Political Theory: Apology and Epistemology. **American Political Science Review**, vol.76, p.317-327, 1989.

HAYEK, F.A. **The Road to Serfdom**. Routledge, New York, 2001.

HIMMELFARB, Gertrude. **The roads to Modernity**: The British, French and American Enlightenments. Vintage Books, New York, 2005.

HIRSCHMAN, Albert. **A Economia como Ciência Moral e Política**. Brasiliense, São Paulo, 1986.

HORKHEIMER, Max. **Critical Theory**: Selected Essays. Continuum Publishing Corporation, Nova Iorque, 2002.

HUNTINGTON, Samuel P. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. Simon & Schuster, United Kingdom, 1996.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (IDEA). Disponível em: < <https://www.idea.int/data-tools/country-view/68/40>>. Acesso em 9 de jun. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua**: Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017, Brasil, 2018. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=23205&t=sobre>>. Acesso em 10 de jun. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=24478&t=resultados>>.

JAY, John; MADISON, James; HAMILTON, Alexander. **The Federalist**: with Letters of “Brutus”. Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido, 2003.

JAY, John; MADISON, James; HAMILTON, Alexander. **The Federalist Papers**. Palgrave Macmillan, Nova Iorque, 2009. Introdução de Michael Genovese.

KENNINGTON, Richard. **On Modern Origins**: Essays in Early Modern Philosophy, Lexington Books, Maryland, 2004.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony**: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton University Press, Princeton, 1984.

KEYNES, John Maynard. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. Project Gutenberg of Australia, United States, 2003.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry**: Scientific Inference in Qualitative Research, Princeton University Press, Princeton, 1994.

LESLIE, Margareth. In Defense of Anachronism. **History and Theory**, vol. 18, p.433-447, 1970.

LEONTIEF, W. **Essays in Economics: Theory and Theorizing**, Oxford University Press, Nova Iorque, 1966.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo, Nobel, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Manifesto of the Communist Party**. Foreign Language Press, Peking, 3 ed., 1970.

MARX, Karl. **Capital**. Progress Publishers, vol.1, Moscow, 1977.

MISES, Ludwig Von. **The Theory of Money & Credit**. Create Space, Carolina do Sul, Estados Unidos, 2010.

MOORE, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Lisboa: Cosmos; Martins Fontes, Santos, 1967.

MOSES, J. W.; KNUTSEN, T. L. **Ways of Knowing: Competing Methodologies in Social and Political Research**. Houndmills, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Disponível em: < <https://data.oecd.org/>>. Acesso em 10 de jun. de 2019.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Better Life Index**. Disponível em: < <http://www.oecdbetterlifeindex.org/about/better-life-initiative/>>. Acesso em 10 de jun. de 2019b.

PANSIERI, Flávio. **A liberdade no pensamento ocidental: uma reflexão a partir de Amartya Sen**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PAREKH, Bhikhu; BERKI, Robert. The History of Political Ideas: A Critique of Quentin Skinner Methodology. **Journal of History of Ideas**, vol. XXXIV, p.163-184, 1973.

PERROUX, François. **A Economia do Século XX**. Porto: Herder, 1967.



PETTIT, Philip. **Republicanism: A theory of freedom and government.** Oxford University Press, New York, United States, 1997.

POCOCK, John. The History of Political Thought: A Methodological Enquiry, in P. Laslett; W. G. Runciman (eds.), **Philosophy, Politics and Society.** Oxford, Blackwell, p.183-202, 1962.

PRZEWORSKI, Adam; et al. **Sustainable democracy.** Cambridge University Press, Cambridge, 1995.

PREBISCH, Raúl. **A Crise do desenvolvimento argentino: da frustração ao crescimento vigoroso.** São Paulo, Vértica, 1987.

PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano.** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1968.

PREBISCH, Raúl. **Transformação e desenvolvimento: a grande tarefa da América Latina.** 1. Ed. Rio de Janeiro, FGV, 1973.

PUTNAM, Robert. **Bowling Alone: The collapse and revival of American community.** Simon & Schuster paperbacks, United States, 2000.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo, Editora Nova Cultura Ltda., 1996.

ROSTOW, W.W. **The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto.** Cambridge University Press, United Kingdom, 1960.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo.** SP: Cia das Letras, 1987.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** 1ed, 6 reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade reexaminada.** Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Development: Which Way Now? **The Economic Journal**, vol. 93, no. 372, p. 745-762, Dez. 1983.

\_\_\_\_\_. Famines as Failures of Exchange Entitlements. **Economic and Political Weekly**, vol. 11, no. 31/33, ago. 1976.

\_\_\_\_\_. **A Ideia de Justiça**. 1 ed, 2 reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. Markets and Freedoms: Achievements and Limitations of the Market Mechanism in Promoting Individual Freedoms. **Oxford Economic Papers**, vol. 45, No. 4, p. 519-541, Out. 1993.

\_\_\_\_\_. Personal Utilities and Public Judgements: or What's Wrong with Welfare Economics. **The Economic Journal**, Vol. 89, No. 355, p.537-558, Set. 1979.

\_\_\_\_\_. A Reply to 'Welfarism: A Defence Against Sen's Attack'. **The Economic Journal**, Vol. 91, No. 362, p.531-535, Jun. 1981.

\_\_\_\_\_. Universal Truths: Human Rights and the Westernizing Illusion. **Harvard International Review**, vol. 20, no. 3, p.40-43, 1998.

SILVA, Ricardo. Participação como contestação: a ideia de democracia no neo-republicanismo de Philip Pettit. **Política & Sociedade**, n. 11, outubro de 2007.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, vol. 8, nº3, p.3-53, 1969.

SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do Liberalismo**. Editora Unesp, São Paulo, 1999. Tradução Raul Fiker.

SKINNER, Quentin. A third concept of liberty. **Proceedings of the British Academy**, 117, p.237-268, The British Academy, United Kingdom, 2002.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of: The Wealth of Nations**, University of Chicago Press, 1977.

SMITH, Adam. **Theory of Moral Sentiments**, Prometheus Books, Estados Unidos, Nova Iorque, 2000.

STRANGE, Susan. **The Retreat of the State**: The diffusion of power in the world economy, Cambridge University Press, New York, 1996.

SUTTER, Robert G. **Chinese Foreign Relations**: Power and Policy since the Cold War, Rowman & Littlefield Publishers, Ed. 4, Nova Iorque, 2016.

TARLTON, Charles. Historicity, Meaning and Revisionism in the Study of Political Thought. **History and Theory**, vol. 12, p.307-328, 1973.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER (UNITED NATIONS). **World Conference on Human Rights**, 14-25 June 1993, Vienna, Austria. Disponível em: <  
<https://www.ohchr.org/en/aboutus/pages/viennawc.aspx>>. Acesso em 19 de jun. de 2019.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). Disponível em: <  
<https://dataunodc.un.org/crime/intentional-homicide-victims>>. Acesso em 8 de jun. de 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Disponível em: < <http://data.uis.unesco.org/index.aspx?queryid=242#>>. Acesso em 6 de jun. de 2019.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA TELEVISION (UCTV). **Amartya Sen – Conversations with History**, 2008. Disponível em: <  
[https://www.youtube.com/watch?v=3muzELM1\\_uw](https://www.youtube.com/watch?v=3muzELM1_uw)>. Acesso em 28 de abr. de 2019.  
VELOSO, Caetano. **Tropicália** [1967]. Disponível em: <  
<https://www.youtube.com/watch?v=CkydG29xWUU>>. Acesso em 10 de jun. de 2019.

VERNON, Raymond. The Product-cycle hypothesis in a new international environment. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v.41, 1979

WEBER, Max. **The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism**. Routledge, ed. 2, Nova Iorque, 2001.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical investigations**. Basil Blackwell, Reino Unido, 1986.

\_\_\_\_\_. **Tractatus logico-philosophicus**. Routledge, Nova Iorque, 1974.

\_\_\_\_\_. **Culture and Value**. Blackwell Publishers, Oxford, 1998.

WORLD BANK. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>>. Acesso em: 10 de jun. de 2019.

YEW-KWANG, N. Welfarism: A Defence Against Sen's Attack, **The Economic Journal**, Vol. 91, No. 362, Jun. de 1981.

ZIEGLER, Jean. **Destrução Massiva**: Geopolítica da Fome. Cortez Editora, São Paulo. 2012.